

**Semanário**  
Director:  
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 896  
21 de Fevereiro de 1991  
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

# 150 000 TRABALHADORES ROMPERAM O TECTO SALARIAL COM AUMENTOS SUPERIORES A 13,5%

Nota da Comissão Política do CC do PCP — Pág. 1/Semana

## Guerra do Golfo

### ● Esforço de paz

1. A frontal rejeição por parte dos EUA da iniciativa de paz soviética, acompanhada aliás de graves declarações quanto ao prosseguimento da mortífera ofensiva militar em termos que excedem claramente o espírito e a letra das resoluções do Conselho de Segurança da ONU, exige a mais firme condenação de todas as forças democráticas e amantes da paz.

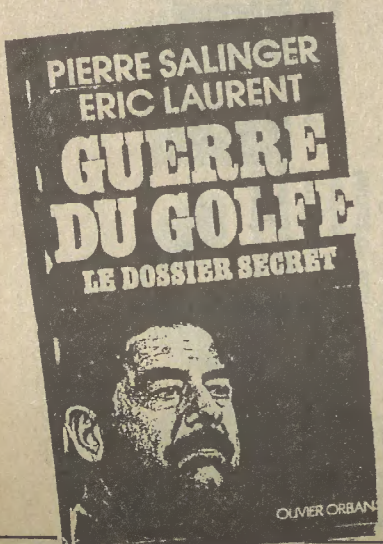
2. Ao recusar e sabotar sucessivas iniciativas visando pôr termo à guerra e iniciar conversações com vista a uma paz justa e duradoura no Médio Oriente e afrontando o vasto movimento popular que por todo o mundo o exige, os EUA confirmam os seus objectivos de hegemonia regional e mundial e o seu desprezo pelas normas do direito internacional de que se arvoram em defensores.

3. O PCP chama a atenção para que a recusa da iniciativa soviética e os termos em que foi feita podem conduzir a consequências ainda mais catastróficas no teatro da guerra e a um novo e perigoso agravamento da tensão internacional.

4. O PCP insiste na necessidade e urgência de pôr termo à guerra e iniciar negociações e apela aos trabalhadores e ao povo português para prosseguirem e intensificarem a luta por este objectivo.

19 de Fevereiro de 1991  
O Secretariado do Comité Central do PCP

### ● O conluio americano



Artigo de Miguel Urbano Rodrigues sobre o livro de Pierre Salinger e Eric Laurent «Guerre du Golf»

Págs. 8 e 9/Semana

● Noticiário

Págs. 9, 10 e 11/Semana

## 16 de Março contra o pacote laboral CGTP-IN convoca jornada de luta

Pág. 2/Semana

### Em Foco /

Avante!  
Ano 61 - Série VII  
N.º 896  
21 de Fevereiro de 1991  
3.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente



## INFORMAR EM PORTUGAL

### VII Assembleia dos Bancários Comunistas de Lisboa

● Intervenção  
de Carlos  
Carvalhas

Pág. 5/Semana



**Encontro PCP-CGTP** O encontro das duas delegações na Soeiro Pereira Gomes

Na quarta-feira realizou-se no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes um encontro entre uma delegação da CGTP-IN dirigida pelo seu coordenador, Manuel Carvalho da Silva, e uma delegação do PCP dirigida pelo secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. A delegação da CGTP era composta, além do coordenador, por Ruben Rolo, Emídio Martins, José Ernesto Cartaxo e Manuel Lopes. Pelo PCP, também presentes Domingos Abrantes e Vidal Pinto.



## Reunião da Comissão Política

# O PCP e os grandes temas da actualidade nacional e internacional

Reunida no dia 18 de Fevereiro a Comissão Política do Comité Central do PCP analisou a evolução da situação política e social, considerou o desenvolvimento da luta pela paz e as consequências económicas para o País da guerra no Golfo. Destacam-se as seguintes conclusões:

**1.** Os aumentos de preços de bens e serviços essenciais, a manutenção de uma elevada taxa de inflação a par de uma política de contenção do crescimento dos salários assente no referencial do Conselho Permanente da Concertação Social e que, na prática, o Governo procura que funcione como tecto salarial, tem vindo a tornar a vida dos trabalhadores em muitos sectores cada vez mais difícil.

Não fosse a persistente e combativa luta dos trabalhadores contra esta política, que em numerosos casos se tem saldado por importantes vitórias, a situação seria ainda mais grave.

É significativo que desde o início do ano cerca de 150 000 trabalhadores de vários sectores e em dezenas de empresas, tenham conseguido pela luta romper o tecto salarial dos 13,5%, impondo aumentos superiores.

O PCP saúda estas importantes vitórias e apela à intensificação da luta, certo que esse é o caminho seguro para novos sucessos dos trabalhadores.

**2.** Pela voz do Ministro das Finanças, o Governo acaba de anunciar, para breve, a retoma do processo de privatizações temporariamente suspenso por razões decorrentes da debilidade do mercado de capitais nacional e das incertezas geradas pelo conflito do Golfo.

O Governo repete obsessivamente argumentos e pseudovantagens que não resistem a uma análise séria e objectiva da realidade.

O estafado argumento da obtenção de receitas para reduzir a dívida pública não resiste ao facto indelével de que tais receitas serão sempre inferiores ao valor actualizado dos fluxos de receitas anuais que o Estado deixa de obter no futuro isto além do enfraquecimento e empobrecimento do seu património.

A repetida profissão de fé na superior eficácia da gestão privada das empresas não resiste ao confronto com os resultados de gestão das empresas públicas que têm vindo a ser privatizadas e de que o Banco Português do Atlântico constitui um exemplo significativo.

Não passa de uma falácia a afirmação que as privatizações asseguram condições de concorrência, já que tais condições nada têm a ver com a natureza pública ou privada das empresas mas com a regulamentação dos mercados.

Também a tese da privatização como instrumento de reforço dos grupos económicos privados nacionais tendo em vista o aumento da concorrência externa após 1992 tem sido desmentida pela prática. De forma pública e indelével, o que se tem verificado é que as privatizações têm dado lugar a efectivas desnacionalizações com a transferência das empresas nacionais para a dominação de grupos estrangeiros, servindo alguns capitalistas nacionais apenas como intermediários nessa operação.

Não é este o caminho capaz de promover a modernização da economia portuguesa e a sua internacionalização.

O processo de privatizações em curso e o crescente domínio pelo capital estrangeiro de empresas estratégicas em centros neurálgicos do desenvolvimento económico do País, são hoje o principal obstáculo a uma estratégia nacional de modernização da economia portuguesa, de alteração do perfil de especialização produtiva e da inserção activa na divisão internacional de acordo com os interesses nacionais.

Porque profundamente prejudicial aos interesses nacionais, a anunciada continuação do processo de privatizações, exige a

### • 150 000 trabalhadores romperam tecto salarial

convergência das forças políticas e sociais progressistas e dos trabalhadores para que lhe seja posto fim.

O PCP não poupará esforços nesse sentido.

**3.** A Comissão Política considerou o problema da Prova Geral de Acesso (PGA), cuja segunda prova acabou de se realizar em todo o País, e debateu a questão do acesso ao Ensino Superior.

O PCP reclama a extinção do actual sistema de PGA. Porque se trata de uma prova pedagógica e cientificamente absurda, que não se enquadra nos processos de avaliação de capacidade consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Porque acentua as desvantagens ditadas pela origem socio-cultural dos candidatos, o que está em flagrante contradição com o dever legal do Estado de «criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o Ensino Superior de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou desvantagens sociais prévias».

E porque o único objectivo da prova consiste, de facto, em erguer mais um obstáculo - desgastante, desnecessário e injusto - à possibilidade de acesso ao Ensino Superior de muitos milhares de jovens.

A Comissão Política considerou os graves problemas provocados em geral pela política do Governo do PSD relativamente à frequência do Ensino Superior.

Designadamente: o sistema de numerus clausus, que continua a ser mantido como política oficial, agravado pela quase estagnação do número de alunos que podem frequentar o Ensino Superior Público; a autorização indiscriminada de funcionamento de cursos do Ensino Superior privado, na sua grande maioria de muito baixa qualidade; e a ameaça de aumentos brutais de propinas no Ensino Superior Público, que o Ministério da Educação anunciou estar a preparar.

Em face desta situação, o PCP propôs na Assembleia da República a realização urgente de um debate sobre o acesso ao Ensino Superior.

E vai apresentar um projecto de lei que consagra um novo sistema de acesso ao Ensino Superior, que respeita a Lei de Bases do Sistema Educativo e extingue a PGA, prevendo também o alargamento decisivo da capacidade do sistema de Ensino Superior Público e a fixação de níveis de qualidade que os estabelecimentos privados deverão garantir para ministrar cursos do Ensino Superior.

**4.** A Comissão Política considerou os graves problemas que se estão a colocar à generalidade das instituições científicas e investigadores decorrentes da política do Governo Cavaco Silva em matéria de financiamento da I&DE e examinou em particular a questão do programa Ciência.

No plano científico e tecnológico, o fosso que separa Portugal do nível de países e regiões desenvolvidos e mesmo dos novos países industrializados tem vindo a acentuar-se, aumentando objectivamente os factores de dependência nacional.

Além do baixíssimo nível de recursos disponibilizados para a investigação científica e tecnológica, o facto do Governo pretender decidir cada vez mais só por si, através de um processo fundamentalmente administrativo e sem uma real audição e participação das instituições e da comunidade científica, sobre as actividades científicas e tecnológicas e as instituições a financiar ou não, está a ter também consequências muito negativas.

É o estrangulamento financeiro dos laboratórios e institutos do

Estado (com cortes orçamentais que estão a pôr em causa a continuidade da sua própria actividade) e restrições orçamentais às instituições do Ensino Superior que em absoluto as impedem do livre exercício da investigação e da inovação cultural. E as pressões cada vez maiores que o Governo exerce para que as unidades de investigação desenvolvam a prestação de serviços e a investigação sob contrato como forma de sobrevivência, mesmo quando isso implica a distanciação em relação às realidades e necessidades do País e a perda de autonomia para a prossecução dos seus próprios objectivos.

O programa Ciência, quer pela forma como foi elaborado, que excluiu a participação e o debate no seio das instituições científicas, quer pelo modelo do desenvolvimento científico e prioridades controversas que adoptou, quer ainda pela forma atribuída como têm sido elaborados os regulamentos dos concursos, tem vindo a suscitar um generalizado descontentamento e protesto no seio da comunidade científica.

A Comissão Política, ao mesmo tempo que avalia de uma forma altamente positiva a crescente intervenção dos próprios cientistas e investigadores portugueses em defesa de uma verdadeira política científica nacional, sublinha a importância do alargamento do debate em torno dos problemas do desenvolvimento científico e tecnológico do País.

É nesse sentido que o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, vai propor a discussão dos problemas do financiamento da I&DE e do programa CIÊNCIA na Assembleia da República.

**5.** A Comissão Política considerou da maior gravidade o Tratado assinado recentemente entre a Austrália e a Indonésia para a exploração do petróleo de Timor. O referido Tratado desrespeita o papel de Portugal como potência administrante, viola flagrantemente as resoluções da ONU sobre o território e atenta contra os interesses do povo timorense e da sua luta contra o invasor indonésio.

O PCP reafirma a activa solidariedade e o pleno apoio ao direito e à luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação e a independência.

O PCP reclama ao mesmo tempo da parte do Governo a denúncia e a enérgica condenação do Tratado sobre o petróleo de Timor em todas as instâncias internacionais e a tomada de iniciativas que possam comprometer a sua concretização ou cancelar os seus efeitos.

**6.** Em relação à evolução da situação no Golfo, a Comissão Política considerou os elementos disponíveis relativos aos esforços diplomáticos que estão em curso, designadamente a iniciativa do Presidente da URSS Mikhail Gorbatchov.

O PCP, que tendo condenado a invasão do Kuwait e reclamado a retirada do Iraque, desde a primeira hora defendeu a busca de uma solução pacífica negociada para o problema, bem como a resolução do conjunto de questões que permanecem em aberto na região - designadamente o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino e a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados - não pode deixar de acompanhar com esperança os esforços que estão a ser realizados na procura de um cessar-fogo e da abertura de um processo de negociações em torno dos complexos problemas existentes no Médio Oriente.

O PCP alerta, entretanto, para o perigo que a rigidez e a intransigência que a Administração norte-americana tem patenteado ao longo deste conflito, possa conduzir à evolução da confrontação e da guerra para um nível ainda mais dramático de destruições materiais e de liquidação de vidas humanas.

Todas as forças amantes da paz têm, no momento presente, redobradas razões para fazerem ouvir a sua voz.

## Sem multa

Os agentes da Polícia de Segurança Pública (PSP) estão a desenvolver uma forma de luta original em prol das suas reivindicações socioprofissionais: encetaram uma semana de tolerância à autuação. A ideia partiu da Associação Socioprofissional da PSP (ASPP) e consuma um protesto contra a falta de diálogo por parte do Ministério da Administração Interna em relação às reivindicações apresentadas por esta Associação, pretendendo aumentos salariais, o desbloqueamento das carreiras e a atribuição de subsídios de risco e turno — afinal aspirações tão justas e antigas como os próprios anseios dos profissionais da PSP em verem dignificadas as suas funções e reconhecidos os seus direitos.

A resposta do ministro da Administração Interna, Manuel Pereira, não se fez esperar nem, muito menos, surpreendeu ninguém.

Para ele, esta forma de luta «é ilegal e sem qualquer fundamento».

E, alarmadíssimo, acrescenta: «Hoje é uma multa, amanhã poderá ser um furto ou homicídio».

Julgando, provavelmente, estar a raciocinar como um polícia, o ministro sugere desenvolvimentos que extrapolam grosseiramente a luta definida — uma inofensiva e, até, simpática recusa em passar multas — e insulta todos os agentes da PSP com hipóteses que não passam pela cabeça de qualquer profissional responsável, polícia ou não.

Mas passam, pelos vistos, pela cabeça de um ministro. Depois temos a questão da ilegalidade.

Para o ministro é ilegal os polícias lutarem para serem ouvidos por ele próprio, ministro.

Mas não é ilegal ele, ministro, recusar ouvi-los.

Legal será os polícias fazerem tudo o que o ministro quer.

Reprimindo, por exemplo, a tiro populações pacíficas como a de Barqueiros, a favor dos empresários do caulino.

Ou desbastando desempregados à paulada em nome da «ordem pública».

Ou calando à força os legítimos protestos dos cidadãos contra a política governamental.

Ilegal é, tão simplesmente, querer que o ministro da Administração Interna preste atenção a quem dele depender hierarquicamente, e insistir nisso.

Ainda que através de uma inofensiva e simpática semana de tolerância à multa.

O que faz temer que, para o ministro da Administração Interna e o Governo português, a legalidade não seja algo que se exerce, se aplica e se impõe para salvaguarda dos interesses e direitos de todos — polícias ou não... — mas um privilégio ao serviço e à discricção de alguns.

Os guardiões do templo.

Os ministros, da Administração Interna ou outro qualquer.

Mas o ministro também acha que a luta dos agentes da PSP não tem «qualquer fundamento».

O que pressupõe uma de duas coisas.

Ou não tem, de facto, fundamento, e os agentes da PSP estão equivocados — o ministro da Administração Interna tem passado horas a fio à espera deles no seu gabinete, aguardando com ansiedade que a sua mesa de trabalho se inunde de propostas e reivindicações da Associação Socioprofissional. Eles é que não apareceram, preferindo andar aí pelas ruas sem multar ninguém.

Ou então tem fundamento, e o ministro está a mentir.

■ HC

### Trabalhadores



## A 16 de Março, em todo o País CGTP promove acção contra o pacote laboral

No plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN foi aprovada a realização em 16 de Março de uma grande acção nacional contra o pacote laboral, que se traduzirá na realização de concentrações e manifestações. Na ocasião, o coordenador da Central confirmou que a Intersindical Nacional vai solicitar ao Presidente da República a verificação preventiva da constitucionalidade da autorização legislativa pedida pelo Governo.

O plenário de sindicatos realizou-se no dia 14, no teatro Villaret em Lisboa, e nele foi aprovada uma resolução político-sindical «Contra o pacote laboral, pela melhoria dos salários, pelas 40 horas, pela paz e contra a guerra». Também por unanimidade, foi aprovada a alteração do calendário de actividades para este ano, definindo no plano geral a realização de uma conferência sindical nacional (a 20 e 21 de Junho) e de debates sobre reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais (27 de Março), sobre segurança social (19 de Abril) e direitos dos trabalhadores (em Abril ou Maio).

#### ... depois do Acordo

«Tornam-se hoje mais evidentes as razões que levaram a CGTP-IN a não subscrever o Acordo Económico e Social para 1991» — afirma-se na resolução político-sindical do plenário. — «De facto, decorridos 4 meses sobre assinatura do AES, constata-se que se acentuaram os seus aspectos negativos e que os positivos se revelam manifestamente insuficientes para responder aos graves problemas sociais existentes.»

Uma das razões que levaram àquela posição da CGTP teve a ver com a pretensão do patronato e do Governo de, após firmado o Acordo, proceder a uma revisão da legislação do trabalho. O pacote laboral que o executivo de Cavaco Silva agora pretende fazer publicar mostra agora, de forma mais notória, refere a Intersindical Nacional, que «o real propósito das alterações pretendidas não era o de adequar a legislação às novas relações industriais e às necessidades de modernização da economia portuguesa, mas antes o de enfraquecer ainda mais a posição dos trabalhadores no quadro das relações laborais, numa perspectiva de se continuarem a resolver os problemas da competitividade das empresas à custa da mão-de-obra barata».

A Central afirma mesmo que nos projectos do Governo

há, em determinadas matérias, «uma inversão do sentido histórico do Direito do Trabalho», fazendo das leis laborais um «tapete de protecção da lógica do lucro, e não de protecção do trabalhador», como diria Carvalho da Silva aos jornalistas no final da reunião.

Nessa conferência de imprensa o coordenador da CGTP referiu as preocupações suscitadas em vários sectores da sociedade portuguesa por este pacote de leis laborais.

No entender da Inter, a autorização legislativa, sobre estas matérias, que o Governo e o PSD fizeram passar na Assembleia da República, está ferida de inconstitucionalidade formal e material, devido à falta de consulta pública prévia e por violar o direito à segurança no emprego e à proibição de despedimento sem justa causa.

Os problemas que a aprovação do pacote provocaria, considera a CGTP, iriam afectar todos os trabalhadores. Por isso, a Central decidiu fazer um apelo à UGT «para que a sua atitude seja alinhar em defesa dos interesses dos trabalhadores»; daí a proposta feita pela Intersindical Nacional de realização de um

encontro para discutir as alterações às leis laborais, a política salarial e a situação no Golfo, adiando a resolução política-sindical do plenário que «difícilmente se entenderia uma atitude passiva da UGT» face à luta contra o pacote laboral.

#### Por melhores salários

Na resolução cita-se um estudo da OCDE sobre Portugal, publicado recentemente e que mostra que os salários têm evoluído abaixo da produtividade, enquanto os lucros cresceram fortemente. Apesar de tal evolução desfavorável, em 1990 o crescimento dos salários nominais é estimado pela OCDE em 15,8 por cento, o que para a CGTP confirma que «o referencial de 13,5 por cento que o Governo e o patronato procuram impor se situa bastante abaixo da tendência de crescimento dos salários e que o objectivo real é continuarem uma política errada de moderação salarial, assente na sobreexploração dos trabalhadores».

Também o balanço da contratação colectiva cujas negociações já foram concluídas em 1991 (com aumentos salariais entre os 15 e 16 por cento) «demonstra que a CGTP-IN tem razão quando defende que existem condições económicas objectivas que permitem aumentos salariais mais elevados do que os que o patronato e o Governo pretendem impor». A Central, recordando que neste primeiro trimestre decorrem nego-

ciações contratuais que abrangem mais de um milhão de trabalhadores, reafirma a reivindicação de aumentos não inferiores a 18 por cento e sublinha a importância decisiva da acção reivindicativa, que deve «prosseguir com mais vigor».

#### Agir no imediato

Uma vez que «não se registam respostas positivas por parte do patronato e do Governo às pretensões e reivindicações essenciais da CGTP-IN e persistem aspectos gravosos da política laboral», o plenário nacional de sindicatos decidiu levar à prática, nas próximas semanas, uma grande acção de esclarecimento, protestos e lutas contra o pacote laboral, contra a flexibilização e precarização, pela segurança no emprego, pela melhoria dos salários, pela redução da duração do tempo de trabalho e pelo limite máximo das 40 horas semanais, pelo emprego, pela melhoria da protecção social, pela paz e contra a guerra.

Esta acção passa, «em primeiro lugar» (como refere a resolução) pelo contacto directo com os trabalhadores, e nela se devem inserir a campanha da Interjovem contra a precariedade de emprego e as comemorações do 8 de Março.

No dia 16 de Março, com os mesmos objectivos, a CGTP promoverá uma grande acção nacional, traduzida na realização de concentrações e manifestações por todo o País.

## Transportes no Porto Justas críticas e indignação

Declarações do presidente da Câmara Municipal do Porto, ou o que delas aparece nos órgãos de comunicação social, sobre o futuro do STCP (Serviço dos Transportes Colectivos daquela cidade) causam «viva preocupação». Segundo a direcção da Organização da Cidade do Porto do PCP, que em 14 do corrente se pronunciou sobre o assunto, há uma «operação em curso» de que a população não tem conhecimento.

No essencial, essa operação, que envolveria uma empresa francesa e o «tão falado metropolitano de superfície», consistiria em «promover o saneamento financeiro do STCP (fala-se em mais de 6 milhões de contos), investir em projectos de longa duração, como as estações da via Norte e Gaia, e assinar um protocolo de indemnizações compensatórias a conceder anualmente».

No entender da organização do PCP que, juntamente com a população, tem formulado várias críticas à gestão do STCP, tratar-se-ia da formação de uma empresa mista que retiraria às autarquias (pensa-se a nível da região do Porto) a possibilidade de controlar os preços e de exercer a sua competência noutras áreas de interesse público, normalmente adstritas ao poder local.

Ao protestar pela maneira como estão a ser conduzidos tais negócios, que implicam que os encargos «sejam do Estado e das autarquias, ou seja dos cidadãos, e que o fundamental dos lucros seja de meia dúzia de capitalistas», a Organização do Porto dirige-se à população para fazer valer que, «apesar das notícias vindas na comunicação social, tal problema nunca foi discutido nem na Câmara nem na Assembleia Municipal, o que não pode deixar de suscitar justas críticas de indignação».

## Trabalhadores

## ENSINO SUPERIOR

## Docentes e investigadores protestam junto do Primeiro-Ministro

A imediata apresentação de uma proposta de descongelamento de escalões, que contribua para a dignificação das carreiras do ensino superior, faz parte de um abaixo-assinado de protesto e apelo junto do Primeiro-Ministro que, segundo a Fenprof, «está a correr em todo o País» entre os docentes e investigadores do ensino superior. Dos subscritores destaca-se o professor Simões Lopes, reitor da Universidade Técnica.

Os outros nomes mencionados pela Fenprof são os dos professores universitários José Tribolet, Mariano Gago, Urbano Tavares Rodrigues, Francisco Pereira de Moura, Jorge Dias de Abreu, José Barata Moura, Pedro Amaro, Victor Jabouille e Dargent de Albuquerque.

O abaixo-assinado, que é promovido pela mesma Federação Nacional dos Professores (Fenprof), «chama a atenção do Primeiro-Ministro para a situação de discriminação de que sente ter sido alvo o sector do ensino superior».

Nomeadamente, acrescenta a Fenprof ao dirigir-se à imprensa em 11 do corrente, os professores e investigadores universitários manifestam «a sua grande preocupação pela ausência de qualquer proposta de descongelamento de escalões, que já deveria ter tido lugar a 1 de Julho do ano findo e em 1 de Janeiro passado, tal como aconteceu com outros sectores da Administração Pública».

## Situções inenarráveis na educação especial

O departamento de educação especial da Fenprof reuniu-se recentemente com representantes da Secretaria de Estado da Reforma Educativa. De um longo texto emitido nessa altura pela Federação destaca-se o ponto relacionado com as condições de trabalho nesse sector.

A Fenprof entregou ao Ministério da Educação um memorando onde se sublinha:

- A inexistência de instalações para o apoio de alunos deficientes integrados em escolas do ensino regular, que assim tem que ser feito em corredores, átrios, cozinhas, gabinetes médicos, vãos de escada, etc.;

- A inexistência de material didáctico para o trabalho com os alunos deficientes e a ausência de verbas para o adquirir, o que leva a situações caricatas tais como, na Região Centro, por exemplo, ter sido atribuído a cada professor um lápis e meia borracha, ou seja, uma borracha para cada dois professores;

- O não pagamento, desde Abril do ano passado, dos transportes que os professores são obrigados a fazer diariamente por força do atendimento dos alunos, muitas vezes em carro próprio, por in-

xistência ou escassez de transporte público, e para os quais têm que adiantar dinheiro do seu bolso. Isto significa que estes professores têm que pagar para poderem trabalhar, e que o Ministério da Educação lhes deve, neste momento, muitas dezenas de contos;

- As imprecisões, incertezas e incorrecções na aplicação de matérias do estatuto da carreira docente são uma constante;

- São os salários incorrectamente processados;

- Os grupos de trabalho do Ministério da Educação remetem-se a um inquietante mu-

Por isso, o SPGL «repudia veementemente essa postura do Ministério» e protesta contra a falta de diálogo efectivo, com resultados, e desenvolvido com os sindicatos representativos e não com «organizações recém-formadas e com duvidosa representatividade dos docentes».

## Enquanto o Ministério faz propaganda, sindicatos e professores apontam graves deficiências, incapacidades e mesmo atropelos às leis em vigor

- O não pagamento desde Junho do ano transacto das gratificações de especialização e de itinerância, a que os professores têm direito, quando o próprio decreto-lei que as cria obriga ao seu pagamento mensal e regular. Também aqui são várias as dezenas de contos de dívidas do Ministério da Educação para com os docentes. Muitas vezes acumuladas com as dos transportes;

- O não acesso aos cursos de especialização para a educação dos milhares de docentes não especializados, quando apenas duas escolas superiores de educação no País — Lisboa e Porto — fazem esta formação, e apenas recebem anualmente 25 professores cada;

- A necessidade da existência nas equipas de educação especial de outros técnicos para além dos professores, tais como: psicólogos, terapeutas e auxiliares pedagógicos.

Todas estas questões foram apresentadas ao Ministério, lembrando a Fenprof que o ensino especial deve ser gratuito, o que não sucede.

O extenso comunicado do secretariado nacional da Fenprof conclui afirmando que «a universalidade e gratuidade da escolaridade obrigatória, preceituada na Constituição da República Portuguesa, e prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo, continua a não ser para todas as crianças. O Estado português não reconhece às crianças deficientes esse direito».

## Precariedade da educação e do ensino

Sensivelmente na mesma altura em que a Fenprof emitia o comunicado que acabámos de citar, a direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) contestava veementemente a propaganda do Ministério da Educação que «tem alimentado profusamente as páginas dos jornais com avanços e modernidades», quando a prática é completamente diferente.

Assim a direcção do SPGL chama a atenção para outras realidades:

tismo;

- A ausência de regulamentação do articulado do estatuto tem sido prática regular do Ministério da Educação;

- O atropelo à dignidade profissional dos docentes tem sido cada vez mais frequente.

## Comissão de luta em Viseu

Os professores provisórios e efectivos de nomeação provisória elegeram entretanto, em



A condução do ensino em geral continua a merecer fortes críticas dos sindicatos e dos profissionais

Viseu, uma comissão de luta que, «conjuntamente com o executivo distrital do SPRC/Fenprof (Sindicato dos Professores da Região Centro), desenvolverá diversas acções ao seu alcance e proporá à

direcção do Sindicato e da Federação que organize nacionalmente outras», sobretudo contra a escassez de vagas e pela aplicação do novo sistema retributivo aqueles professores.

## Ferroviários Fortes motivos para reacear o pior

Três dias antes da mais recente greve na CP à qual, segundo a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, aderiram «cerca de 95 por cento dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso», as comissões de trabalhadores daquela empresa pública reuniam-se em Lisboa. Tendo aprovado vários documentos, aquelas organizações representativas (mais exactamente a CT e as Sub-CTs da CP) voltaram a interrogar-se, como já o tinham feito em fins de Janeiro, sobre o que o conselho de gerência prepara para este ano. Num comunicado distribuído na altura, a CT, com sede em Lisboa, sublinha que, «pela amostra dos primeiros dias do ano, temos fortes motivos para reacear o pior».

Isto no que respeita principalmente aos salários. «O que podemos dizer — acrescentam — é que pelo terceiro ano consecutivo», em 1990, «voltámos a ter aumentos inferiores à inflação».

No que respeita a 1991, a gestão «reincide, segundo as CTs, na divisão dos ferroviários em trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda. Ora isto é um erro crasso — ponderam —, pois a empresa tem de funcionar como um todo. Os descontentamen-

tos sectoriais acabam sempre por funcionar como grãos de areia na engrenagem. E a repressão só agrava mais as coisas».

## Violada a lei da greve

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, através do seu conselho nacional, acusava, entretanto, os gestores da CP de «clara violação da lei da greve».

Depois de referirem a adesão de cerca de 95 por cento dos trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso, os dirigentes da Federação afirmavam em 8 do corrente que «algumas hierarquias», além de pressionarem elementos do pessoal no sentido da não adesão àquela forma de luta, tentavam «aliciar trabalhadores que estavam de folga» para substituírem «outros trabalhadores que aderiram à greve».

Ao referir-se às consequências de tão elevada adesão, o conselho nacional da FSTFP acrescentava que se podia verificar nesse dia «uma perturbação na circulação ferroviária, de Norte a Sul do País».

Para a Federação, havia «atrasos a nível geral e supressão de comboios» sobretudo no Sul.

## O que mais preocupa os ferroviários

Uma resolução aprovada pela CT e Sub-CTs em 5 do corrente, durante a reunião nacional efectuada em Lisboa, refere que «após profunda análise das questões que mais preocupam os trabalhadores ferroviários, os participantes na reunião» decidem:

1. Reiterar a exigência da efectiva modernização da CP, com a participação de todos os trabalhadores ferroviários.

2. Exigir do CG (gestão) o cumprimento da Lei 46/79, nomeadamente quanto ao direito de reunião, de informação e de obrigatoriedade de parecer prévio.

3. Exigir do CG uma postura diferente nas reuniões com as organizações dos trabalhadores, de modo a ter em conta as suas valiosas opiniões e contributos que, por sua vez, eliminariam situações de conflito permanente e contribuiriam para uma justa e correcta gestão da empresa.

4. Exigir do CG um investimento mais significativo nas actividades sociais, como factor mobilizador na dinamização e obtenção de melhores resultados da gestão.

5. Exigir que o CG assente a sua política de pessoal num correcto aproveitamento dos recursos humanos, e que abandone os métodos represivos e de coacção, privilegiando a via do diálogo, proporcionando oportunidades iguais a todos os trabalhadores.

6. Exigir que a formação profissional seja extensiva a todos os trabalhadores, como componente fundamental para a efectiva modernização da CP.

7. Lutar contra o novo pacote laboral do Governo, que se prepara para legislar em matérias nefastas para os trabalhadores, mas fugindo à discussão pública.

8. Apoiar todas as acções de luta que os trabalhadores venham a encetar pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, nomeadamente por aumentos salariais justos, pela redução do horário de trabalho e da idade de reforma e contra o pacote laboral.

9. Face ao quadro constatado na CP, desenvolver acções de esclarecimento junto dos trabalhadores, da opinião pública e dos órgãos do poder.



Os ferroviários continuam a manifestar-se (arquivo, 1990)

## Assembleia da República

# Governo obstrói gestão de Lisboa

O deputado comunista João Amaral acusou o Governo de ter erigido Lisboa como «palco do seu manobristo e dos seus objectivos de luta política», deixando arrastar processos que dependem da sua intervenção, atrasando decisões que lhe cabe tomar e chegando mesmo a boicotar decisões.

Fundamentando a sua acusação, proferida na passada semana da tribuna da Assembleia, João Amaral recordou a dívida de 40 milhões de contos do Estado ao Município, a verba insuficiente para financiamento da Via Norte-Sul que cruza a cidade, o bloqueio ao

diálogo com a tutela do Porto de Lisboa, a ausência de solução para o problema da habitação cuja responsabilidade é do Executivo, o atraso nas decisões sobre o Metro, o bloqueio ao Regulamento de Cargas e Descargas ou ainda a decisão de constituir a Comissão da

## — acusa João Amaral em hora de balanço

EXPO 98 sem a presença da Câmara Municipal de Lisboa.

Bloqueamentos, atrasos e desconsiderações do Governo que, do ponto de vista do parlamentar do PCP, evidenciam não apenas a sua falta de respeito pelos lisboetas e pela cidade como a sua incomodi-

dade pela situação criada com a coligação de comunistas e socialistas que há cerca de um ano gere os destinos da capital.

Uma gestão cujo balanço João Amaral não hesitou em evidenciar como «francamente positivo», como aliás tratou de

demonstrar na sua intervenção socorrendo-se para o efeito de alguns exemplos concretos do trabalho até agora realizado, graças ao qual foi possível inverter a situação de pré-ruptura e de quase caos a que a anterior gestão de dez anos de direita conduziu a cidade.

Por virtude de um trabalho assente num «novo estilo» e em «novas expectativas», de onde sobressai a área do Planeamento como novidade essencial, lembrou João Amaral, foi assim possível refrear e nalguns casos até inverter a política de descaracterização da cidade, destacando-se entre as medidas adoptadas o facto de a Câmara ter executado em 80 por cento o Plano de Actividades de 90, contra uma média de 61 por cento nos quatro

anos do último mandato de Abecasis.

Mas a acção de comunistas e socialistas à frente da capital — cujo entendimento teve, entre outros, o mérito de fazer ruir tabus laboriosamente construídos ao longo dos anos, como sublinhou o deputado do PCP e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa —, foi ainda caracterizada pelo lançamento de concursos para a resolução dos numerosos estrangulamentos de Lisboa, de novos parques de estacionamento, de um programa de iniciativas culturais, desportivas e recreativas que animou a cidade de forma marcante, como marcante tendo sido a atitude nova para com o ambiente de que se destaca a aprovação do Plano de Monsanto, a plantação de dez mil árvores e o arranque de grandes obras de infra-estruturas como a construção do interceptor de esgotos Algés/Belém/Alcântara e a adjudicação do interceptor do Cais do Sodré/Alcântara.

## Educação em defesa do ambiente PCP quer nova postura ética

Aproximar a Lei à realidade viva do movimento das associações de defesa do ambiente, colmatando simultaneamente lacunas no actual quadro legal, tais são em substância os objectivos de duas iniciativas legislativas do PCP na área ambiental, apresentadas na semana finda na Mesa da Assembleia da República.

Trata-se de dois projectos de lei nos quais se definem as bases de um plano de educação ambiental e um conjunto de alterações à Lei das Associações de Defesa do Ambiente, diplomas que na perspectiva do Grupo Parlamentar do PCP, como fizeram notar em conferência de imprensa os deputados Ilda Figueiredo e Victor Costa, pretendem ainda contribuir para a «formação de uma nova mentalidade, fomentar uma nova consciência ecológica e uma nova postura ética».

Questões que do seu

ponto de vista não podem deixar de ser obrigatoriamente tidas em conta quando se fala de crescimento económico e desenvolvimento tecnológico e que constituem de resto uma preocupação evidenciada pelas mais diversas organizações internacionais.

A este propósito foi recordado a título de exemplo o caso do 2.º Congresso Internacional de Educação Ambiental promovido pela UNESCO, em 1987, no decorrer do qual representantes de 90 países aprovaram a Estratégia Internacional de Educa-

ção Ambiental para os anos 90 e definiram a década de 1990-2000 como a década mundial para a educação ambiental.

Embora no nosso país a Lei de Bases do Ambiente publicada em 1987 defina no seu articulado alguns princípios e objectivos que vão no sentido de promover a inclusão da componente ambiental na educação básica e na formação profissional, tendo inclusive sido criado o Instituto Nacional do Ambiente INAMB, a verdade é que tais intuitos, não obstante algumas acções positivas pontuais, como foi referido aos jornalistas, estão longe de se concretizar, até porque não foram dados àquele organismo os meios técnicos, humanos e financeiros considerados necessários.

A luz deste contexto deve

pois ser apreciada a iniciativa legislativa do PCP, elaborada com vista a contribuir positivamente para a urgência de incluir a educação ambiental no sistema educativo e na formação de animadores ambientais, passo considerado fundamental para dar um novo impulso nas acções a desenvolver pelo INAMB e para incentivar experiências a realizar por autarquias, sindicatos, associações, colectividades, professores, cientistas, e técnicos.

Quando ao projecto de lei que alerta a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, recolhida que foi a experiência de três anos de vigência da Lei, trata-se, no fundamental, de colmatar algumas omissões e corrigir situações que dificultam uma maior actividade das Associações de Defesa do Ambiente.

## Combate aos fogos florestais Medidas são insuficientes

O Grupo Parlamentar do PCP considerou claramente insuficientes as medidas tomadas pelo Governo com o objectivo de combater os fogos florestais, voltando a insistir na ideia de que sem uma política de ordenamento florestal e sem medidas de prevenção não se combatem de forma

efectiva os factores que estão na sua origem.

Esta questão voltou a estar no centro do debate parlamentar no final da passada semana a propósito da ratificação, solicitada pela bancada comunista, do Decreto-Lei que regula a ocupação do solo objecto de um incêndio florestal.

Explicitando as razões que levaram a sua bancada a pedir esta ratificação, Ilda Figueiredo assinalou o facto de com ela se pretender alertar para a utilização incorrecta que o Governo fez de uma proposta do PCP ao proibir, com excepções, os loteamentos destinados a construção e a introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal pelo prazo de dez anos nos terrenos com povoamentos percorridos por incêndios.

Nesta medida, com efeito, como assinalou a deputada do PCP, o Executivo não contempla apoios ou compensações para os pequenos proprietários florestais que, sem recursos financeiros, poderão ser condenados à ruína, enquanto aguardam o despacho conjunto dos vários ministros que retirem a proibição por nada ter a ver com o incêndio que atingiu a sua propriedade.

O Decreto-Lei que estabelece um novo regime jurídico do seguro agrícola, apresentado pelo Governo após uma iniciativa legislativa sobre idêntica matéria apresentada pelo PCP, foi também alvo de um pedido de ratificação subscrito pelos parlamentares comunistas.

Apesar de representar uma considerável melhoria relativamente ao regime anterior, a verdade é que estas altera-

ções são insuficientes como assinalou o deputado Rogério de Brito, do mesmo modo que o grau de eficácia exigível está longe de ser atingido.

Apreciando os aspectos que fundamentam esta opinião, Rogério de Brito recordou nomeadamente a circunscrição de o diploma em apreço se limitar a instituir um novo regime jurídico mantendo assim uma «manta de retalhos» que considerou incompatível com a integração que a racionalização e a eficácia do regime segurador para a actividade agrícola impõem, por forma a articular os objectivos de política agrícola e a melhorar a própria economia do seguro, face a sistemas, económico-productivos também eles cada vez mais integrados.

Para a bancada do PCP, recorde-se, o regime de seguro agrícola deve ter como princípios fundamentais a racionalização dos conceitos, sistemas e regras de cobertura, a não inclusão com carácter obrigatório de riscos que encareçam desnecessariamente o seguro ou convidem à sua rejeição, devendo ainda passar, como frisou Rogério de Brito, pelo alargamento e diversificação de modalidades de seguro e culturais, produtos e coisas por ele abrangidos, de acordo com um regime de seguro integrado e amplo.

## Estado de excepção na Saúde?

O prorrogamento por mais quatro anos de medidas legislativas excepcionais que dispensam formalidades legais para a consignação de obras em unidades de saúde, solicitado através de Decreto-Lei pelo ministro da Saúde, exactamente com o mesmo argumento utilizado no Decreto anterior pela então titular da pasta, Leonor Beza, foi considerado pelo deputado do PCP João Camilo como uma atitude pouco prudente do Governo.

Porquê? «Porque as medidas são de natureza claramente excepcional e o ano de 1990 foi essa excepção por motivos ponderosos», de acordo com a interpretação de João Camilo, «ou trata-se de uma mistificação ou artificio para perpetuar uma situação, o que não pode nem deve merecer acolhimento».

Seja como for, para o deputado do PCP, que não quis admitir «como verosímeis versões que correm de que se trataria de criar uma circunstância atenuante para antigas negligências» — as palavras são suas —, o que não pode acontecer é que no Ministério da Saúde se viva um «estado de excepção permanente» e que aquilo que por definição é transitório passa a ser apresentado como a normalidade.

## Hoje em debate: benefícios a idosos

A adopção de medidas em benefício dos pensionistas e idosos, incidindo num caso na área da Saúde e no outro no acesso sem restrições aos transportes públicos, constituem o objecto de dois projectos de lei da iniciativa do PS e PCP, hoje em debate no plenário da Assembleia da República.

Atento aos graves inconvenientes provocados aos idosos pelos condicionamentos que lhes são impostos na utilização dos seus títulos de transporte onde beneficiam de reduções legais — veja-se o caso do passe social cuja utilização só é permitida em períodos fora das horas de ponta —, o projecto de lei apresentado pelo PCP elimina essas restrições, garantindo aos pensionistas e idosos a utilização plena do seu título de transporte e o seu direito a adquiri-los com as reduções legalmente previstas.

A iniciativa legislativa do PS, por sua vez, define uma Lei Quadro de benefícios a pensionistas em risco de consumo acrescido de medicamentos e outros bens de saúde.

## Gestão ruínoza na CP

A gestão ruínoza da CP, cujos efeitos são particularmente sentidos pelos seus 22 mil trabalhadores e por vários milhões de utentes, esteve há dias em foco no Parlamento. A iniciativa de levar o assunto a plenário partiu o deputado comunista Luís Roque, que aproveitou o ensejo de uma sessão de pergunta ao Governo, onde esteve presente o secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, para chamar a atenção para alguns casos concretos daquilo a que chamou a «incapacidade da gerência». É o caso dos projectos incluídos em diversos anos em PIDDAC e no plano de modernização da CP, cujo não cumprimento, disse, levou a que dotações orçamentais do Governo não aplicadas revertessem para o serviço da dívida da CP, exactamente por falta de projectos e deficiente gestão.

O deputado comunista fez questão de sublinhar, por outro lado, as empreitadas para renovação da via num montante superior a um milhão de contos efectuadas sem concurso público — acto que considerou grave do ponto de vista jurídico — e quanto aos direitos dos trabalhadores lembrou a perda de poder de compra na ordem de 7,6 por cento, de 1988 para cá, em resultado da inflação, e a supressão do subsídio de dez por cento da renda de casa aos reformados da CP do regime da Caixa de 1927.

## Deputados em Sintra e na Amadora

Deputados comunistas iniciaram ontem um programa de visitas aos concelhos de Amadora e Sintra. Estendendo-se até ao próximo sábado, estas deslocações inserem-se no quadro de contactos regulares dos parlamentares comunistas com os seus eleitores com vista a um melhor conhecimento dos problemas.

Do programa constam visitas a duas fábricas (Nobre & Silva e Fábrica Portugal), reuniões com estruturas representativas dos trabalhadores e com representantes das autarquias locais e organizações sociais e sindicais.

PCP

## Carlos Carvalhas, na Assembleia dos bancários comunistas de Lisboa, falou do sistema financeiro

# Economia portuguesa: quem decide?

**Fortalecer o PCP. Lutar por um forte Sector Empresarial do Estado, pelos direitos de todos os bancários** — foi com este lema que decorreu no último sábado, no Centro Vitória, a VII Assembleia da Organização dos Bancários de Lisboa do PCP. O secretário-geral adjunto do Partido, camarada Carlos Carvalhas, esteve nessa Assembleia e abordou vários temas de actualidade, nomeadamente o Mercado Único, a União Económica e Monetária e o sistema financeiro português (extracto que já de seguida deixamos à apreciação dos nossos leitores), o **pacote laboral** e a **desvirtualização e degradação da democracia**.

### Fragilidade

Em Julho de 1988 a Revista da Banca, no seu n.º 7, publicou um conjunto de intervenções de um Seminário promovido pela Associação Portuguesa de Bancos, com o tema «1992 — Mercado Único dos Serviços Financeiros», sem dúvida uma questão fulcral com influência decisiva no futuro dos bancos dos países comunitários e, em particular, daqueles que, como o nosso, se encontram num estágio de relativo menor desenvolvimento.

Aí se reconhece a fragilidade do sistema financeiro português e vários intervenientes mostram mesmo o seu ceticismo em que a «economia portuguesa possa sobreviver como economia portuguesa e não apenas como área regional doutras economias». «Sem ter alguns bancos portugueses com um mínimo de dimensão para terem uma capacidade de negócio internacional», afirmando-se «a grande necessidade» de preparar 1993, «em tais termos que o

centro vital do sistema financeiro português não passe, ou não se criem condições para passar facilmente, para cen-

tíssima presença espanhola no sistema financeiro português».

E qual foi a política seguida?

Em vez da reestruturação e dinamização do sistema bancário nacionalizado com vista à sua preparação para o embate do Mercado Único, o Governo limitou-se à criação de dois grupos públicos (sistema que defendemos) e sem qualquer lógica de negócios ou de complementaridade agindo no mercado sem qualquer articulação.

Deixou praticamente todos

É uma política de entrega a prazo das alavancas da economia portuguesa para os centros de decisão externos.

Quanto ao fortalecimento da banca, o Governo limitou-se no essencial a permitir excessivas margens de intermediação que, embora drenando recursos, penalizaram o sistema produtivo em favor do sistema financeiro. Chegou-se ao escândalo do indicador «cash-flow» apresentar no último ano (1990) um acréscimo de 65% para 23 dos 30 bancos do sistema. No entanto esta recuperação, sem ter sido acompanhada da reestruturação, articulação e dinamização do sistema, é mais do que insuficiente mesmo para cobrir as responsabilidades de várias instituições e ainda para estabelecer um sistema moderno e eficiente.

### Tráfico de influências

A clientela do Governo pode aumentar com o negociocismo e o tráfico de influências que têm acompanhado estes processos mas o que não lhe tirará é o carácter antinacional.

Neste processo, em que são anunciados com todo o descaramento a privatização de empresas básicas e estratégicas (Petrogal, Cimpor...), e em que até agora das privatizações já realizadas 27 accionistas ou menos detêm a parte de «leão», ficando claramente a nu a demagogia da «democratização do capital», é particularmente significativo o silêncio do PS em que alguns actuais líderes, ainda não há muito, juravam publicamente que este partido nunca permitiria a reconstituição do poder de meia dúzia de famílias, cada uma com o seu banco, a sua companhia de seguros, o seu jornal e agora a sua rádio privada e, quem sabe, o seu canal de televisão...

## Tarefas prioritárias

- Intensificação da luta contra a política do Governo do PSD, designadamente a privatização do sector;
- Luta pela segurança de emprego;
- Luta pela manutenção dos direitos consagrados na lei e no ACTV e pelos direitos adquiridos em cada uma das empresas;
- Reforço do Partido com uma intervenção que permita o alargamento da nossa influência junto dos bancários;
- Empenhamento na organização da luta e unidade dos bancários, reforçando o nosso combate a métodos reformistas e de conluio com os Conselhos de Gestão e Administrações, bem como ao divisionismo que a UGT procura desenvolver no seio dos trabalhadores;

Da Resolução aprovada na VII Assembleia

tros que escapem ao controlo português».

Neste seminário, por exemplo, Artur Santos Silva, presidente da Direcção do BPI afirmou mesmo que como português não poderia deixar de manifestar preocupações ao que poderia vir a se «uma for-

os bancos comerciais de fora, destinando-os ao leilão e à posse paulatina do capital estrangeiro. Não prevê sequer a criação de um forte grupo financeiro que obrigatoriamente teria de contar com um BESCL e um BPA para fazer frente ao Mercado Único.

## Vila de Riba D'Ave As demissões do PS e a ameaça da lixeira

As demissões dos eleitos do PS na Assembleia de Freguesia e a ameaça de instalação de uma lixeira na localidade são questões que a Comissão do PCP da Vila de Riba D'Ave comenta num breve depoimento que fez chegar à Redacção do «Avante!»:

Foram os ribadavenses surpreendidos com a atitude dos dirigentes locais do PS ao renunciarem aos cargos que dispunham na Assembleia de Freguesia e ao tomarem público partido pela instalação, na nosa Vila, de o ETRS-Lixeira. É óbvio que são livres de o fazer. Mas da nossa parte, lamentamos tais atitudes e repudiamos o conteúdo das afirmações produzidas.

Os dirigentes locais do PS vêm demonstrar que não aceitam a escolha democrática feita pelos eleitores de Riba D'Ave que atribuíram à CDU a responsabilidade de dirigir e defender os interesses da freguesia. É de lamentar que os dirigentes do PS não tenham compreendido, ainda, que a democracia implica respeito pelas mudanças em resultado da soberana vontade das populações.

Pensamos que as verdadeiras motivações que levaram à renúncia dos membros do PS na Assembleia de Freguesia ainda estão, hoje, por se conhecer, estando nós, porém, convictos de que essas motivações nada têm a ver com os reais interesses da Vila de Riba D'Ave. O tempo próximo se encarregará de o demonstrar.

Neste importante momento para a vida colectiva dos ribadavenses, consideramos, que acima das atitudes estêreis e clubísticas assumidas pelos eleitos do PS, importa continuarmos unidos para impedir que a Associação de Municípios do Vale do Ave instale, na nosa terra, a pretendida ETRS-Lixeira.

Estamos convictos de ter feito o que está ao nosso alcance. O PCP, desde o primeiro momento, teve sempre a mesma posição — acção solidária com a população e seus órgãos autárquicos e agir para impedir que se concretize tais projecto contra a vontade dos ribadavenses.

Neste sentido, deslocaram-se a Riba D'Ave e encontraram-se com a Junta de Freguesia o deputado da Assembleia da República, Júlio Antunes e o membro da Assembleia Municipal, Barbosa da Silva. O Grupo Parlamentar apresentou, através da deputada Ilda Figueiredo, um Requerimento ao ministro do Ambiente; o deputado do Parlamento Europeu, José Barros Moura formulou, por escrito, uma pergunta à Comissão das Comunidades.

A população de Riba D'Ave, conhece-nos. Sabe que pode contar com os comunistas para defender os seus justos anseios.

## Política PSD desagrada emigrantes

José Casanova, membro da Comissão Política do PCP, chefiou recentemente uma delegação da DORL que manteve encontros e reuniões com a organização do PCF da região de Paris. Durante a estadia na capital francesa, a delegação do PCP teve igualmente oportunidade de contactar com a comunidade de emigrantes portugueses, participando designadamente num plenário das organizações do PCP, em que estiveram presentes quadros comunistas de 6 países da Europa.

Interrogado pelo «Avante!» sobre as impressões que colheu no contacto com as organizações de emigrantes do PCP, José Casanova referiu a «intervenção muito activa dos militantes no estudo e avaliação dos problemas sentidos, bem como na procura de soluções», realçando a «intensa participação dos comunistas e de outros portugueses emigrantes nas organizações sindicais do país onde trabalham».

Durante a visita da delegação da DORL, realizou-se, a 9 e 10 de Fevereiro, um plenário que contou também com a presença de Martins Coelho, membro do Comité Central do PCP, e definiu as orientações gerais da actividade política no decorrer de 1991, que nomeadamente se ligam com as perspectivas e objectivos electorais para as próximas eleições legislativas. Neste contexto, a resolução aprovada aponta para uma campanha eleitoral que perspectiva a eleição de um deputado pelo círculo da Europa.

Os participantes analisaram e debateram ainda a situação dos emigrantes à luz da política do Governo português e dos países de acolhimento. O plenário denunciou situações de «precariedade, discriminações e injustiças» que enfrenta a grande maioria dos portugueses na Europa, considerando urgente encontrar soluções para casos especialmente gravosos.

### Expulsão ameaça emigrantes

Nestes os comunistas da emigração incluem a expulsão sistemática de trabalhadores portugueses em França, a exploração suplementar de que são vítimas os portugueses que trabalham na construção do Metro, em Toulouse, onde a jornada de trabalho chega a atingir 15 horas e os salários são inferiores aos que auferiam anos antes na região de Paris. A isto soma-se a liquidação de direitos sociais e o aumento de acidentes de trabalho como consequência da precarização e flexibilização do trabalho.

No Luxemburgo existem neste momento cerca de cinco mil trabalhadores clandestinos sujeitos a serem expulsos a qualquer momento. Mas apesar da sua situação irregular, estes portugueses pagam quotas à segurança social, da qual não beneficiam.

Entretanto, no quadro da prestação de serviços florescem firmas portuguesas de limpeza que recrutam trabalhadores em Portugal à revelia da legislação, forçando-os a viverem na clandestinidade e em péssimas condições.

Dos cerca de 40 mil portugueses que trabalham na Suíça nove meses por ano com estatuto de trabalhador temporário, vários milhares não verão o seu contrato renovado no ano em curso. Por outro lado, estes trabalhadores continuam sem subsídio de desemprego durante o interregno forçado de três meses anuais em Portugal.

O plenário de quadros comunistas na Europa chamou também atenção para a «preocupante crise que atravessa o ensino de português no estrangeiro», que afecta as comunidades emigrantes. Mais adiante a resolução aprovada repudia os «cortes nos direitos pecuniários de reforma e pensões de invalidez a emigrantes e ex-emigrantes; o não cumprimento por parte de alguns países dos acordos bilaterais com o nosso país; as tentativas de opor trabalhadores portugueses de países comunitários aos de terceiros países, intenções que transparecem no texto do acordo de «Schengen» e na não convocação dos primeiros para o recém-constituído «Forum das Associações de Emigrantes».

Em todo este processo, as organizações da emigração impõem responsabilidades ao Governo PSD, cuja «política de emigração, protagonizada pelo secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, Correia de Jesus, se baseia no equívoco premeditado da inexistência de dificuldades ou problemas, e no pressuposto intencional de que os efeitos da adesão à CEE teriam resolvido todas as situações menos aceitáveis, e que, por bondade da sua política, os emigrantes se transformam em cidadãos felizes e privilegiados».

É esta política que leva o Governo mostrar-se disposto a encerrar os serviços do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas, a cessar o contrato com professores e encerrar cursos de português, a retirar competências aos consulados, reduzir o apoio orçamental e extinguir o Conselho das Comunidades Portuguesas.

José Casanova aproveitou ainda a sua deslocação para participar num convívio promovido pela organização do PCP na região de Paris, que reuniu mais de duzentas pessoas, entre militantes e amigos do Partido. Na iniciativa foi visível uma grande satisfação com os últimos resultados electorais do PCP e demonstrada confiança nas próximas eleições legislativas. A situação no Golfo foi igualmente um tema muito abordado nas várias intervenções dos presentes.

## Aveiro

Os agricultores do distrito atravessam uma situação difícil. Encarados pelo Governo com os parentes pobres da adesão à CEE, sem medidas de protecção nem apoios adequados, os pequenos e médios agricultores da nossa região são cada vez mais atingidos nos seus rendimentos — sublinha a Direcção da Organização Regional de Aveiro (DORAV) do PCP.

A DORAV esteve reunida recentemente para analisar a situação política e social e os resultados das Presidenciais, tendo também aprovado o seu plano de trabalho para 91.

No breve apontamento que fez chegar à Redacção do «Avante!», a DORAV comenta a acção do PSD no distrito («luta pelo poder, rivalidades, ligação e submissão aos interesses económicos», etc.), refere-se às eleições legislativas deste ano e sublinha o perfil de vivacidade e dinamismo com que decorre na região e a nível nacional o trabalho dos comunistas portugueses.

PCP

## Encontros



Com a Federação das Cooperativas



Com a ID — Intervenção Democrática



Com o PEV — Partido Ecologista «Os Verdes»

Nos últimos dias tiveram lugar no Centro de Trabalho do PCP na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, encontros do Partido Comunista Português com delegações da Federação das Cooperativas, do Partido Ecologista «Os Verdes» e da Associação Intervenção Democrática — ID. Anunciando o encontro com a representação de «Os Verdes», — realizado na última quinta-feira, dia 14 — o gabinete de Imprensa do PCP perspectivava «intercâmbio de opiniões sobre a situação política, sobre a dinamização da intervenção da CDU nos órgãos autárquicos e sobre a eventual cooperação e conjugação de esforços dos dois partidos nas próximas eleições legislativas».

## Castelo Branco

Está em preparação no distrito a 2.ª Assembleia da Organização Regional de Castelo Branco (ORCB) do PCP, marcada para 9 de Março próximo, sob o lema «Desenvolvimento regional. Fortalecer a Organização do Partido». No próximo «Avante!» abordaremos com pormenor esta importante iniciativa regional do PCP.

## Moita

A Comissão Concelhia da Moita do PCP chama a atenção para a importância do encontro de eleitos CDU que decorrerá no próximo sábado naquele concelho da margem sul do Tejo. Os autarcas irão apreciar o primeiro ano de mandato, «em termos de cumprimento dos programas eleitorais e dos princípios e orientações da CDU na frente autárquica». De sublinhar ainda o significado do debate «em relação ao futuro e às perspectivas do trabalho a nível das freguesias e do Município».

## Camaráda Falecida

**Maria Eduarda Pinheiro**

Tradutora do Ministério do Turismo do Canadá, faleceu no Hospital Naval de Matanzas, em Cuba, a nossa camarada **Maria Eduarda Pinheiro**, de 53 anos, natural da Penha de França, Lisboa. Desde muito nova, se fixou, com os pais, no Canadá, onde fez os seus estudos e, mais tarde, se ligou ao Partido, através do núcleo de comunistas portugueses de Toronto. Muito activa na Associação de Amizade Canadá-Cuba, desenvolveu intenso trabalho internacionalista, contactando com frequência a realidade cubana. Trabalhava há cerca de três anos como tradutora do Ministério do Turismo do Canadá. Aos familiares, amigos e companheiros da camarada falecida, o colectivo do Avante! apresenta sentidas condolências.

## TRANSPORTES

# É urgente alterar a política de

## — alerta o organismo de direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP

O Governo do PSD tem vindo a originar para os trabalhadores em geral um agravamento acentuado das condições de vida e de trabalho, restringindo, ou tentando restringir os seus direitos, liberdades e garantias e procurando leiloar empresas públicas vitais, regra geral as mais rendíveis, aos grandes capitalistas privados. Com esta política, o Governo de Cavaco Silva promove a reestruturação dos velhos grupos económicos do capitalismo monopolista ou entrega de mão beijada ao capital estrangeiro sectores produtivos de interesse estratégico nacional.

Se esta política é global por parte dos governantes, ela causa ainda maiores apreensões no sector de transportes, sejam eles rodoviários, ferroviários, marítimos ou aéreos. Como se não bastassem os graves problemas e as perspectivas sombrias que tem anunciado para o sector, o Governo tornou público o desmantelamento da Rodoviária Nacional, o que passa pela «criação» de 13 empresas a privatizar, sendo 9 de transportes de passageiros, 2 de carga e 2 metalomecânicas.

Esta decisão, contudo, para além de pretender pôr fim a um serviço público de relevante interesse social, não é acompanhada de outras que salvaguardem os interesses de milhares de trabalhadores da RN, nem os interesses dos utentes em geral. De facto, nada garante a manutenção dos postos de trabalho nem dos direitos desses trabalhadores e, por outro lado, pers-

pectivem já cortes insustentáveis em carreiras que servem actualmente as populações de Norte a Sul de Portugal. Só os grandes capitalistas irão lucrar, e de que maneira, com mais esta benesse de Cavaco Silva. O Partido Socialista também não pode deixar de ser responsabilizado quer pela sua posição favorável ao desmembramento e privatização da RN quer pela posição assumida em sede de revisão constitucional.

### Falta de diálogo

Mas este está longe de ser o único problema actual do sector de Transportes. A falta de diálogo com os trabalhadores está bem patente nas dificuldades existentes na contratação colectiva de trabalho. Vale tudo: por exemplo na TAP, o Conselho de Gerência recusa-se a negociar a actuali-



«A recente medida de desmantelamento com vista à sua privatização, é nociva quer para os utentes», sublinha o OD do Organização Regional de Lisboa (ORL) deste mês) tomada de posição sobre os vivem naquele importante sector.

zação da tabela salarial, invocando as consequências da guerra do Golfo! No entanto, e ao contrário do que apregoa, houve mais passageiros em

Janeiro do corrente ano, e logo mais receitas do que no mesmo mês do ano passado. E tudo indica que o mesmo se irá verificar em relação a Fe-

## DORP aprovou Plano de Actividades

# Linhas de intervenção do Partido para os próximos meses no dis

Em reunião plenária que decorreu recentemente, a Direcção da Organização Regional do Porto discutiu a evolução recente da situação social e política e aprovou as principais linhas de intervenção do Partido para os próximos meses no distrito do Porto e o respectivo plano de actividades para 1991.

A DORP do PCP chamou a atenção para a gravidade das consequências da política do Governo Cavaco Silva em diversos domínios, particularmente: o continuado e generalizado aumento dos preços, que conduz ao agravamento das dificuldades e condições de vida; a limitação e liquidação de importantes direitos e liberdades dos trabalhadores; o acentuado crescimento da instabilidade social e da precariedade do trabalho, que serão muitíssimo agravadas se o Governo conseguir impor o seu novo pacote laboral; a obstrução do PSD ao processo de regionalização e também à criação da Área Metropolitana; e o empobrecimento da democracia política, em associação

com o comportamento eleitoralista do Governo, assumindo proporções escandalosas a governamentalização da comunicação social que, na sequência das privatizações, é hoje quase exclusivamente dominada por grupos económicos, em particular, ligadas ao PSD.

### Golfo

«A evolução do conflito no Golfo, tem, na sequência da guerra desencadeada pelos EUA, contribuído particularmente para o agravamento da situação internacional e traduz-se em incalculáveis per-

das de vidas humanas e destruições materiais. É urgente pôr termo à guerra e desenvolver um forte movimento pela Paz e por negociações com vista à solução global, dos problemas do Médio Oriente», referiu a DORF em nota distribuída à comunicação social.

Relativamente à actividade do Partido para os próximos meses, resalta como questão essencial a preparação das eleições legislativas que se realizam este ano e a necessidade de alcançar uma alternativa democrática, que depende da realização de cinco objectivos: que PSD e CDS fiquem em minoria na AR; que os partidos democráticos, designadamente o PS e o PCP, alcancem a maioria dos deputados; que esta maioria numérica se assumam como maioria política; a definição de uma nova política, alternativa à política de direita; uma forte votação no PCP e a eleição de um forte grupo parlamentar comunista.

### Direcções de trabalho

Segundo a DORP, «os resultados políticos e eleitorais alcançados por Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, nas recentes eleições presidenciais, reafirmam o PCP como um grande e forte Partido e abrem a perspectiva e a possibilidade de novo avanço nas próximas eleições, na continuidade da recuperação eleitoral do PCP que seguramente se vem verificando nos actos eleitorais dos últimos dois anos».

Neste quadro, a DORP considerou como principais direcções de trabalho: o desenvolvimento da luta de massas contra a política do Governo, com relevo para a luta dos trabalhadores contra o novo pacote laboral; a dinamização do movimento pela Paz e contra a Guerra; o reforço orgânico do Partido e da sua influência política e ideológica, no ano do seu 70.º aniversário; o alargamento



# Em Foco

**Avante!**

Ano 61 - Série VII  
N.º 896

21 de Fevereiro de 1991

3.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

**INFORMAR  
EM  
PORTUGAL**



■ **António Dias Lourenço**

# Avante!

## - o insólito ano décimo

**H**á 50 anos, «Ano 10º» da publicação clandestina do «Avante!», a voz das armas ditava, no Mundo como agora, as regras do mais forte. Envolvido nas chamas da 2ª Guerra Mundial aquele 1941 surgira como um novo ano de singulares mudanças sob o

troar dos canhões.

Em menos de dois anos a geografia política e as fronteiras da Europa tinham radicalmente mudado. De uma linha sinuosa desde o porto de Klaipeda, nas margens do Báltico, a Ismaília, nos contrafortes das montanhas da Bessarábia debruçadas sobre o mar Negro, todo o Continente europeu ocidental até à costa atlântica jazia sob as patas dos exércitos de Hitler e Mussolini ou sob o domínio terrorista das ditaduras de Salazar e Franco identificadas pela cartilha do nazi-fascismo.

Dias de tensão e de incerteza como os de hoje se viviam no Mundo há meio século atrás.

Em 18 de Dezembro de 1940, precisamente dois meses antes do 10º Aniversário do nosso jornal, o Estado Maior hitleriano aprovava os planos para a «Operação Barbarossa» destinada a aniquilar por completo a União Soviética. Todo um minucioso programa de extermínio fora elaborado e - sabe-se hoje - em 13 de Março de 1941 o Alto Comando da Wehrmacht emitia uma directiva com impiedosas normas para o pôr em prática.

Uma nova e mais hedionda fase da Guerra iria começar.

**T**ambém em Portugal, para os comunistas portugueses, 1941 foi um ano marcante. O PCP sob a feroz repressão salazarista, sem quaisquer ligações com o Movimento Comunista Internacional desde o fim da Guerra Civil de Espanha, empreendia com as suas únicas forças e por sua própria iniciativa, em condições de rigorosa clandestinidade, a Reorganização de 1940/41 tornada imperativa pela nova situação do Mundo e para a própria vida e os destinos do Partido.

A publicação do «Avante!», suspensa num período de grandes dificuldades internas ao nível da defesa e da Direcção do Partido e de feroz repressão da PIDE, tornou-se um imperativo categórico. Ao nosso jornal estava reservado um papel de decisiva importância não só para o esclarecimento da complexa situação internacional como para as tarefas de reorganização do partido em moldes capazes de lhe possibilitar a resposta política e organizativa apropriadas aos difíceis desafios e problemas da época.

Com a Reorganização de 1940/41 uma fase de publicação ininterrupta do nosso jornal se abriria até aos dias radiosos de Abril de 74, com o aparecimento pouco depois do primeiro número do «Avante!» na legalidade democrática, conquistada pela audaciosa revolução dos «jovens Capitães». No decurso das três décadas até à libertação das algemas do fascismo o «Avante!» iria tornar-se uma trincheira essencial da resistência ao fascismo, um órgão de luta dos trabalhadores e do povo, um repositório histórico sem igual da conturbada vida portuguesa sob o domínio do fascismo.

**N**os quarenta e três anos de publicação clandestina nosso jornal pôde proclamar com orgulho: «No «Avante!» não entra o lápis azul da censura!».

E também de uma outra particularidade, invulgar na luta clandestina de outros partidos irmãos do Movimento Comunista Internacional: o «Avante!» clandestino foi sempre feito no interior do País. Cada número do nosso jornal exalava o ardente odor da Pátria.

Duas circunstâncias pagas a um elevado preço.

Exigiam e implicavam para os seus obreiros - impressores, difusores e redactores - duras condições de trabalho; abnegação sem limites; perigos, riscos e privações deliberadamente assumidos e sofridos.

Como é compreensível, uma situação anómala, rica em episódios, em actos de heroicidade que implicaram, como nos casos de José Moreira e outros, a tortura até à

VI Série N.º 4

AGOSTO DE 1941

1000

Proletários de todos os países: Uní-vos!

# Avante!

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS (S.P.I.C.)

## O QUE QUEREMOS!

**N**este momento tão decisivo para o futuro da humanidade trabalhadora e em que as forças tomadas pelo governo de Salazar logo no início, que representam a reacção mais brutal, a bar da guerra não permite um auxílio desceado as paria e escravidão, travam uma luta gigantesca, potências fascistas, arranjou-se manhosamente a vida ou de morte, com as forças representadas uma plataforma acomodaticia: fazem-se tratados vivos do progresso e da liberdade, da paz e do comércio com a Espanha franquista; enviam-se sem estar, o «AVANTE!» faz a sua aparição mercadorias para a Espanha de Franco e Suñer, como a voz do povo português, como a vez de que o mesmo é que fazer tratados comerciais com Portugal. É o grito de revolta do povo livre da Alemanha, enviar mercadorias para a Alemanha. Portugal contra os seus verdadeiros salazaristas. **Esta tem sido até agora a razão de não contra os seus inimigos fascistas internos e ex-beligerância do governo espanhol.** **As** **erros,** que são também os inimigos comuns da sim, não sendo a Espanha uma potência beligenhumanidade progressiva e trabalhadora. Salazar, moderá Salazar, grande amigo de Franco, zar e o seu Governo não são só neste momento continuar a enviar para lá, para de lá seguirão histórico os exploradores do povo português, para a Alemanha e para Itália, todos os artigos os seus mais implacáveis inimigos, mas sim tão que estes dois países necessitem para a manobrem os aliados do fascismo mundial, os fortaleço do seu aparelho de guerra. **Existe um becedores mais dedicados dos inimigos da liberdade humana, os laçaios abjectos de Hitler e da espanhóis e portugueses para o rom-**

**ua sangrenta quadrilha!** **pimento "legal" do bloqueio britânico** **servindo Portugal de "valvula de escape"** **chamadas democráticas o seu gesto velho e falido.** Por isso no nosso mercado escasseiam muito **o** **tomado durante a guerra de Espanha.** **Agora** **os artigos de primeira necessidade necessários** **ouro então, encobre-se jesuiticamente sob o falso a vida nacional tais como a manteiga, a batata,** **quanto da "neutralidade", para mais facilmente o sulfato de cobre, o açúcar, o azeite, o café, as** **recibir o seu jôgo de servir o aliado dumacarnes fiadas, os metais, etc., que são enviados** **as partes beligerantes. Sabemos bem: o que foi por caminho de ferro ou em camiões para Es-** **É a** **apregada "neutralidade" portuguesa durante Espanha, quando não seguem na maioria das vezes** **e a guerra de Espanha os condados carregados directamente para a fronteira franco-espanhola** **te armamento alemão" e italiano que dos portos que têm dúvidas que indagac junto das empre-** **portugueses seguem para Espanha, os explosivos de dinamite e dos motoristas das auto-** **os fabricados para os rebeldes em Barracena; tubetas de aluguer. Por isso chegam diariamente** **funcionamento da comissão militar fascista de não somente nos portos de Lisboa e Leixões, mas** **igida por Gif Roblee, Hermandes Dagile e também nos pequenos portos espalhados pelo** **largas de Crelliana em Lisboa; o estabelecimento país, barcos carregados com productos coloniais** **o dum linha telefónica particular entre Burgos da America do Sul que depois seguem via Es-** **Sovilha por intermédio de Lisboa a aetidade panha para a Alemanha; ainda há poucas semanas** **os representantes portugueses na defunta Sociedade barcos sul americano" descarregou carga em** **de das Nações, etc. etc. Isto como então, pro "Olhão que bastou para carregar um comboio que** **ura-se fazer o mesmo jôgo a benefício dos depois seguiu para Espanha. Por Castelo-**

morte às mãos dos torcionários da PIDE.

Escolhemos hoje aqui um desses episódios, precisamente de há 50 anos, um período como o actual de profundas mudanças geopolíticas na Europa e no Mundo e de rudes provações da Paz.

Em Fevereiro de 1941, mês do 10º Aniversário do «Avante!», a tipografia clandestina tinha sido instalada em Alverca do Ribatejo numa casa da novíssima Avenida Capitão Meleças, habitada por José Gregório, do Comité Central do PCP, e Joaquim Correia, já falecidos, pela mulher e a filha de Gregório, todos seus compositores e impressores.

Num daqueles dias, Manuel Guedes, também já falecido, membro do Executivo do CC, entrou sem ser esperado pela casa de João e «disparou» sem mais:

— João temos de arrancar uma tipografia talvez mesmo debaixo das barbas da PIDE. Foram vistos nas redondezas o Gonçalves e outros capangas da PIDE. Podem ainda não ter localizado a tipografia, mas

pode já ter-lhes dado o cheiro. É uma zona que tu conheces bem. Queres encarregar-te do «salto»?

Claro que o João encarregou-se.

De facto conhecia muito bem Alverca e os alverqueses e não lhe foi difícil desenvolver uma estratégia adequada para o «salto» da tipografia já abandonada pelos camaradas ocupantes.

João agarrou o Manuel Paulino, fragateiro de Vila Franca, mobilizaram os dois a carroça de um camarada e no momento aprazado, em plena luz do dia, fizeram sair tudo pelas traseiras - um ermo que dava para o cemitério da vila (hoje a cidade de Alverca).

Todo o recheio - o prelo, as caixas de tipo, os logotipos, as tintas e os reduzidos tarefas dos ocupantes foram acomodados na carroça e levados até Vila Franca.

Ali, no Cais, com a ajuda do pai do Manuel e de outro «fiador» - o Manuel da Barraquinha - passaram tudo para a fragata acostada à muralha. Um belo dia, seguros de que a PIDE perdera o «faro» daquela

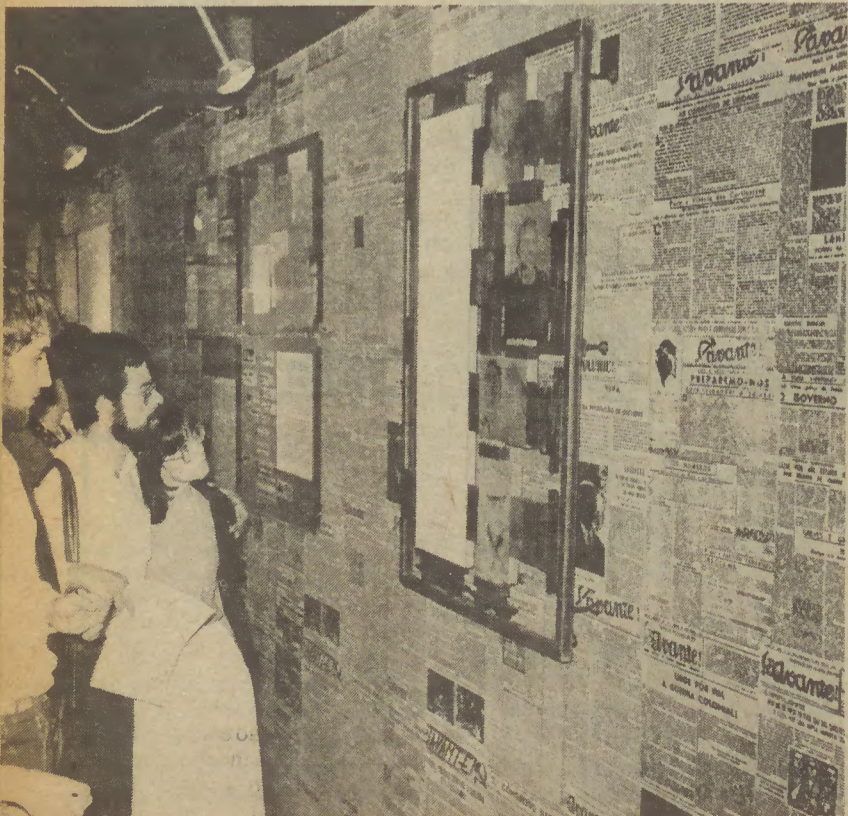
sempre apetecida caça da repressão fascista, a airosa fragata dos Paulinos, velas enfundadas Tejo abaixo, alou para Lisboa e no Cais do Poço do Bispo outra trasfega foi feita:

a «tralha» evacuada da então novíssima Avenida Capitão Meleças de Alverca, seguiu para outras paragens, para as bandas de Rio de Mouro, numa operação já organizada e visionada pelo Manuel Guedes.

Muitos outros episódios terminados com êxito ou com insucesso ilustram a história exaltante e acidentada do nosso «Avante!» clandestino.

Mas aquela «batalha» contra o poderoso aparelho da PIDE nos recuados primeiros meses de 1941, pôde ser ganha; a publicação clandestina do nosso jornal pôde ser assegurada e continuada sem interrupções; a voz do Partido continuou a chegar sem quebras aos trabalhadores e ao povo do nosso país.

E de episódios como este se faz a história heróica do PCP. ■



■ Ruben de Carvalho

# O homem, felizmente.

**1.** Constitui já um lugar-comum dizer que a guerra do Golfo mobilizou o maior arsenal de tecnologia informativa da história da comunicação social - o que equivale a dizer, da História propriamente dita.

Para esta mobilização contribuiu decisivamente a televisão. É uma evidência que foram as estações de TV que, inevitavelmente, tiveram de recorrer à maior quantidade de recursos e equipamentos para assegurar uma transmissão de imagem tão rápida quanto possível, tentando o que com aterrador frivolidade se pretendeu chamar «o espectáculo do século».

No quadro dos diversos *media*, a TV é de facto a mais dependente do *hardware*, do equipamento pesado, e só a sua utilização intensiva e extensiva lhe permite concorrer em rapidez com a imprensa e, nomeadamente, a rádio, muito mais móveis e com maior recurso à pura intervenção humana do jornalista.

A força que a imagem concede à TV transforma-se assim simultaneamente na sua fraqueza: para que possa assegurar ao telespectador essa *visão integral* da realidade, a TV tem de desdobrar meios técnicos e humanos que tendem a condicionar a sua mobilidade.

**2.** Convém contudo sublinhar que, à **custa da rapidez de transmissão**, a TV pode também dispor de mobilidade técnica e humana. Um único operador dotado de uma câmara vídeo portátil não está substancialmente mais limitado do que um repórter fotográfico. Mas o grande problema reside em que esta **proximidade da realidade** assim conseguida, que tenderá a traduzir-se em veracidade e autenticidade, paga um preço na rapidez da transmissão. Móvel, o repórter vídeo tenderá a estar afastado do pesado e sofisticado equipamento de transmissão até ao qual terá de se deslocar para enviar material que será então sempre passado, em diferido.

Por outro lado, o tratamento de um material vídeo desse tipo não contará com o «desconto» na qualidade formal da transmissão directa, pelo que terá de ser trabalhado, seleccionado, organizado.

A TV prefere assim a transmissão em directo, mas para isso paga o preço de se sujeitar às condicionantes técnicas do equipamento: energia, iluminação, parafernália a mais variada. Ou seja, fazendo do local do acontecimento um palco, a TV tende a condicionar o local do acontecimento de forma a que ele constitua o melhor palco possível. Está-se a um passo de não haver uma TV que transmite um acontecimento, mas um acontecimento que acontece para ser transmitido pela TV.

Isto é, chegamos ao **espectáculo**, de contingente ou nula relação com a realidade propriamente dita.

**3.** E é de facto uma sombria ironia que o gigantismo dos meios postos à disposição da informação na área do Golfo só possa ter termo de comparação com a enormidade do embuste e total ausência de rigor por eles veiculada para todo o mundo.

Seguramente que nunca se viu tanto equipamento informativo; mas talvez também nunca se tenha visto tão frágil informação.

Houve lentes, objectivas, satélites,

cabos, telefones, rádios, computadores - o que se queira. Aparentemente, faltou uma coisa: bons jornalistas.

**4.** Quando da falhada tentativa de intervenção norte-americana contra Teerão durante a crise dos reféns, tentativa que acabou no acidente nos desertos do Médio Oriente, os jornais deram notícia de irónicos comentários dos serviços secretos israelitas, a Mossad, acerca dos seus congéneres *yankies*.

No entender dos espíões israelitas, os norte-americanos comportavam-se normalmente como uma espécie de novos-ricos da tecnologia, desdobrando-se em aparelhos, redes rádio, transmissões, lasers, etc., descurando o elemento fundamental: os homens e a sua capacidade de intervenção e iniciativa. Acrescentavam que a única informação fidedigna é aquela que é obtida pelos olhos de um homem, avaliada pelo juízo de um homem e transmitida pela voz de um homem a outro homem: de resto, há sempre perdas, vícios, adulterações. Os satélites enganam-se, as objectivas deformam, os rádios avariavam-se.

A actual realidade traz implacavelmente à memória a observação. É uma evidência que o espião observa para poucos, o jornalista observa para muitos, os objectivos são inteiramente diversos: mas a questão da fidedignidade da informação, da sua obtenção e juízo é idêntica.

O jornalista não pode ser a pura extensão de uma objectiva fotográfica ou televisiva, um definidor de enquadramentos e de horas de transmissão.

**5.** O problema fundamental é que um jornalista não é, nem pode ser uma máquina. Dele se exige que seja acima de tudo um homem e que exerça a capacidade que acima de tudo define o homem: que pense. É em função do que pensa

que tem de escolher o que quer observar e, do que observar, retirar conclusões para transmitir.

No seu «Combates pela História», Lucien Febvre afirma que o problema para o historiador não é investigar o fundamental, é definir o fundamental para investigar. O jornalista não é um historiador, mas para ele o problema é semelhante.

A realidade está toda aí, disponível para que sobre ela se escreva ou fale, para ser fotografada ou televisada. Fazê-lo com maior ou menor capacidade, eloquência ou estilo não é sequer qualquer coisa de raro ou bizarro: agora o que é essencial, fundamental, é dispor do instrumental cultural e da dimensão humana para olhar a realidade e nela seleccionar o que se justifica ser transformado em notícia, aquilo acerca de que o jornalista assume a imensa responsabilidade de dizer, **ele próprio**, aos seus leitores que é importante e a que devem prestar atenção.

O jornalista não pode ser um acessório colocado por detrás da máquina, nem um acessório colocado à frente do acontecimento por quem lhe pretende impor uma determinada selecção de acontecimentos ou um determinado ângulo da sua visão.

**6.** Um dos traços mais polémicos da informação dos primeiros dias da guerra do Golfo foi a tendência para transformar o jornalista no próprio protagonista do acontecimento. Parecendo que tal constitui uma «valorização» do jornalista, corresponde pelo contrário à sua total desvalorização.

Ao transformar-se em protagonista o jornalista abdica da sua própria qualidade e função. **O jornalista protagoniza a informação, não o acontecimento informado.** A especificidade da sua função consiste não em viver directamente o acontecimento (como possivelmente muitos outros homens o fa-

zem simultaneamente com ele), mas em ser capaz de o transmitir, o que implica começar por ser capaz de o ver.

Não estamos face a um distanciamento aristocrático ou pretensamente neutral: estamos face a uma linear exigência de cumprimento da função de informar para se exige que o jornalista tenha condições e para que recebeu uma preparação.

**7.** Os acidentes sofridos pela informação dos primeiros tempos da guerra do Golfo desencadearam já um coro de protestos. No banco dos réus surgem os políticos de Washington, os militares e os comandos americanos, ingleses e etc das tropas no Golfo, todos acusados de sombrias maquinações, veladas censuras, intencionais mistificações, mentiras declaradas.

A situação é de comédia.

Em rigor, o problema não é que o general Schwarzkopf tenha iludido, ou mesmo mentido aos jornalistas: o impensável é que os jornalistas tenham aceite como bom tudo o que ele disse! É caricato que jornalistas agora se sintam defraudados por verificarem que, afinal, os generais não fizeram aquilo que eles próprios tinham tido obrigação de fazer: assegurar informação verídica e responsável.

E a questão é que, em última instância, esta demissão dos jornalistas, esta - digamos - ingenuidade acaba a ser ela própria responsável pelo que aconteceu: soubessem os comandos americanos que não encontrariam ouvidos tão disponíveis à aceitação, mas profissionais responsáveis e atentos, e talvez outra tivesse sido a prudência ao anunciar «guerras de horas», «intervenção cirúrgicas», «guerras limpas» e outras patacoadas que, naturalmente, os generais inventaram e, absurdamente, os jornalistas transmitiram. Que os generais o tenham dito constituía um problema de uma determinada dimensão; que TVs,

rádios e jornais as tenham tornado num embuste mundial transmitindo-as como autênticas é que é verdadeiramente grave.

**8.** Vale então dizer que os jornalistas tiveram também alguma - e não pouca - responsabilidade em tudo o que tem vindo a acontecer. Nem de outra forma poderia ser.

Mas interessará verificar a que se deve este insólito acesso de aparente ingenuidade, como se explica esta aceitação como boa de uma realidade mistificada e mistificadora.

Não é minimamente aceitável a tese de uma generalizada cumplicidade explícita e muitos dos jornalistas que caíram nesta armadilha são profissionais dedicados e entusiastas.

A explicação terá de ser encontrada noutra lado e talvez não se ande longe da verdade se se disser que uma especial raiz está na **desvalorização da função do jornalista por contraponto à tecnologia posta ao seu dispor**. Desvalorização na qual, sem se aperceberem, talvez os próprios jornalistas tenham colaborado.

**9.** A verdade é que se tende a aceitar como boa a ideia de que a informação é cada vez mais um problema de tecnologias - e tão-só. Quando se fala de um *projecto profissional* na área da comunicação social enumeram-se computadores, rádios, emissores, antenas, rotativas, scanners e, **por acréscimo**, um número de jornalistas que irão accionar toda esta complexa máquina e cuja qualificação profissional deriva substancialmente do facto de estarem aptos a fazê-lo.

É uma intolerável postura retrógrada supor que é hoje possível fazer informação sem usar e dominar o progresso tecnológico. Mas os termos são exactamente esses: **usar e dominar; não ser usado ou ser dominado.**

A lógica do espectáculo que perpassa com cada vez maior intensidade no universo da Comunicação Social corresponde exactamente a esta subversão da informação ditada pela importância e condicionamentos crescentes dos equipamentos. O espectáculo é ditado pelo equipamento, é feito **em função do aproveitamento das suas potencialidades**, e, finalmente, da sua **rentabilização**. Foi a câmara cinematográfica que fez o cinema, só depois o cinema transformou a câmara cinematográfica.

Os valores essenciais de uma informação verídica, séria e eficaz são acima de tudo humanos: os meios técnicos melhoram as possibilidades de os homens da informação a fazerem mais vasta, mais rápida, **mas sempre com as mesmas exigências de veracidade, seriedade e eficácia**. Ou até com exigências acrescidas pela amplitude e rapidez asseguradas pela técnica.

**10.** Isto é, não há informação sem jornalistas, não há boa informação sem bons jornalistas. Decorrido um mês de guerra no Golfo, é possível pelo menos uma conclusão consoladora: demonstra-se que, também no campo da Comunicação Social, o homem continua a ser o mais importante.



■ **Miguel Urbano Rodrigues**

## O Governo e os jornais

# Frenesim privatizador

# põe em causa liberdade de imprensa

**N**os últimos 6 anos fecharam dezasseis jornais. O vendaval que atinge o sector da comunicação social não tem precedentes no País. O «Diário» acabou em Junho, o «Diário de Lisboa» em Dezembro. O «Diário Popular», irreconhecível, agoniza. O «Primeiro de Janeiro» parece ter os dias contados. O Governo português contempla a devastação e conclui que tudo vai bem. A sua postura é mais nociva do que a de Pilatos. Porque intervém; não é neutro e o seu comportamento contribui para agravar a crise.

O Executivo actua em função de um objectivo que se tornou obsessivo: privatizar todos os jornais que haviam sido estatizados após o 25 de Abril. Falta apenas um, o «Diário de Notícias», precisamente o mais tradicional, prestigiado e influente dos órgãos da imprensa diária portuguesa.

O seu destino já foi, porém, traçado: o leilão em quatro fases tem o início marcado para o próximo dia 15.

### Incompreensão pelo papel dos jornalistas

Um jornal que merece o respeito dos seus leitores não deve ser tratado como mercadoria. Os jornalistas que o criaram e produzem imprimem-lhe, no rolar das semanas, dos meses, dos anos, uma personalidade diferenciada, inconfundível, que faz dele um ser animado de vida própria. A relação que se estabelece é complexa, íntima. Ele ajuda a ver e compreender o mundo envolvente. É como se pensasse, tivesse alegrias e dores, como se fora humano.

Ao tratar um grande diário nacional como coisa inanimada, negociável pela oferta mais alta do mercado, o Governo deixa transparecer também o pouco apreço em que tem aqueles que o produzem.

Quem serão os futuros (ou futuro) donos do «Diário de Notícias»?

Não existe no momento resposta para a pergunta.

A Resolução do Conselho de Ministros que estabeleceu as regras da alienação do capital social deixa transparecer sobretudo a preocupação do Governo em esconder o desfecho que preparou e deseja para a operação.

A primeira oferta de acções foi, segundo o Executivo, concebida para acautelar os interesses dos trabalhadores do «Diário de Notícias». Cabe perguntar: serão mesmo os trabalhadores que ficarão na posse de 200 mil acções? Todos sabemos que não.

A segunda oferta pública é igualmente enganadora. Pretende-se convencer o País de que 25% do capital poderá ficar nas mãos de cooperativas de jornalistas e de profissionais da comunicação social. Trata-se de pura ficção, ou, mais exactamente, de uma encenação.

Repete o Governo que a Comissão de Trabalhadores foi ouvida. Conseguiu gastar 1300 palavras numa Resolução que não enganou os trabalhadores e não pode ocultar a evidência: o grande diário cairá dentro de semanas sob o controlo de um poderoso grupo económico. Dissipada a espuma e a música das quatro fases, o País será confrontado com a realidade. O «Diário de Notícias» vai ser tratado como se fora uma fábrica ou um banco. O Executivo identifica nos seus jornalistas uma força de trabalho cuja sorte acompanhará mecanicamente a do bem material leiloado.

Ao agir assim o Governo demonstra não compreender o papel do jornalista na sociedade contemporânea. Não se apercebe de que o jornalista, pela sua função social, é hoje cha-

mado com frequência a actuar como historiador e sociólogo do quotidiano. As notícias, análises, reportagens, comentários que redige tornaram-se neste final de século inseparáveis não somente da compreensão da vida como do bom funcionamento e estabilidade das sociedades organizadas.

Em certos momentos, o jornalista ético, que ama e respeita a sua profissão, vê-se confrontado com opções que implicam enormes responsabilidades e que podem, em certas circunstâncias, pesar no próprio rumo da história.

foi conduzido como se os jornalistas fossem simples robots.

### O apetite dos grandes grupos

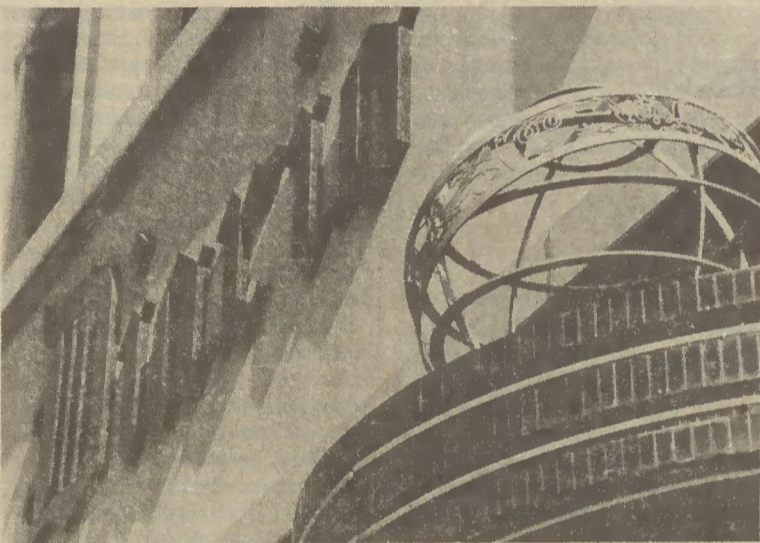
É uma evidência que as novas tecnologias tiveram um efeito revolucio-

instrumentos de uma engrenagem trituradora.

Para se defenderem da colonização cultural, e portanto, da desinformação que constitui ameaça à identidade nacional, muitos países proibiram totalmente a participação do capital estrangeiro no sector da co-

Governo nem se dá ao trabalho de os advertir.

Segundo o semanário «O Jornal», um empresário do Norte, o senhor Amorim, levou a sua sobrançeria ao ponto de afirmar que se comprasse o «Janeiro» seria para o vender logo a seguir. Entre os interessados, de



municação social. Não é o nosso caso. A lei portuguesa, benévola em comparação com outras, admite uma percentagem de capital estrangeiro: 10%. Mas todos sabemos que esse dispositivo legal está a ser desrespeitado.

acordo com a mesma fonte, estariam o multimilionário italiano Benedetti e o diário madrileno «El País».

O desabafo de Amorim é revelador de uma mentalidade. Aos olhos de quem assim se exprime, um diário tra-

E contudo, Senhores Deputados, o Governo, através da política que vem a realizar, não dá mostras de tomar consciência do significado social da profissão de jornalista. Os repetidos alertas lançados pelo Sindicato dos Jornalistas expressam uma realidade que não pode ser negada: a falta de respeito pelos direitos dos trabalhadores da imprensa tornou-se rotineira.

Somente no Porto, mais de 300 jornalistas perderam em 1990 os seus postos de trabalho no «Primeiro de Janeiro» e no «Comércio do Porto». E a crise aprofunda-se. Muitos outros, em ambos os jornais, estão ameaçados de desemprego. Segundo os Conselhos de Redacção da Imprensa Diária do Norte, a prepotência e o desrespeito pela lei são acompanhados de pressões que vão até à chantagem.

No caso específico da privatização do «Jornal de Notícias», o processo

nário no desenvolvimento da imprensa. Mas as novas tecnologias, sendo necessárias, não são neutras. Os grandes jornais, para serem viáveis, exigem hoje investimentos colossais. Daí uma contradição crescente entre a sua desejável independência e o domínio cada vez mais acentuado que poderosos grupos monopolistas exercem sobre o sector da comunicação social.

Pergunto:

Que margem de independência podem ter os «media» das cadeias de Murdoch, Hersant, Springer, Berlusconi, Mondadori?

A resposta tem sido dada pelos jornalistas em reuniões internacionais, onde denunciavam os perigos do avanço galopante da imprensa mercenária numa época em que os próprios satélites artificiais que difundem fluxos de informação são financiados por esses grupos, funcionando como

Depois da intervenção do deputado Miguel Urbano Rodrigues proferida na Assembleia da República no passado dia 5, o Governo decidiu adiar para o início de Março a Operação Pública de Venda (OPV) prevista para o passado dia 15, alegadamente por razões de natureza «burocrática».

Entretanto, desde a intervenção do deputado do PCP no Parlamento 49 trabalhadores do «Diário de Notícias» receberam já notas de despedimento, enquanto o semanário «Expresso», referindo-se ao assunto, fala em «grande negociação».

São do domínio público as ligações existentes entre alguns magnatas do ramo e grupos portugueses. A rede mediática é sinuosa mas os testas de ferro locais, convictos de que o Governo Cavaco não se dispõe a fazer cumprir a Constituição, actuam com despreocupação. Destacadas personalidades da vida política nacional não escondem a existência de projectos de associação com estrangeiros — projectos que a lei lhes veda. O

dicional como o «Janeiro» aparece como se fora uma quinta ou o pacote de acções de uma empresa distante e desconhecida.

Não é, pois, de estranhar que os boatos mais contraditórios salpiquem o debate suscitado pela iminente privatização do «Diário de Notícias». O «Público» incluiu «El País» na lista dos prováveis candidatos. Até a revista semipornográfica «Interviú»



emergem como presas disputadas por grupos económicos e políticos que procuram ficar com a maior fatia possível.

Nesse contexto, os jornalistas não contam como gente. Funcionam como meros objectos. Os candidatos ao bolo identificam neles simples factores de produção, também negociáveis.

E como tal os avaliam, os chamam, os despedem. Muitas vezes sem respeitar os seus direitos legais.

Não é surpreendente que em tal atmosfera, perante a omissão de um Governo obcecado pelo seu frenesim privatizador, o desemprego alastre entre os jornalistas como primeiras vítimas da luta que se trava na selva da comunicação social.

Exige-se do jornalista o que se pede a pouquíssimos profissionais. Cabe indagar o que em troca lhe tem sido oferecido em Portugal. Pouco, quase nada, além de muitas promessas incumpridas.

É esta a situação para a qual o Grupo Parlamentar do PCP sente a necessidade de alertar mais uma vez esta Assembleia e a opinião pública, em vésperas de uma agressão maiúscula contra a Imprensa — aquela que se concretizará com o leilão do «Diário de Notícias».

O momento justifica que recorde aqui palavras sobre a condição do jornalista, escritas por Pablo Neruda pouco antes de a morte lhe calar o canto e o desafio:

«Devemos exigir dele, jornalista — assim falou o grande poeta do Chile — que saia à rua para o combate, mas devemos também conceder-lhe o direito à luz e à sombra». ■

Subtítulos da responsabilidade da Redacção.

tar em causa é a liberdade de imprensa, enquanto expressão de todos os grupos sociais e como instrumento vital de respiração da vida democrática».

É uma linguagem dura, mas adequada ao momento. A extinção do Conselho de Imprensa e a sua substituição pela Alta Autoridade para a Comunicação Social — órgão partidariado e governamentalizado — tornou ainda mais evidentes os fins que o Governo persegue.

No desenvolvimento de uma situação em que os problemas da Imprensa são olhados pelo poder central como questões a resolver pelos mecanismos do mercado, os jornais



tocante a estilo e a técnica jornalística, o ministro é um ignorante.

Será lógico — pergunta ele — «que o Estado financie aquilo que o público rejeita?»

Não se exige isso ao Estado. É lógico, porém, perguntar-lhe:

Se o «Diário de Notícias» não dá prejuízo, mas sim fartos lucros, se pela qualidade e equilíbrio da orientação goza do respeito da opinião pública, porque o vende, então, o Governo?

Ao leiloar um grande jornal, que ele próprio confessa estar de «boa saúde», o Executivo tira a máscara: prova estar a serviço da lógica do capital, contrariando a lógica e o interesse do povo português.

O Governo foge a esclarecer a questão fundamental: não explica por que toma uma decisão que vai contribuir para a instrumentalização do último dos grandes diários portugueses que oferece alguma garantia de inde-

pendência e equilíbrio na sua linha editorial.

Que jornal — insisto — vai ser o «Diário de Notícias»? O Governo nem sequer ensaia uma resposta. Seria jogar no escuro. Mas, desde já se pode afirmar que tudo se fez e faz nas costas dos jornalistas do centenário matutino. Nenhum deles está em condições de adivinhar quem — grupo ou pessoa — amanhã será o patrão.

### Liberdade de imprensa em causa

O final da campanha privatizadora dos jornais estatizados coincide com uma situação global alarmante no sector da comunicação social. Tão grave que na definição do Sindicato dos Jornalistas «o que começa a es-



teria manifestado interesse pelo negócio.

Não estamos em condições de confirmar ou desmentir esses boatos. Mas, seria mau ignorar que o apetite pelo «Diário de Notícias» é estimulado no estrangeiro pela facilidade com que as empresas eventualmente tentadas pelo negócio se acobertam sob os nomes tutelares de figuras gradas da vida política portuguesa.

Ao que se diz, grandes grupos económicos teriam mais interesse pelo terreno do que pelo título.

### Ao serviço da lógica do capital

O ministro Couto dos Santos, discorrendo sobre a crise da Imprensa, descarregou recentemente sobre os jornalistas a responsabilidade pela mesma. Aludiu com desprezo àqueles que «escrevem aquilo que ninguém quer ler».

É um facto que em Portugal há bons jornalistas e maus jornalistas. Sempre assim foi. Acontece o mesmo em todos os países. Mas é um disparate maldoso responsabilizar os jornalistas pelo encerramento de tantos jornais em tão escasso tempo. Falta, aliás, autoridade ao ministro para estabelecer a linha divisória entre o bom e o mau jornalista. No

# TELEVISÃO

## Privados à custa da

**C**oncentração de capitais e de empresas de comunicação social; compra, venda, extinção de empresas jornalísticas ao sabor das conveniências dos proprietários de grupos económicos; participações cruzadas onde os milhões de contos circulam ficticiamente; asfixia das empresas de menor dimensão. Mudanças num sector apenas há seis anos quase insuspeitadas. Para muitos participantes neste processo de alterações na vida desta indústria, havia um objectivo último: dominar e explorar um canal de televisão em Portugal. As privatizações já feitas em jornais públicos demonstraram ser um mito a tão propagandeada prioridade dada às cooperativas de jornalistas e de trabalhadores da comunicação social. Também na televisão assim será, como o demonstra o processo já em andamento.

É um bem de importância estratégica nacional e deveria pertencer ao domínio público do Estado: falamos da rede de transmissão e emissão do sinal de televisão. Depois da publicação a 20 de Dezembro de 1990 do decreto-Lei nº. 401/90 sobre o plano técnico de frequências de televisão e da aprovação em Conselho de Ministros de um diploma que há duas semanas retirava à RTP a exploração da rede de transporte de sinal televisivo e transferia para uma nova empresa da capitais mistos cerca de 200 trabalhadores da estação pública de TV, iniciou-se a concretização de todo o processo que vai

idade pública de televisão, nesta sociedade anónima. Marques Mendes diria mesmo que a RTP terá uma posição «não dominante» nesta empresa.

### RTP subsidia privados

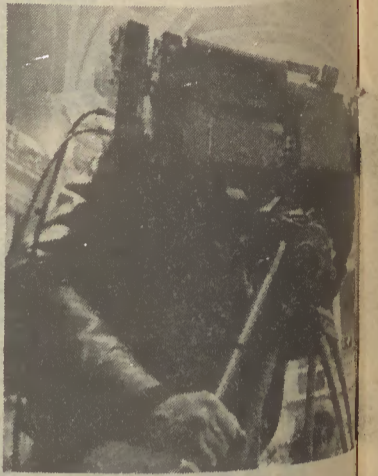
De qualquer modo a RTP transfere para esta sociedade um vasto património. Um património onde a empresa pública de televisão tem investido no sentido do alargamento da rede e da sua modernização. São

### Juízes em causa própria

Segundo o regulamento do concurso para a atribuição de novos canais televisivos aprovado pelo Conselho de Ministros no passado 27 de Dezembro, as estações que vão emitir através desta rede terão de pagar uma taxa anual cujo montante pode ir até 750 mil contos, a preços de 1990, referentes à cobertura de 65 por cento do território continental mais 30 contos por cada hora de emissão, o que dará cerca de

de sinal televisivo em termos de «limite máximo», já os principais concorrentes aos novos canais televisivos fizeram saber da sua «insatisfação» pelo preço que têm de pagar. Pinto Balsemão afirmava ao *Expresso* estar esperançado em que a empresa exploradora da rede «consiga baixar o preço».

É uma situação um tanto ou quanto insólita, já que se por um lado será certamente intenção dos futuros proprietários retirar lucros da exploração da rede de transmissão televisiva nacional, por outro lado, alguns desses proprietários serão simultaneamente clientes dessa empresa, estando naturalmente interessados



terminar com as primeiras emissões de canais privados de televisão em Portugal, depois de no passado mês de Dezembro ter sido aprovado o regulamento do concurso para a atribuição dos 2 canais disponíveis. Até dois de Abril os candidatos terão de se apresentar.

Esta nova empresa de transporte e difusão de sinal televisivo funcionará para todos os quatro canais disponíveis (dois da RTP) e ainda não se sabe quais os sócios que terá, falando o Governo que «somente hipóteses» são a Marconi e CTT mais os futuros utilizadores: estações privadas e RTP. Participação directa do Estado, em princípio, 20 por cento...

A definição dos futuros membros desta sociedade anónima de capitais mistos está dependente de quem se mostrar interessado em participar na empresa. Segundo o porta-voz do Conselho de Ministros, Marques Mendes, a RTP entrará para já com os avaliados cinco milhões de contos em material e infra-estruturas existentes, por si construídas.

Afirmações anteriores diziam que a rede de emissão da RTP valeria qualquer coisa como dezoito milhões de contos, não se entendendo ainda o que foi avaliado, por quem e sob que critérios.

Parece ser intenção governamental limitar a um máximo de 40 por cento a participação da RTP, a enti-

alguns milhões de contos que vão beneficiar as futuras estações privadas, para não falar do material humano também transferido, o qual só a RTP formou e nele investiu.

Para a Comissão de Trabalhadores da RTP, em comunicado divulgado há algumas semanas, a empresa «vai perder a sua rede de emissão com benefícios claros para os canais privados» e há dúvidas quanto à situação dos trabalhadores transferidos para a nova sociedade, já que apesar do Governo dizer que eles mantêm todos os direitos e obrigações de que eram titulares, está ainda muito por definir ao nível de garantias concretas.

Por definir também está a eventualidade da participação de empresas estrangeiras nesta sociedade, não se conhecendo qualquer directiva governamental acerca desta hipótese. Uma notícia publicada no *Expresso* de 19 de Janeiro último afirma no entanto que a empresa TDF-Teledifusion, concessionária da exploração da rede de televisão em França, teria já iniciado contactos «para recolher informações» sobre a situação do sector em Portugal com vista a avaliar o interesse para esta empresa de uma participação na exploração da rede televisiva do nosso país. Também a britânica International Broadcasting Authority terá manifestado vontade em participar nesta sociedade.



60 mil contos se forem cumpridas as cerca de duas mil horas de emissão por ano exigidas pela Lei da Televisão. Os futuros proprietários dos 3º e 4º canais, têm de pagar, à partida, uma taxa de licenciamento de 25 mil contos.

De qualquer modo os projectos de estações privadas ficam livres de algo que por si só inviabilizaria todo e qualquer projecto de TV privada a nível nacional: construir de raiz uma rede de transporte e difusão de sinal.

Mas tendo o Governo estabelecido o valor de aluguer anual da rede

em que esta lhes cobre o menor valor de aluguer possível... Juízes em causa própria? Ou apenas a criação de condições para que os tão propagandeados milhões acabem por circular ficticiamente?

Pinto Balsemão vai afirmando: «nós, como minoritários, temos de ter o direito de que algumas decisões sejam tomadas por unanimidade».

### Que serviço público?

A RTP, por ter dois canais, terá de pagar dois alugueres: um milhão e

cem mil contos para o Canal 1 (referente à cobertura de 98 por cento do território nacional) e um milhão de contos para o Canal 2 (85 por cento do território nacional). Além disso a RTP vai perder cinco milhões de contos por ano, depois de ser abolida a taxa de TV sobre os receptores.

Terá também de enfrentar a concorrência no mercado publicitário, ainda por cima em regressão por causa da guerra do Golfo em termos imediatos, mas provavelmente também sofrendor do impacte negativo na economia nacional que a entrada em

# Agenda

Avante!

Ano 61 — Série VII  
N.º 896

21 de Fevereiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente



## Homenagem aos que morreram no Tarrafal

A Comissão de Ex-Presos do Campo de Concentração do Tarrafal recorda no próximo sábado de manhã os seus camaradas mortos promovendo uma romagem ao mausoléu do Cemitério do Alto de S. João.

A concentração de todos os que queiram associar-se a esta homenagem faz-se junto à porta do cemitério, às 11 horas.

### Quinta <sup>21</sup>

#### ● BARREIRO

Debate sobre a guerra no Golfo e a situação internacional, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 21.00, no Centro de Trabalho concelhio.

#### ● ALHANDRA

Plenário de militantes da freguesia, para discussão de questões autárquicas: às 21.30, no Centro de Trabalho.

### Sexta <sup>22</sup>

#### ● LISBOA

Debate sobre transportes nas freguesias da Graça/Sta. Engrácia/S. Vicente de Fora, promovido pelo Secretariado da Colina da Graça do PCP. Participam os presidentes das Juntas de Freguesia de Sta. Engrácia e S. Vicente e o vereador Rego Mendes. Às 21.30, na Voz do Operário.

#### ● PÓVOA DE STA. IRIA

Debate público sobre o pacote laboral com José Ernesto Cartaxo. Às 21.30, no Centro Social da Póvoa

#### ● S. JOÃO DAS LAMPAS

Reunião de militantes da freguesia para discussão da situação política e social. No Centro de Trabalho local, às 21.30.

#### ● ERMESINDE

Colóquio sobre a guerra no Golfo, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

### Sábado <sup>23</sup>

#### ● PORTO

Assembleia da Organização dos Bancários do Porto: no Centro de Trabalho da Boavista, a partir das 15.00, também com a participação do camarada Emídio Ribeiro.

#### ● MAIA

Colóquio sobre a guerra no Golfo, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 15.00, na colectividade «Leais Videirinhos de Pedrouços», na Areosa.

#### ● VILA DO CONDE

Colóquio sobre a guerra no Golfo, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 21.30, no Convento do Carmo.

#### ● MATOSINHOS

Debate sobre questões da Comunicação Social na actualidade. Às 15.00, no salão da Junta de Freguesia, com a participação do camarada Ruben de Carvalho.

#### ● GAIA

Debate sobre questões da Comunicação Social na actualidade. Às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Cordeiro.

#### ● COIMBRA

Reunião Nacional de Quadros sobre Saúde Mental, inserida na preparação do 3º Encontro Nacional de Saúde do PCP: a partir das 11.00, no Centro de Trabalho de Coimbra.

#### ● LISBOA

Plenário das organizações do PCP das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião, N.S. Fátima. Às 15.00, no Centro de Trabalho da Av. António Serpa, com a participação do camarada Joaquim Judas.

#### ● PORTO

Plenário de Quadros da Zona Ocidental de Lisboa para balanço deste primeiro ano do actual mandato nas autarquias e discussão das tarefas futuras. A partir das 15.00, no Centro de Trabalho de Alcântara.

#### ● MAIA

Colóquio sobre a guerra no Golfo, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 15.00, na colectividade «Leais Videirinhos de Pedrouços», na Areosa.

#### ● VILA DO CONDE

Colóquio sobre a guerra no Golfo, com a participação do camarada Miguel Urbano Rodrigues. Às 21.30, no Convento do Carmo.

#### ● SACAVÉM

Almoço-convívio comemorativo do 70º aniversário do PCP, com a participação do camarada Dias Lourenço. Às 13.00, no CT de Sacavém. De manhã (a partir das 10.00) realiza-se um jogo de futebol no Sacavenense.

#### ● SINTRA

Reunião da Comissão para o Trabalho nas Empresas do Concelho de Sintra para discussão da si-

tução política e social, questões de organização e direcção. Às 15.00, no Centro de Trabalho do Cacán, com a participação do camarada Alexandre Teixeira.

#### ● TERRUGEM

Reunião de militantes da freguesia, para discussão da situação política e social. Às 21.30, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada António Cordeiro.

### Domingo <sup>24</sup>

#### ● FARO

Plenário Regional de Eleitos e Activistas da CDU: a partir das 10.00, no Auditório Municipal de Oihão.

Participam no Plenário e intervêm no encerramento: Luís Catarino, da ID, e os camaradas Carlos Luís Figueira e Luís Sá.

### Segunda <sup>25</sup>

#### ● LISBOA

A Informação, as ideias e os valores - debate inserido na série «O PCP e a guerra no Golfo» que tem vindo a ser promovida pela DORL. Às 21.30, no Auditório do Hotel Roma, com a participação de José Goulão, Mário Castrim e Vítor Dias.

### Terça <sup>26</sup>

#### ● LISBOA

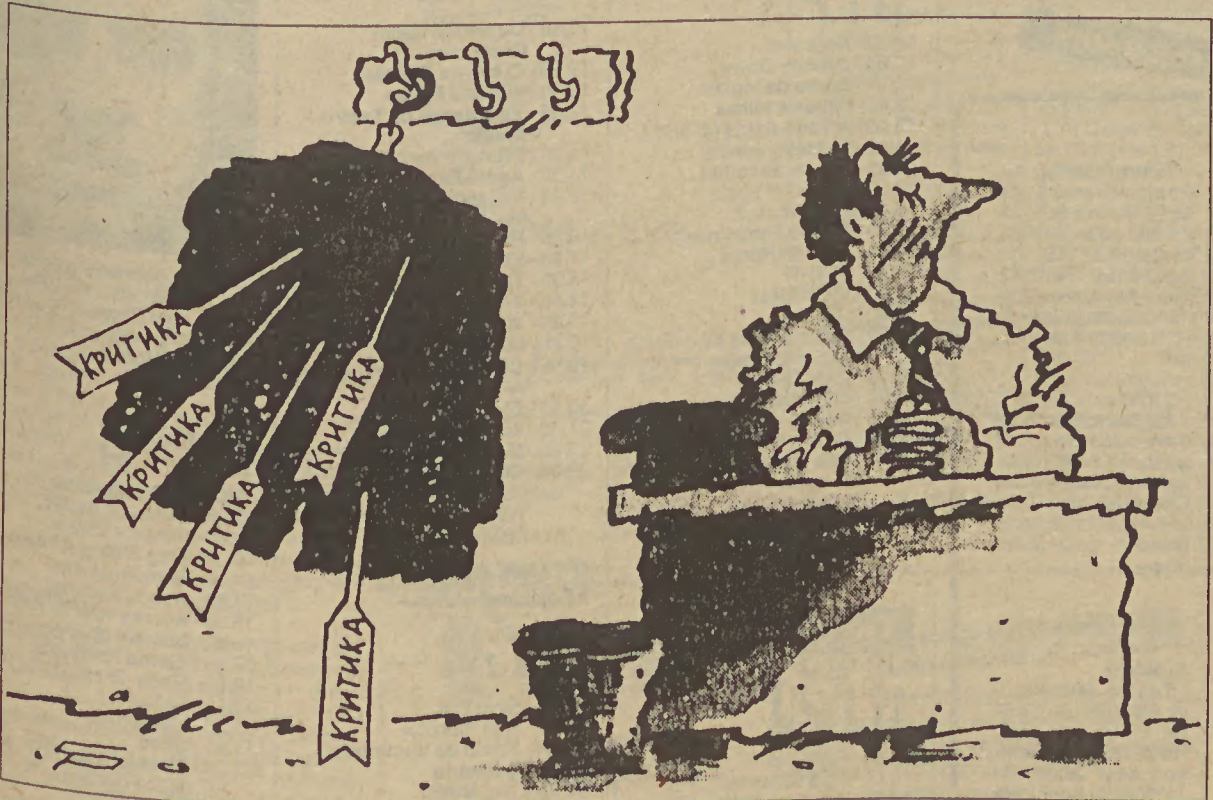
Plenário da organização de Seguros de Lisboa sobre a situação política e social e planos de trabalho para 1991 - às 18.00, no CT Vitória.

### Quarta <sup>27</sup>

#### ● LISBOA

Plenário das células Min. Emprego e Segurança Social sobre a situação política e social e planos de trabalho para 1991 - às 18.30, no CT António Serpa.

## ANTROPOLOGIA



«Crítica» (nas flechas).

R. SAMOILOV, URSS, in «Krokodil» n.º 14, Maio de 1988



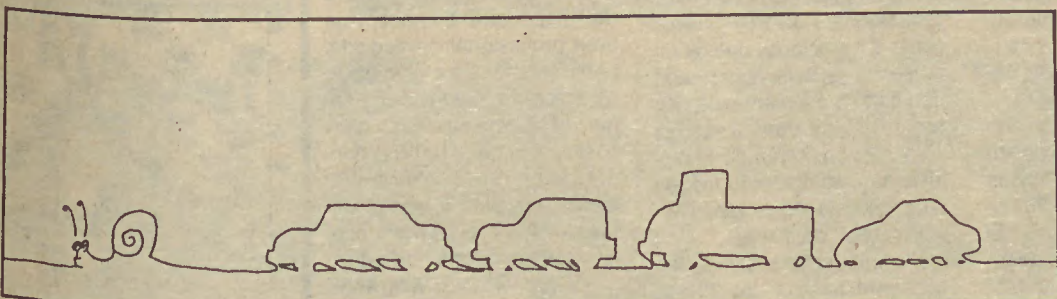


# Cinema A selecção Exposições

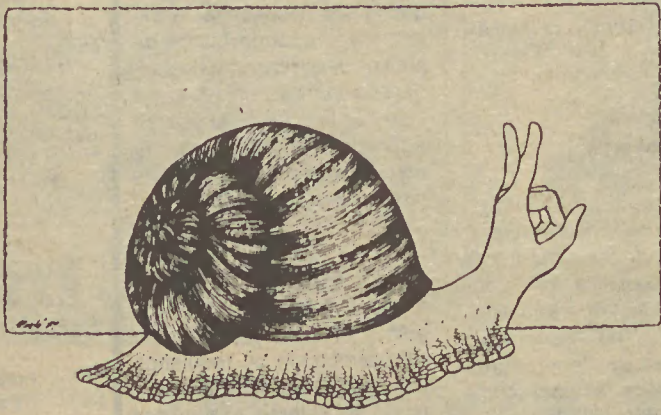
	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Uma Chamada à Meia-Noite	—	★★★	—	—
<b>B</b> Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
<b>C</b> Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>D</b> Palombella Rossa	★★★	★★★	—	★★★
<b>E</b> Uma Questão de Mulheres	—	★★★★	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. David Hare — Quarteto/3 (14.45, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Jean-Paul Rappeneau — Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Eric Rohmer — Sétima Arte (14.15, 17.00, 19.00, 21.45), King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) — Lisboa.
- D — Real. Nanin Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) — Lisboa.
- E — Real. Claude Chabrol — Amoreiras/5 (14.15, 16.45, 19.15, 21.30, 24.00), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.



SAMUELE STEFANI - Trento



GIUSEPPE MARCHI - Trento

## ...e ainda Música, debates, etc.

### Homenagem a Manuel da Fonseca

Manuel da Fonseca, cujos primeiros romances foram publicados há 50 anos, é homenageado no próximo sábado em Vila Franca de Xira, por iniciativa da Comissão Instaladora do Museu do Neorealismo.

Na presença do escritor, os actos de homenagem decorrerão no Edifício da Patriarcal: à tarde (a partir das 14.30) com um colóquio com Oscar Lopes e leitura de contos e poemas por Eunice Muñoz e Rogério Paulo; à noite com a projecção de «Cerrromaior», o filme de Luís Filipe Rocha adaptado do romance do mesmo título.

### Fulgores do cinema francês...

...eis o que nos propõe o ABC Cine-Clube de Lisboa para as próximas semanas. Cinco realizadores antes irmanados na «nouvelle vague»,

### Homenagem a Manuel da Fonseca 50 anos de vida literária

hoje afirmando-se em «pujantes diversidades», deles serão exibidos filmes, alguns recentes, «menos vistos ou não vistos há mais tempo», indispensáveis.

- dia 5 de Março: **Eu Vos Saúdo Maria**, de Jean-Luc Godard (1985);
- dia 19: **Carmen**, do

mesmo autor (1983). Os filmes seguintes são assinados por Chabrol, Truffaut e Eric Rohmer.

### Música

O violinista Nigel Kennedy apresenta-se hoje e amanhã no Grande Auditório Gulbenkian para dois concertos em que será acompanhado pela Orquestra Gulbenkian, com o maestro Charles Groves. Serão interpretadas obras de Tippett e Brahms e a Sinfonia nº 8 de Beethoven.

Hoje às 21.30 e amanhã às 18.30. Na segunda-feira, dia 25, na mesma sala, recital do pianista Jean-Philippe Collard, que interpreta obras de Fauré, Ravel e Chopin. No Teatro Nacional de S. Carlos, Rinaldo, a ópera de Rossini, será ainda levada à cena no dia 23, às 16.00, em última representação.

## Tempo Fim de Semana

Para sábado, céu pouco nublado ou limpo, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte. Vento fraco e nevoeiros matinais. Formação de geada.

Para domingo, aumento gradual da nebulosidade com períodos de chuva a partir da tarde. Vento fraco, tornando-se moderado de sudoeste.

*Previsão do INMG*

**LISBOA**  
**Alberto Carneiro** - Escultura; desenho. EMI-Valentim de Carvalho, Palácio Alcáçovas, Rua da Cruz dos Poiais, 111. De 2ª a 6ª das 11 às 13 e das 15 às 19, sáb. das 15 às 19 (até 2/3)

**António Bouça** - Pintura. Galeria Arte Bruta, Rua do Século, 104-114. De 2ª a 6ª das 10 às 13.30 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13.30 (até 15/3)

**António Carmo** - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 23/2)

**António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro** - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro)

**Avelino Leite** - Cerâmica. Galeria da Coop. Gravura, Trav. do Sequeiro, 4, r/c. De 2ª a 6ª das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 15/3)

**Boavida Amaro** - Pintura. Galeria DN, Rua António Maria Cardoso, 41. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 9 às 13 (até 6/3)

**Carlos Vidal** - Fotografia. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v. De 2ª a sáb. das 15 às 20 (até 28/2)

**Colecção Nacional de Fotografia - 1ª Mostra**. Galeria Alma-da-Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3)

**Colectiva de Pintura** (Álvaro Carneiro, Carmo Pólvora, Costa Martins, Edgardo Xavier, Elisabete Góis, Isabel Pena, Lurdes Leite, Man, Rogério de Freitas, Ana Galvão, Cecília Guimarães, Duarte Sarilva, Eduardo Pedroso, Hilário Teixeira Lopes, Luísa Nogueira, Lurdes Sousa, Maria José Camões, Trindade Silva). Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/2)

**Desenhar a Revista** - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17

**Fernando Calhau** - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raul Cascais, 1. De 2ª a sáb. das 15 às 19.30 (até 23/2)

**Graça Morais** - Pintura. Galeria 111, Campo Grande, 113. De 2ª a 6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 2/3)

**Guilherme Silva** - «Guarda-chuvas», fotografia. Fotogaleria 12A, Costa do Castelo, 12-A (até 1/3)

**Hein Semke** - Cerâmicas. Museu Nacional do Azulejo, R. Madre de Deus, 4. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

**Homenagem a Raul Lino**. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo (até fins de Fevereiro)

**João Hogan** - Gravuras. Galeria João Hogan, R. Voz do Operário, 13. De 2ª a 6ª das 14 às 20, sáb. das 15 às 19 (até 3/3)

**Juliete Ramos** - Pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. De 3ª a dom. das 14 às 20 (até 24/2)

**Mozart - Vida e Obra** - Cartazes. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

**Nuno Calvet** - Fotografia. Galeria Diferença, R. Filipe Nery, 42. De 3ª a 6ª das 15 às 20, sáb. das 16 às 20 (até 2/3)



Mozart em cartazes No Instituto Franco-Português

**João Moreira** - Pintura. Altamira, R. Filipe Folque, 48. De 2ª a sáb. das 10 às 19 (até 4/3)

**José Pedro Croft** - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlân-

**Nuno San-Payo** - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 28/2)

**A Revolução de 31 de Janeiro de 1891** - Biblio-iconográfica, comemorativa do 1º centenário. Biblioteca Nacional, Campo

6ª das 10 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 10 às 13 (até 9/3)

**OUTRAS LOCALIDADES**  
**Júlio Resende** - Pintura (exposição antológica). Museu Mu-



Graça Morais expõe obras recentes em Lisboa

tica, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 92

**Luís Manuel Vasconcelos** - «Coeurs de Paris», fotografia. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 28/2)

**Manuel Botelho** - Pintura. Galeria Módulo, Calçado dos Mestres, 34-A (até 2/3)

**Manuel San-Payo** - Pintura. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 19.30 (até 12/3)

**María Beatriz** - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. Vasco da Gama, 48 (Restelo). De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/3)

**Porto** **José Pedro Croft** - Escultura. Galeria Atlântica, Rua Galeria de Paris, 67-71 (até 28/2)

**Leonel Moura** - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125

**Nadir Afonso** - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, lj. 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (até 2/3)

Grande. De 2ª a 6ª das 9.30 às 19.30, sáb. das 9.30 às 17.30

**Rui Sanches** - Desenhos. Centro de Arte Moderna. De 3ª a dom. das 10 às 17.

**Ruth Tavela de Sousa** - Pintura. Livraria Barata, Av. de Roma, 11-A. De 2ª a sáb. das 10 às 23 (até 16/3)

**Tapeçaria do Séc. XVI** - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17

**Vittorio Graziano** - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.

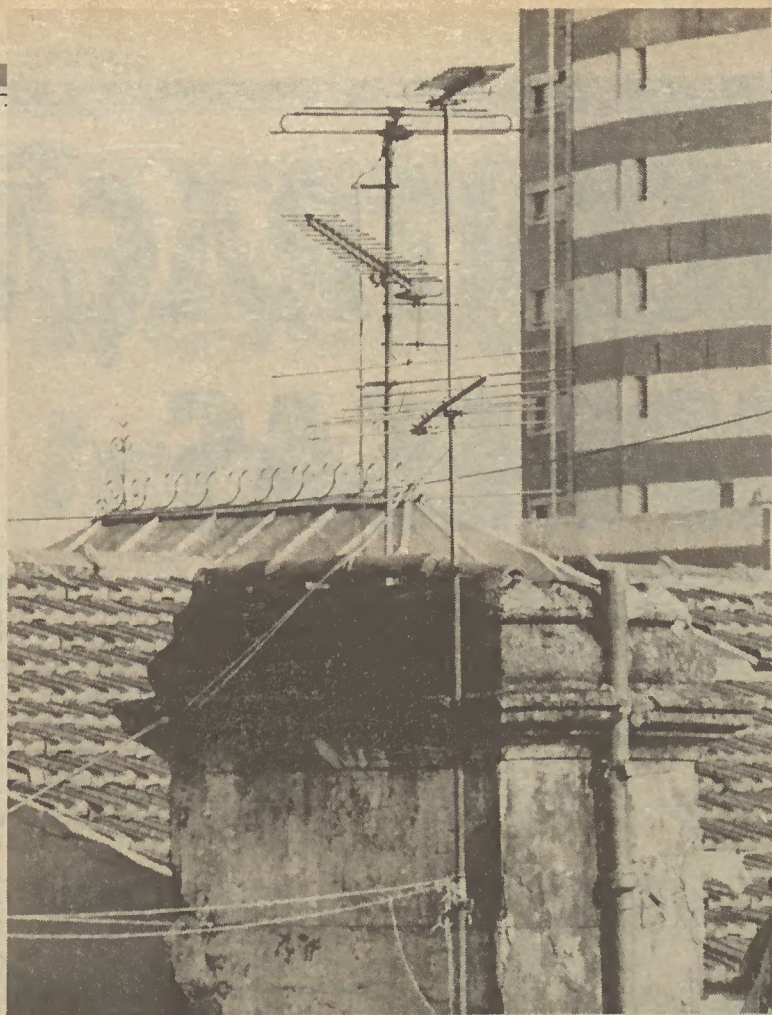
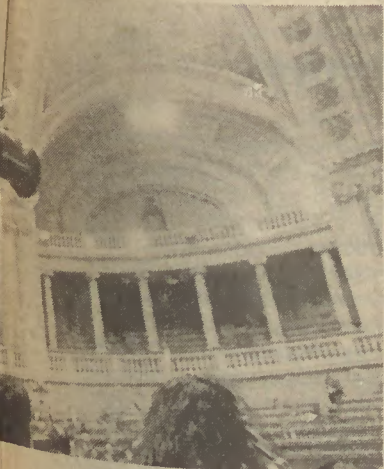
**Alvaro Lapa** - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO

**Pintura Portuguesa 1842-1979** (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ

**Maria Keil** - Azulejos. Até 24/2, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA



# RTP



posta pessoa, ou seja, pela participação que o Estado já tem na RTP, nos CTT e na Marconi, nada garantirá que essa participação seja alienada a breve prazo caso eventualmente a política de privatizações seguida por este Governo assim o entenda.

Não há, pois, nada que impeça explicitamente a eventualidade de um dia o país ver a utilização da rede de transmissão de TV sujeita unicamente a critérios empresariais do sector privado, sem que o Estado possa legalmente intervir, mesmo em caso de emergência, calamidade pública ou guerra...

Para já o Governo PSD dá outro

tipo de garantias. O comunicado oficial que no passado dia 7 de Fevereiro anunciou esta decisão governamental diz a dado passo: «a nova empresa assegurará, totalmente, o princípio da participação das entidades privadas na gestão da sociedade» e além disso «garantirá a não discriminação no acesso à rede entre operadores públicos e privados, por forma que a igualdade de tratamento seja uma realidade».

Para que essa rede, em quatro canais, possa cobrir 85 por cento do território continental, vão ser precisos qualquer coisa como 20 milhões de contos... Uma pergunta fica: quem os pagará? ■



vigor do Mercado Único em 1993 deverá provocar.

Este facto preocupa igualmente a Comissão de Trabalhadores da RTP que regista que isso irá ter «inegáveis consequências na redução da produção de programas nacionais, restrições orçamentais, laborais e salariais», podendo mesmo recear-se despedimentos de muitos trabalhadores.

Dois mil e 400 trabalhadores estão pois preocupados quanto ao seu futuro imediato, já que as medidas agora aplicadas e as que se prevê que irão ser aplicadas levam a concluir que a RTP «será completamente desmantelada, alienada do seu mais rico património e totalmente governamentalizada dada a dependência económico-financeira a que ficará sujeita».

Uma reestruturação da empresa parece tornar-se inevitável se se quiser garantir a existência de uma televisão pública com programação diversificada, de qualidade, se se quiser garantir uma RTP independente, seja do Governo seja de outros interesses públicos e privados.

## Sector estratégico

Tão grave ou mais que tudo isto: não há garantias políticas sobre uma alienação directa da participação do Estado nesta nova empresa, ou seja, nada garante que um dia o Governo possa decidir que ela passe do regime de capitais mistos a um regime de capitais exclusivamente privados.

Por outro lado, se parte da participação do Estado nesta sociedade anónima para exploração da rede de transmissão é assegurada por inter-



## Regras para possuir uma TV

Até ao próximo dia dois de Abril os candidatos que desejem concorrer aos dois canais disponíveis para a exploração de estações privadas de televisão terão de entregar os respectivos processos na Direcção-Geral da Comunicação Social para serem apreciados pela Alta Autoridade para a Comunicação Social que os deverá remeter então para o Governo, ou seja, a decisão sobre quem inaugurará em Portugal a exploração privada de canais de televisão caberá ao Governo de Cavaco Silva.

Após a decisão tomada, as novas empresas terão 12 meses para iniciar as suas emissões, devendo 15 meses depois cobrir pelo menos sessenta e cinco por cento do território continental para após 30 meses cobrirem 85 por cento, sendo estabelecido para cada um dos canais um prazo para essa cobertura chegar aos 95 por cento.

Cada accionista nacional dos projectos concorrentes não poderá exceder mais de 25 por cento do capital da sociedade, enquanto essa limitação formal é de 15 por cento para eventuais accionistas estrangeiros.

Segundo o regulamento, caso os projectos apresentados preencham os requisitos referidos, serão apreciados tendo em conta a «qualidade técnica e a viabilidade económica do projecto; o tempo e horário de emissão dedicado à produção própria, nacional e europeia e a capacidade do candidato para satisfazer a diversidade de interesses públicos».

Se o que se passou com o processo de concurso das rádios locais se aplicar ao caso televisivo, teremos acabado de ler algumas frases desenhadas em letra morta...

# A CONCENTRAÇÃO DE EMPRESAS

**R**elembra o percurso de alguns dos protagonistas da história recente da comunicação social portuguesa ilustra certas vicissitudes que adjectivam o cavaquismo: da euforia artificial à recessão, das fabulosas contratações ao desemprego e à precariedade, das anunciadas *montanhas* aos modestos nascimentos de *pequenos ratos*. Hoje sobra a crise. Algo ficou provado ao longo deste tempo: a pluralidade de empresas não corresponde a um pluralismo das ideias.

Oito concorrentes a proprietários de canais de televisão apareciam há dois anos como pretendendo concretizar esse projecto. O grupo SIC (Sociedade Independente de Comunicação) de Pinto Balsemão; a SONAE de Belmiro de Azevedo; a Presslivre de Carlos Barbosa; a Edipress de Proença de Carvalho; a Igreja Católica representada por Magalhães Crespo, administrador da Rádio Renascença; a PEI (Projectos de Estudos e Investimentos) a que estava ligado o actual secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes; a Emaudio de João Tito de Moraes e Rui Mateus e os Filmes Lusomundo de Luís Augusto da Silva com Freitas Cruz, administrador do Jornal de Notícias.

O grupo SIC de Pinto Balsemão reúne participações diversas. Citam-se aqui três exemplos a começar na própria Controljornal do ex-primeiro-ministro (Expresso, Elle, Exame, A Capital); ao Impala de Jacques Rodrigues (Maria, Nova Gente, Mulher Moderna, etc.); passando pela Projornal (O Jornal, SE7E, TSF, etc.). Apresenta-se como o candidato com maiores possibilidades de vir a conseguir o terceiro canal televisivo, teoricamente o de mais fácil exploração. Foi já noticiado a assinatura da SIC com as organizações Globo (da TV Globo brasileira) de um acordo respeitante à parte técnica da futura estação e Pinto Balsemão diz estar em vias de concretizar um outro acordo com a RTL, uma das maiores estações de TV da Europa.

## A desistência mais esperada

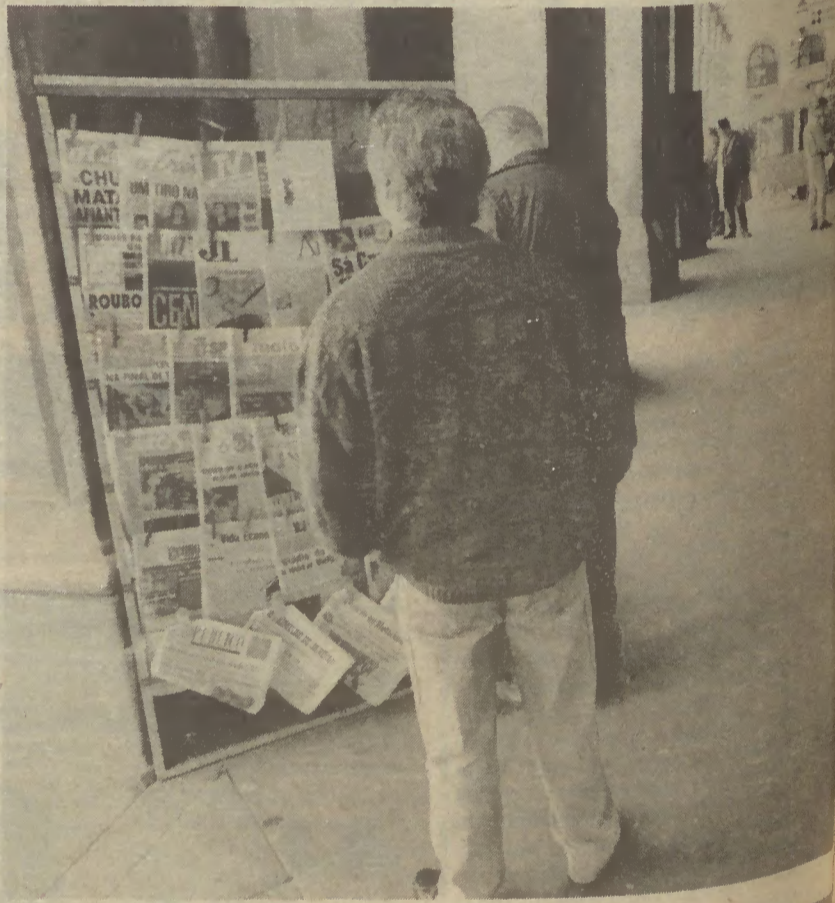
A SONAE, em termos de comunicação social, é proprietária do diário Público e da Rádio Nova do Porto e ainda do serviço Multitel de videotexto. Anunciou a sua desistência definitiva à candidatura de um canal de televisão após a Rádio Nova ter sido preterida no concurso das rádios regionais. Um comunicado de 25 de Janeiro último, já depois de o Governo ter aprovado o regulamento do concurso televisivo, queixava-se da «indefinição de critérios» e da necessidade de um investimento de 33 milhões de contos que resultavam numa «absoluta inviabilidade» financeira deste tipo de projecto e a impossibilidade de concorrer com a RTP. Em entrevista publicada sábado passado no Expresso, Belmiro de Azevedo fala em «corrigir a situação do Público» onde para ter, segundo o empresário nortenho, «o melhor jornal português» se poderá chegar «ao fim do período de gestação para o equilíbrio económico com um prejuízo acumulado de 2,5 a 3 milhões de contos».

Na Presslivre, de Carlos Barbosa, vamos encontrar, entre outros, o matutino Correio da Manhã e a homónima nova rádio regional do sul. Também o Independente e a revista feminina Marie Claire têm participações importantes deste gru-

os respectivos processos de privatização) no jornal desportivo Record e no vespertino Diário Popular são elementos onde encontramos o grupo PEI que entretanto desistiu da sua TV Geste que chegou a anunciar-se como associando os nomes de Júlio Isidro, José Eduardo Moniz, Joaquim Letria, Henrique Garcia, Manuela Moura Guedes, etc., etc. Vas-

do projecto. Pelo caminho da vida deste grupo que se constituiu em Outubro de 1986 ficaram o semanário O Liberal, o semanário de espectáculos LP, uma participação no semanário Tempo posteriormente extinto. Há dois meses atrás a Radiogeste era notícia por uma situação de salários em atraso, despedimentos e não pagamento do serviço de telex da LUSA.

Também uma história de projectos falhados conta a extinta Emaudio. Sucessivamente: Notícias de Primeira Página, Zero Horas, Face, Antena de Lisboa (rádio local que nunca emitiu regularmente) e, finalmente, o projecto de televisão Canal Três, que chegou a encarar a possibilidade de difundir para Portugal a partir do Luxemburgo, via satélite. Depois de a comunicação social ter associado nomes de administradores da Emaudio aos chamados casos TDM e fax de Macau, este grupo formado em 1987 e que se anunciou como tendo o apoio da Emaudio International do empresário britânico de comunicação social Robert Maxwell autodissolveu-se.



po que se associou para o canal televisivo com a Edipress (Semanaário e a também revista feminina Máxima) onde pontifica Proença de Carvalho, administrador da RTP durante os Governos AD. A este grupo aparece associado o nome da família Espírito Santo e ainda José Roquete (Banco Totta & Açores), Jardim Gonçalves (BCP) e a Lusomundo.

TVI-Televisão Independente é o nome do projecto de canal privado ligado à Igreja Católica depois de afastada definitivamente a promessa política de Cavaco Silva de conceder um canal de televisão a essa entidade. Assim a dinamizadora do projecto TVI é a Rádio Renascença que tenta reunir à sua volta outros investidores, nacionais e estrangeiros. A Renascença detém dois canais nacionais de rádio e acordos de colaboração com muitas rádios locais.

co Fraga, um dos responsáveis do grupo, diz que os estudos feitos apontavam para a não viabilização

**A** sanha privatizadora da Imprensa estatizada foi desencadeada pelo executivo de Cavaco Silva em Junho de 1988, com a venda do vespertino «A Capital». Começava aí a «adesão» do próprio Governo à tese de alguns capitalistas do burgo de que os jornais são uma mercadoria como outra qualquer, cuja compra ou venda não se distingue dos «import-export» que transaccionam batata às toneladas. Seguiu-se a espiral que importa recordar. Na origem, é claro, está a filosofia PSD de que as privatizações são o caminho mais curto para o desenvolvimento... monopolista.

Após desmembrar a «Notícias/Capital» no óbvio pressuposto de que se reina melhor na privatização quando se divide uma empresa pública, o Governo de Cavaco Silva começou por despachar «A Capital» em Junho de 1988: passou-a à Sojornal (actualmente integrada na Controljornal,

«holding» tutelado por Francisco Pinto Balsemão) por 366 000 contos, num benévolo plano de pagamento que só termina em Outubro deste ano. Como o executivo de Cavaco também sabe meter galope quando a coisa lhe convém, ainda antes do final desse ano era também privatizado o

## Discrição

Cinema, vídeo, Jornal de Notícias, Comércio do Porto, O Jogo, Radiopress (rádio regional do norte) são empresas e actividades onde a Lusomundo detém participações numa confessada estratégia que visa «cobrir globalmente todas as áreas de espectáculo e ocupação de tempos livres». No entanto o presidente do conselho de administração do Jornal de Notícias, Freitas Cruz, afirmou recentemente não ser intenção do grupo avançar com qualquer projecto de TV, embora diversos jornais insistam na hipótese de a Lusomundo vir a ligar-se a um projecto já existente, em princípio o liderado por Proença de Carvalho e Carlos Barbosa. Para já a compra do Diário de Notícias parece estar quase a ser concretizada pelo nortenho Jornal de Notícias.

Uma última observação: todos os candidatos, exequíveis ou não, contam que a banca venha a participar nos seus projectos. ■

## A história «em

jornal desportivo «Record», numa venda que se tornou célebre pelas várias impugnações que sofreu; o grupo PEI, de Pedro Santana Lopes (então sonhando apenas em ser qualquer coisa, como secretário de Estado da Cultura), arrematou a publicação pela, **realmente módica**, quantia de 37 000 contos.

Logo no início do ano seguinte (1989), duma penada e num único Conselho de Ministros, ficou resolvida a privatização do matutino português «O Comércio do Porto» e do vespertino lisboeta «Diário Popular», cujos sinuosos concursos públicos desembocaram na entrega do «Comércio do Porto» à Gesgráfica por um valor oficial de 166 100 contos e do «Diário Popular» ao mesmo grupo PEI de

## Bluffs

A revista Sábado, a Radiogeste, e a participação (assegurada durante

# Por vontade do Governo Delenda est, Imprensa!

**D**e há uns anos a esta parte os jornais abrem e fecham no nosso país a ritmo acelerado, sendo um lugar-comum falar-se de crise na Imprensa. O fenómeno já ganhou contornos suficientemente nítidos para qualquer leigo se aperceber que se desenha, no panorama da Imprensa portuguesa, um processo de concentração monopolista da informação escrita (e não só...), com os jornais, nesta dança da morte, a tombarem nos braços dos grupos capitalistas mais fortes.

A Imprensa estatizada, mau grado todas as manipulações que sucessivos governos sobre ela têm exercido, seria ainda a trincheira possível nesta investida dos grandes grupos económicos pelo controlo da Informação do País. Seria, mas já não é: o Governo de Cavaco Silva tratou de facilitar as coisas ao capital monopolista privatizando todos os jornais estatizados após o 25 de Abril, numa vertigem onde as nebulosidades conhecidas são, como sempre, apenas a ponta do «iceberg».

Catão, o Antigo, celebrizou-se com o seu «Delenda Cartago» (Cartago deve ser destruída); Cavaco Silva parece querer seguir-lhe as pisadas em relação, agora, à Imprensa. Será por saber que, do lado dos jornais, não há nenhum Aníbal, quanto mais elefantes?!...

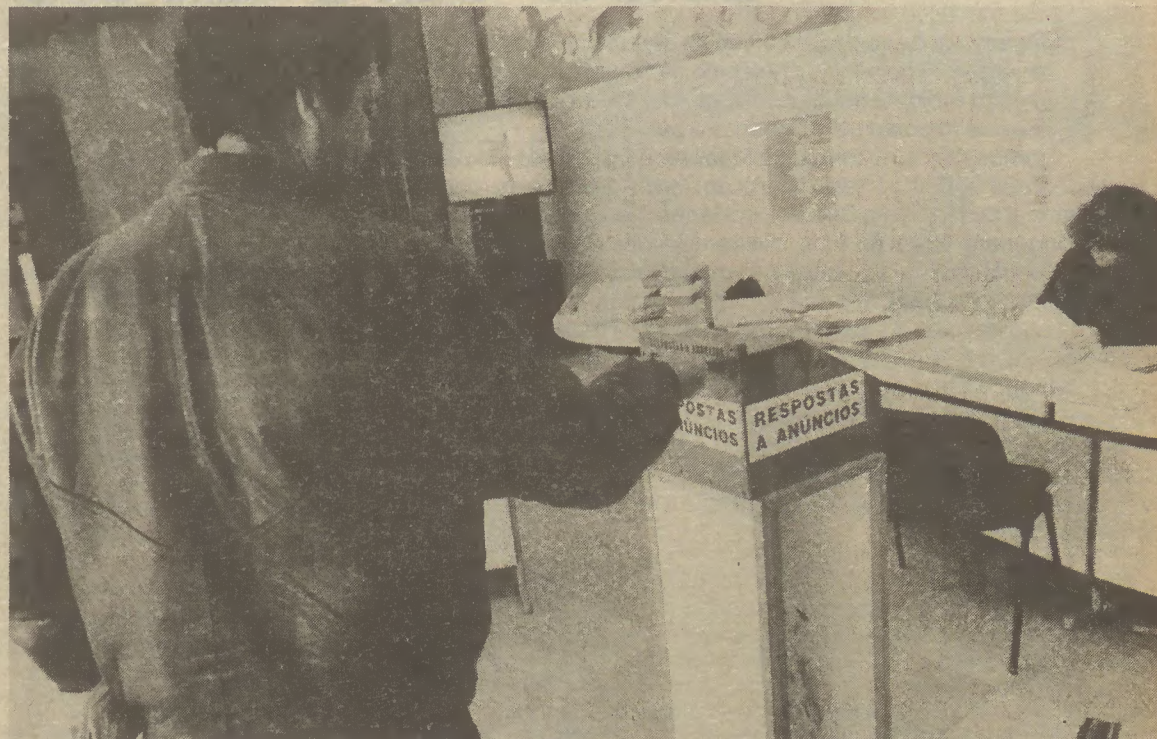
alargar aos jornais estatizados a sua missão desnacionalizadora nem se preocupou em invocar qualquer destes pressupostos, limitando, inicialmente, a fundamentação numa vaga acusação de prejuízos que o Estado não deveria «suportar». Vai daí, e num curto espaço de dois anos, alienou cinco títulos — A Capital, Record, Comércio do Porto, Diário Popular e Jornal de Notícias, estando este último «enclachado» numa operação mais vasta, associada à privatização do título mais apetecido — o Diário de Notícias.

É, aliás, esta operação envolvendo o «Diário de Notícias» que desmonta a grosseira argumentação do Governo sobre as privatizações, dado, por um lado, tratar-se de uma empresa jornalística que goza de invejável saúde económico-financeira e, por outro, ser o último jornal estatizado, o que, mesmo sem outras considerações e na óptica governamental, deveria manter-se para garantir a tal «competição estimulante» entre os sectores público e privado...

## Dois pelo preço de um!

A venda do «Diário de Notícias», em curso e já protagonista de histórias mirabolantes, ameaça atascar este Governo em mais um dos seus escândalos, como se tem depreendido pelas notícias chegadas aos jornais.

O «Expresso», por exemplo, afirma



que o grupo económico constituído pela Gesgráfica, Jornalgest e Lusomundo poderá vir a controlar o «Diário de Notícias» e o «Jornal de Notícias» investindo cerca de metade do preço por que foram avaliados. Vale a pena reproduzir a história.

«O grupo Lusomundo — informa o Expresso — ganhou, há cerca de um ano, o concurso público para a privatização do «Jornal de Notícias», empresa em que o «Diário de Notícias» detinha a maioria do capital (53%). Ao contrário do que é habitual, o regulamento não exigia garantias bancárias, nem impunha qualquer penalização para o caso de falta de pagamento das acções. Nesta hipótese, o comprador seria apenas obrigado a devolver os títulos ao anterior proprietário».

Sublinhámos este pormenor do regulamento pela importância que, segundo o «Expresso», vai ter no desenvolvimento da questão.

Assim, a Lusomundo não pagou, mesmo, o que se comprometera a ganhar o concurso público para a privatização do «Jornal de Notícias», o que «seria o segredo do negócio». Como o grupo Lusomundo já dispunha de 14% das acções antes da privatização do «Jornal de Notícias», ao entregar as prestações não pagas à empresa proprietária (o «Diário de Notícias»), bastar-lhe-á reter 37%

dos títulos para manter o controlo dos 51% sobre o jornal português — isto na hipótese de o grupo não se candidatar ao «Diário de Notícias». E o «Expresso» prossegue:

«Se, pelo contrário — como tudo indica e parece ser do seu interesse — o grupo concorrer ao «DN» e ganhar, matará dois coelhos de uma só cajadada: não paga a dívida contraída pela compra do «JN» (5,2 milhões de contos), visto que passará a ser credor de si próprio, e fica, simultaneamente, detentor da quase totalidade das acções do jornal do Porto. Esta será a decisão do grupo Lusomundo, de acordo com diversas fontes empresariais que garantem, por outro lado, o empenhamento pessoal de um ministro em toda a operação». E o semanário de Pinto Balsemão esclarece ainda que «pelo menos dois grupos financeiros terão sido convidados a concorrer à OPV do «Diário de Notícias» e a adquirir entre cinco e dez por cento do capital apenas para garantir à Lusomundo o controlo daquele matutino. Entre os convidados contar-se-iam altos responsáveis dos grupos Espírito Santo e Totta & Açores».

Como se vê, o negócio é vasto, chorudo... e misterioso. Além disso é apadrinhado pelo Governo e mete figuras ministeriais em acção pessoal. Vem a propósito recordar a apreciação feita no final do ano pelo PCP sobre esta matéria.

## Apreciação do PCP

«A venda do «DN» será compatível com o prosseguimento do jornal?» — perguntava o PCP. «Serão assegurados os compromissos essenciais, por parte das entidades compradoras, de que o «DN» continuará a ser editado — ou estaremos perante um mero leilão de bens do Estado, um simples negócio de bolsa ou de compra e venda de terrenos e instalações numa das zonas mais procuradas de Lisboa pelas empresas estrangeiras que aqui querem abrir as suas sedes ou fazer os seus negócios?»

E a nota do PCP prosseguia:

«A venda do «DN» irá, finalmente, fazer surgir as tais cooperativas de jornalistas e de trabalhadores da Comunicação Social a que o governo fazia referência antes de iniciar a privatização dos jornais e que, até hoje, nunca aconteceu?»

Será que, desta vez, essas cooperativas vão dispor de meios e de créditos para que possam assumir uma posição influente no conjunto

dos proprietários do jornal ou, uma vez mais, o Governo vai esquecer as suas promessas e engodos, recolher os escassos milhões de contos da sua avaliação e depois assistir, com olímpica indiferença, à degradação progressiva das condições de trabalho, como está a fazer no caso de outros jornais que já foram do sector público?»

Perante isto o PCP já considerava na altura ser «inadmissível que a compra e venda de jornais do sector público seja reduzida a um mero negócio, como se não tivesse repercussões no rigor, transparência e pluralismo da nossa sociedade», tal como é inadmissível «que a manutenção da edição de jornais seja hoje uma peça estratégica dos grupos económicos seus proprietários que podem, quando o entenderem, modificar a natureza dos seus investimentos liquidando os meios de informação adquiridos» (recorde-se aqui a célebre frase do capitalista Amorim que, ao anunciar a sua desistência sobre o «Primeiro de Janeiro», levou a jactância ao ponto de afirmar que se o comprador seria para o vender logo a seguir).

Após considerar ser igualmente inadmissível «que prossiga o processo de participações cruzadas, de concentração de capitais, de asfixia das empresas de menor dimensão e que a venda do «DN» seja apenas mais um acto desta farsa e deste drama» e que «os jornais valham mais pelos seus equipamentos e pelos terrenos onde estão instalados do que pela sua função social, pelo que significam para a consolidação de uma sociedade democrática», o PCP afirmava:

«Da nossa parte, opomo-nos a uma política que valoriza os ganhos financeiros imediatos e hipoteca os valores que cumpre assegurar, os valores que a Constituição consagra e que são essenciais à democracia. Somos pelo direito à informação plural, somos por uma sociedade de cidadãos conscientes e informados, capazes de decidir sobre o seu destino. E pensamos que uma imprensa isenta, objectiva e plural é um elemento essencial para o futuro dessa sociedade. A venda de jornais do sector público no modo como tem sido feita, o encerramento de jornais privados por falta de meios financeiros, são um sintoma importante de elementos de crise moral, cultural e política, pelos quais o Governo assume pesada responsabilidade.» ■

## Privado»

Santana Lopes por 112 500 contos, com a particularidade deste último ter sido o único concorrente.

É claro que as coisas não ficaram por aqui nem perderam pela demora (aliás, nisto tudo, só tem havido compradores a ganhar com a pressa): em Maio do ano passado concretizava-se a privatização do «Jornal de Notícias» do Porto, com o Governo a utilizar, pela primeira vez, o recurso à Operação Pública de Venda (OPV), um esquema bolsista tristemente célebre para muitos, mas mesmo muitos, pequenos investidores portugueses; o esquema, desta vez, não serviu para arregimentar milhões de contos de pequenos investidores para banquete de grandes grupos capitalistas, mas para manobra mais subtil e a dois ta-

buleiros — o «Jornal de Notícias», propriamente dito, e o «Diário de Notícias», detentor de parte substancial das acções do jornal português e, actualmente, alvo da última (e mais cobijada) operação de privatização da Imprensa estatizada, numa nebulosa operação que referimos noutra local.

Para completar esta breve resenha histórica, refira-se que, nos últimos 11 anos, fecharam 14 jornais de expansão nacional: A Luta, Jornal Novo, A Tribuna, O Ponto, Portugal Hoje, Notícias da Tarde, Off-Side, O País, A Tarde, Europeu, O Seculo, O Liberal, o Diário e O Tempo (isto sem falar de outros títulos mais efémeros e que tiveram igual sorte, como o «Notícias de Primeira Página», ou as revistas «Opção», «Plural» e «Mais»). ■



# RÁDIO

## Os concursos dos alvarás destinados

**A** polémica em torno da atribuição de alvarás para rádios regionais, o *bolo* mais apetecido da liberalização do espaço radioeléctrico, veio confirmar toda a fragilidade do sistema imposto pelo Governo e pelo PSD, já demonstrada no tempo da legalização das rádios locais.

Os vencedores, a Rádio Press, ligada ao Jornal de Notícias, para a rádio regional do Norte e a Correio da Manhã, de Carlos Barbosa, para a congénere do sul do País, ouviram grande parte das críticas feitas ao anterior concurso, críticas formuladas com alguma violência pelos responsáveis das empresas radiofónicas cujos projectos apostavam na exploração dessas duas redes: a Rádio Nova do Porto e a TSF-Rádio Jornal de Lisboa, no fundo dois grupos preteridos em favor de outros dois e que agora procuram ultrapassar as dificuldades de exploração comercial que assim lhes foram colocadas. Críticas à composição e parcialidade da Comissão Consultiva que deu o parecer sobre as candidaturas fizeram-se de novo ouvir. Ilegalidades foram entretanto denunciadas.

Acontece que quer a Rádio Press quer a Correio da Manhã não terão cumprido os prazos legais (seis meses após a atribuição de alvarás) para o início das emissões nas áreas de cobertura respectivas, não instalando as antenas e emissores necessários para a cobertura das duas zonas do País, situação que implicaria a perda de licenciamento. Argumentam os visados que a contagem dos prazos teria como base o licenciamento dos emissores pelo Instituto das Comunicações de Portugal, licenciamento esse que pode durar mais de um ano se tivermos em conta que até agora este instituto só atribuiu cerca de três dezenas de licenças definitivas às rádios locais que emitem desde Setembro de 1989.

Aquando desta denúncia foi atribuída a fontes governamentais esta mesma interpretação da Lei, levando o PCP a tomar posição para a considerar abusiva e condenando «esta postura do Governo tomando expressamente partido pelas entidades dos licenciados» demonstrando «uma descarada falta de isenção nesta matéria a qual já havia sido claramente iniciada quando da atribuição das frequências locais ao sabor do clientelismo político do PSD». Iniciativas de inquérito foram tomadas na Assembleia da República e, entretanto, a Rádio Press e a Correio da Manhã lá vão emitindo.

Para a Correio da Manhã uma boa perspectiva em termos técnicos e

empresariais foi aberta: o estabelecimento de um acordo com a RDP para uma eventual cedência de instalações para os seus emissores. Mais uma vez uma alteração às regras do jogo com que os *adversários* não contavam, já que anteriormente nada faria prever que a RDP se mostrasse disponível para um negócio desse tipo com as outras empresas. Um negócio que poderá poupar alguns milhares de contos à estação do sul.

### O fim das piratas

A necessidade de regularizar a utilização do espectro radioeléctrico onde mais de mil rádios *piratas* ou *livres* (conforme as preferências dos protagonistas) tentavam fazer-se ouvir, foi um pretexto para o Governo de Cavaco Silva definir regras para um jogo que teria como pressuposto o ser a própria vontade governamental a ditar o resultado final. Ao fazer conseguir aprovar na Assembleia da República a Lei 87/88, o Governo preparou-se para nomear uma Comissão Consultiva onde o peso dos representantes governamentais e do PSD implicaria uma decisão unilateral, mesmo assim sujeita a uma aprovação última do ministro da tutela. Na véspera de Natal do ano de 1988 as mil vozes do espaço radio-

eléctrico calam-se. Só trezentas e catorze voltarão a ouvir-se, tantas quantas as frequências, das 402 disponíveis, que registaram pelo menos a existência de um candidato.

A frequência mais *apetecida* de Lisboa é atribuída a uma entidade com representação na Comissão Executiva: Carlos Barbosa do Correio da Manhã e ao contrário do parecer inicial da própria Comissão.

A deliberação final da Comissão Consultiva não é consensual, conta com a oposição de vários dos seus membros, incluindo o respectivo presidente. Algumas estações já implantadas são preteridas. Outras terão de se contentar em explorar frequências com potências de emissão inferior a outras da mesma região, atribuídas a rádios aparentemente menos apetrechadas.

O critério de selecção que prevalece para a maioria dos casos de selecção de estações reside, pura e simplesmente, no capital social que

tos de instalação de equipamentos de emissores, antenas e estúdios, etc., etc.

Mesmo seguindo esse critério, alguns casos acabaram por ser resolvidos por pura decisão política, contra todo o estipulado na própria lei produzida pelo PSD ou então subvertendo-a à custa de interpretações dúbias do seu articulado.

A retirada à Assembleia da República de qualquer tipo de poder na definição de regras e critérios para este processo veio facilitar ainda mais a concretização dos objectivos governamentais em ano de eleições autárquicas.

### A agonia das privadas

O tempo, no entanto, veio dar razão aos que afirmaram serem pouco rigorosos muitos dos estudos de via-



as empresas *prometem* vir a realizar e nos valores apresentados pelos estudos de viabilidade económica. Para trás ficam todos os outros critérios de avaliação exigidos no regulamento do concurso: programação, informação, preferência para empresas de trabalhadores da comunicação social, qualidade dos projec-

bilidade económica apresentados e pouco sérias as *promessas* de elevados capitais a investir. Passado apenas um ano após o reinício das emissões das rádios locais, são inúmeras as situações de crise. A começar na capital...

A Emaudio não chega a emitir programas, limitando-se durante

semanas a fio a passar música algumas horas por dia, até ao silenciamento total.

A Radiogeste passa por sucessivas remodelações, alterações de programação, admissões e despedimentos de pessoal, situações de salários em atraso.

A associação entre a Coopmídia e a Telecine-Moro rompe-se e a Rádio Minuto suspende as emissões no dia 31 de Dezembro passado, para a cooperativa proprietária do alvará anunciar agora uma nova associação com a FNAC e a Rádio Jornal S.A., empresas ligadas à TSF-Rádio Jornal, emissora especializada em informação, detentora do alvará da segunda estação mais potente da cidade e candidata derrotada no concurso para a rádio regional do Sul. A nova estação chamar-se-á Nova Rádio Jovem (NRJ)-Rádio Energia.

Também no Porto a crise faz as suas vítimas e registam-se também casos de concentração de empresas. Diversas estações alteram a sua programação inicial procurando *receitas populares* no domínio da música (Rádio Paralelo) ou do desporto (Rádio Placard). A Rádio Activa estabelece um contrato de exploração com a FNAC. A Rádio Satélite de Vila Nova de Gaia assina um acordo com a Rádio Cidade da Amadora, estação de música pop com animadores de sotaque brasileiro que anunciou ir repetir esse esquema na rádio nortenha.

Para já, em todo o País, regista-se o fecho de cerca de cerca de 30 rádios licenciadas, para além de ser grave a situação económica e financeira de muitas outras, sobretudo no interior.

Dados do Instituto das Comunicações de Portugal dizem que só 46 por cento das rádios locais emitem 24 horas por dia; 30 por cento entre 16 e 20 horas enquanto as restantes 24 por cento emitem menos de 15 horas por dia, havendo mesmo algumas que se limitam a seis horas diárias, o mínimo legal.

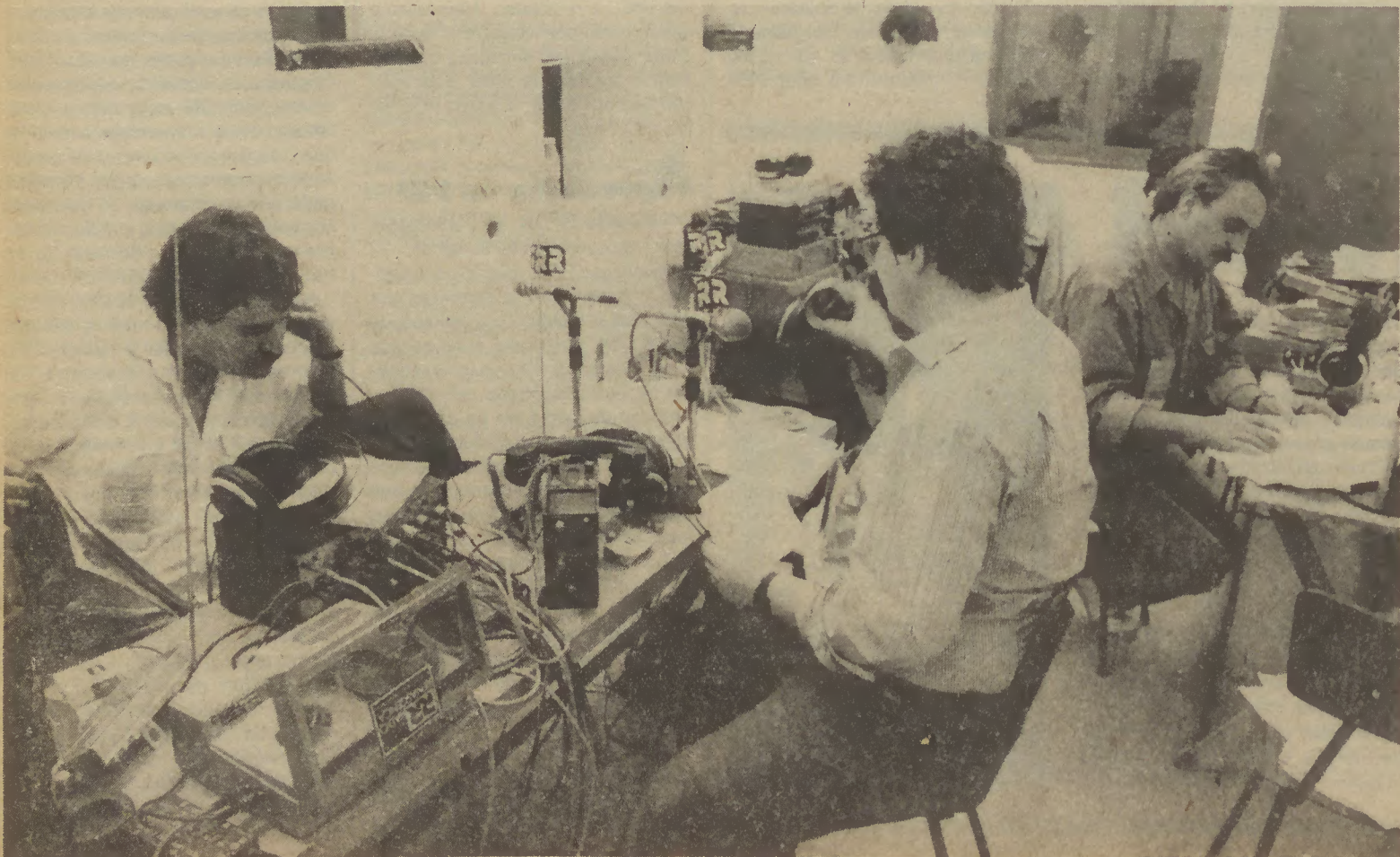
### A procura de soluções

Uma situação que leva inúmeras rádios locais a propor apoios governamentais: comparticipações do Estado nas despesas com agências noticiosas, descontos nas telecomunicações, publicidade oficial, descontos nos direitos de autor, etc.

Na Assembleia da República os partidos da oposição têm tomado iniciativas no sentido de apoiar rádios locais e o PCP manifestou em conferência de imprensa no início de Janeiro o desejo de esse apoio ser «compatível com o seu papel dinamizador da vida local» e de permitir às estações «assegurar a qualidade e profissionalismo do seu trabalho, mantendo a sua independência».

Os grandes negócios parecem no entanto estar já feitos ou em vias de se concretizarem. A verdade é que em muitos casos as locais, hoje, parecem servir um produto mais pobre e menos interessante do que aconteceu no tempo das *piratas*. Ser empresa tem os seus custos e a desistência ou a participação em grupos de estratégia nacional é a via mais seguida. A própria Rádio Renascença fez acordos com inúmeras estações, muitas delas ligadas à iniciativa das paróquias locais.

Mas outro grande negócio se anuncia para 1993: a privatização da Rádio Comercial... Quem fará ela correr? ■



■ José Casanova

# Informação belicista e luta pela Paz

**1.** A guerra do Golfo foi (mais um) pretexto para o deflagrar de uma impressionante vaga de manipulação com consequências evidentes na já muito abalada credibilidade da Comunicação Social junto da opinião pública. A desinformação desenfreada subverteu a realidade, espalhou a perturbação e a confusão, baralhou os dados. E, sem dúvida, obteve resultados imediatos visíveis. Sem dúvida, também, efémeros.

A salutar reacção de vários jornalistas em serviço na Arábia Saudita — rejeitando os impedimentos ao direito de informar e as pressões para se transformarem em meros difusores da «verdade» dos fazedores da guerra — abre uma importante linha de desmascaramento da manipulação. Começa a ruir o muro erguido com o objectivo de esconder a verdade sobre a guerra e passar para a opinião pública a versão mais conforme com os desígnios do imperialismo norte-americano. Começa a ser visível a «luta» na operação montada, as práticas e os meios utilizados pelo Pentágono e o papel dos seus ecos espalhados por todo o mundo.

Adquirem acuidade e importância novas as questões da Comunicação Social, os problemas dos profissionais da informação que se batem pela dignificação da sua profissão numa Comunicação Social quase totalmente dominada pelos grandes grupos económicos e financeiros e exemplarmente caracterizada na conhecida síntese: «No meu jornal, os jornalistas têm toda a liberdade de escrever o que eu penso».

**2.** Entretanto, papagaios que difundem fielmente a «verdade» do Pentágono há-os por todo o lado e, portanto, também a Comunicação Social portuguesa está cheia disso.

Na memória de muitos portugueses perdurará o aviltante comportamento da RTP, de várias estações de rádio e da quase totalidade dos jornais, onde editoriais e comentários mais ou menos regulares — com raras e honrosíssimas excepções — repetem os argumentos e razões do governo dos EUA e dos seus aliados.

Ganhar a guerra da opinião pública foi, desde cedo preocupação essencial do Pentágono, expressa publicamente por altos responsáveis. O caminho para alcançar esse objectivo passava por fazer aceitar como verdade absoluta a versão dos EUA.

As teses da guerra «inevitável», «justa», «sem mortos» — durante alguns dias apoiadas pela fraude da «guerra em directo» — foram amplamente difundidas num processo que se iniciou meses antes do começo da guerra.

Em Portugal estas teses têm sido subscreitas pela quase totalidade dos órgãos de Comunicação Social.

Partindo de um facto verdadeiro, condenável e condenado por todo o mundo — a invasão do Kuwait pelo Iraque — comentadores e analistas vários, fechando os olhos a outras realidades, repetem a tese da guerra inevitável e da responsabilidade exclusiva de Saddam Hussein.

Vicente Jorge Silva, por exemplo, assegura que se «esgotaram de facto todos os meios de evitar a guerra» e, agastado, assinala e combate «um sentimento difuso de que os EUA precipitaram o início do conflito antes de esgotadas as possibilidades de o evitar».

J. Carlos Espada segue o mesmíssimo caminho e garante que se Saddam «tivesse revelado o mais leve sinal de abertura» outro galo cantaria. Vital Moreira atribui a S. Hussein «a responsabilidade última» e justifica os bombardeamentos por «uma questão de princípio».

E. Prado Coelho, reverente e belicoso, repete o que os outros disseram, ajoelha-se perante o ideal americano, anatemisa as forças do mal protagonizadas por Saddam, incita à destruição do Iraque e, desvendando o que lhe «vai na alma», confessa que reza todas as noites pela «eliminação física de Saddam Hussein».

Pelos vistos ignoram todos que esta é uma guerra decidida e dirigida pelos EUA visando concretos objectivos políticos, económicos e militares; que a ocupação do Kuwait foi para o Pentágono o presente (caído do céu?, pacientemente preparado?) de que necessitava para concretizar o velho sonho de se instalar militarmente naquela precisa região; que os EUA não só não tomaram qualquer iniciativa para procurar uma solução pacífica como boicotaram todas as tentativas esboçadas. Se dúvidas houvesse sobre isto, a reacção de Bush à recente proposta do Iraque é mais do que suficiente para as desfazer. (Na proposta, o Iraque coloca, pela primeira vez, a perspectiva de retirar do Kuwait; Bush, contudo, não vê nenhum elemento novo na posição do Iraque: mas então esta guerra é ou não é para libertar o Kuwait?)

Um humorista espanhol reproduziu com grande rigor o discurso do tio Sam sobre a matéria: «Este Saddam é tão perigoso que se lhe fizermos uma proposta de paz é capaz de aceitar logo».

**3.** A tese da guerra «inevitável», logo «justa» («santa», mesmo, a avaliar por notícias várias chegadas dos EUA), é complementada pela da guerra «limpa», «sem mortos».

Os textos que ocupam a comunicação social repetem-se nas referências laudatórias à «humanitária cirurgia» de Bush. Manifestam constantes preocupações em relação às «crianças que vivem junto à zona sob a ameaça dos Scud», mas não dizem uma palavra sobre as crianças que vivem e morrem na zona que é alvo do «mais poderoso bombardeamento convencional da história». Se acreditássemos neles haveríamos de concluir que enquanto os maléficos Scud (ou os seus destroços) provocam horrores e vítimas, as centenas de milhares de toneladas de bombas dos EUA e dos seus aliados pousam pacificamente no território do Iraque e do Kuwait e explodem humaníssimas mensagens de paz.

O recente bombardeamento de um abrigo de civis em Bagdad foi pretexto para mais uma manifestação de hipocrisia e de desrespeito pela pessoa humana. Mal foram conhecidas as primeiras imagens do massacre, o general Neal (que várias vezes afirmou já ser preocupação dos EUA não divulgar o número de civis mortos) apressou-se a «esclarecer» que se tratava de um abrigo militar, pelo que as culpas da tragédia deveriam ser imputadas a Saddam. Logo o oportuno Barata Feyo encontrou um oportuno anónimo jordaniano que lhe garantiu que o general tinha toda a razão. Há quem, referindo-se aos civis mortos, continue a falar eufemisticamente



de «danos colaterais»; e o editorialista do DN de 16/2 encontrou uma ainda mais notável formulação falando da «primeira perfuração, feita do ar, de um bunker com características militares e onde se abrigavam centenas de pessoas».

Haverá que inventar novas palavras que classifiquem com rigor tais atitudes. A dedicatória («Para Saddam, com afecto») — escrita pelo secretário de Estado Dick Cheney numa bomba de mil quilos momentos antes de ela ser lançada sobre o Iraque e momentos antes de ele se deslocar para milhares de quilómetros de distância — não é apenas uma brincadeira de mau gosto. Simboliza exemplarmente a prática embrutecida e desumanizada do governo dos EUA e dos seus serventuários.

**4.** O movimento pacifista é um alvo preferencial na guerra da opinião pública. A Comunicação Social dominante tenta desacreditar e subverter o conteúdo da intervenção pacifista; deturpa a amplitude, o objectivo e o sentido das manifestações pela paz e, à concreta, lúcida e activa intervenção de milhões de pessoas, contrapõe sondagens de opinião com resultados ajustados ao objectivo de fazer crer que «os povos dizem sim à guerra».

A linguagem dos belicistas e dos antipacifistas dispara lembranças de tempos passados, carrega sementes persecutórias, insinua bombardeamentos «cirúrgicos». Numa espécie de ânsia de apresentar trabalho, vários comentadores esgotam-se na afirmação de que as manifestações pacifistas não só constituem «acções de apoio a Saddam» como, pior do que isso e pior do que tudo, são actos de «antiamericanismo primário». E fazem-no num tom que dir-se-ia estarem a legislar sobre a matéria, a decretar crime severamente punível a crítica e o combate (cada vez mais necessários como a guerra do Golfo demonstra) ao objectivo hegemónico, belicista e opressor do imperialismo norte-americano. A obsessão antipacifista vai ao ponto de silenciar

ou a atirar para páginas interiores os sucessivos apelos do Papa ao fim da guerra e da violência. O director do «Público» chega a insinuar uma identificação das posições do Papa com as de Saddam e não resiste mesmo a uma referência sensorial à «inesperada frente pacifista» entre o Papa e os comunistas. Ainda no «Público», a reportagem sobre a manifestação de 18/1 é exemplar da forma como aquele jornal está integrado na frente multinacional antipacifista. O seu director não se queda, obviamente, nas críticas ao Papa: fala da «hipocrisia ou inconsequência dos protestos pacifistas» e, resguardado no bunker da Sónae, proclama heroicamente que «a bandeira do pacifismo esconde frequentemente temores inconscientes de insegurança e instabilidade — muito concretamente o medo da chantagem terrorista». No «Semanário», um comentador que chama aos pacifistas «filhos de hippies», debate-se com uma dúvida angustiante: como é que os mesmos jovens que (justamente) encheram o recinto do concerto The Wall andam agora (injustamente) a despejar baldes de tinta vermelha pelas ruas da Alemanha, em manifestações que «Saddam Hussein agradece»? Para castigo vou deixá-lo com a dúvida. Tanto mais que o comentador, certamente com problemas de consciências a revolvê-lo, deixa no ar esta interrogação patética: «Final não somos todos pela paz?». Somos, responde Rui Oliveira Costa no preciso momento em que rejeitava a proposta da CGTP para uma acção comum em defesa da paz.

E acrescentava, piscando o olho: «É claro que, na UGT, todos somos a favor da paz». No mesmo «Semanário», M. Sousa Tavares eleva-se da vaga belicista e dispara violenta descarga sobre os que querem «a paz a qualquer preço, isto é a derrota», deixando clara a sua opção: a guerra a qualquer preço, isto é, o massacre, isto é, a vitória. E à «paz envenenada da capitulação» contrapõe «a paz assente na destruição» do Iraque. J. C. Espada diz que os pacifistas «são como o caozinho do Pavlov. Ensinaram-lhes a rosnar quando se desfalda a bandeira americana e eles não conseguem perceber que o mundo mudou entretanto». O canino

desarranço perde apenas pelo facto de, como algumas pessoas sabem, não ser original nesta sua concreta aplicação... Resta a JCE a consolação de saber que tanto mérito pode ter um bom tradutor como um bom autor. É ainda na qualidade de tradutor que JCE finge confundir a postura dos pacifistas de hoje com as posições capitulacionistas face à ameaça nazi. Vital Moreira, detectando em cada pacifista (especialmente nos de esquerda) um simpatizante de Saddam perdido na «cega luta antiamericana», inteligência assim: «Que dose de fanatismo anti-americano é necessária para justificar (...) qualquer simpatia por S. Hussein e pelo seu regime?» Que dose de estrabismo intelectual é necessária para se produzir tamanha distorção da realidade? O desnecessário E. P. Coelho repete tudo o que os outros dizem, cita o Havel, o Minc e os Etc e certamente com algum peso na consciência, produz um pedaço de prosa cujo único senão é estar mal direccionada: «Meu Deus!, ao que eu cheguei! Como é que pude descer tão baixo!».

Entretanto os bombardeamentos continuam e provocam (como um dia destes se virá a saber) muitos milhares de mortos. «A primeira ofensiva terrestre» está em andamento e com ela o previsível aumento de horrores e do número de vítimas.

**5.** Entretanto, por outro lado, as forças da paz intensificam a sua acção. A União Soviética encabeça um louvável esforço de procura de uma solução pacífica. O movimento pacifista continua a sua luta pelo diálogo e contra a intransigência. Pela verdade e contra a mistificação e a mentira. Pela vida e contra a violência e a morte. Pela paz que conduza ao fim dos dramas e dos sacrifícios dos povos e contra a guerra e os que pretendem apresentá-la como «inevitável», «justa», «limpa» e «sem mortos». É uma luta que não só vale a pena como é indispensável continuar. ■

# Pontos Cardeais



## Vantagens de uma mão-de-obra barata...

O Governo não se cansa de propagandear grandes êxitos na situação financeira e económica do País. E sempre que possível até com uma ajuda de documentos e de posições ou comentários vindos ou não de fora. Só que, também aqui, Cavaco baralha e dá as cartas à sua maneira... Por outras palavras: divulga e valoriza apenas o que lhe interessa. O resto calca bem fundo na gaveta. Um exemplo: que é feito das conclusões de um estudo encomendado pelo Ministério da Indústria e Energia (MIE) sobre as consequências do investimento estrangeiro no desenvolvimento da indústria portuguesa? É que essas conclusões apontam nitidamente para um balanço globalmente fraco. Comentando esta questão, o camarada Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, intervindo na recente Assembleia dos bancários comunistas de Lisboa, salientava: «Aí se afirma que a maioria deste investimento adopta uma posição especulativa «off shore» procurando tirar vantagens de uma mão-de-obra barata. Terá pois de concluir-se que o Governo não está a preparar a economia portuguesa para o embate do Mercado Único que se aproxima. O Governo sabe, aliás, que a nossa estrutura produtiva não está preparada. «Mas em vez de promover de forma decidida a modernização do aparelho produtivo continua a procurar travar o «desafio» na base dos baixos salários, do trabalho infantil e da exploração da mão-de-obra. «É neste quadro que se inserem as diversas investidas sobre a legislação do trabalho.» Restam algumas dúvidas?

manifestou-se satisfeito com o que entende serem os resultados da aplicação do Acordo Económico e Social, que a CIP, a CCP e a UGT celebraram com o Governo no fim do ano passado. Entendem por tais resultados a estabilização dos níveis de inflação (tão estável que ela está, nem se percebe por que foi que subiram os preços no Ano Novo) e a subida registada no valor real dos salários. Outros resultados, ou não os houve, ou o Governo não deu por eles, ou os jornais

não lhe deram importância. No mesmo dia reuniu em Lisboa o plenário nacional de sindicatos da CGTP, que decidiu realizar uma acção nacional contra outro dos resultados do Acordo Económico e Social: o pacote laboral com que o executivo do professor Aníbal pretende oferecer aos patrões a possibilidade de despedir trabalhadores por inadaptação, por falta de confiança e por não cumprimento de objectivos; a possibilidade de aumentar a jornada de trabalho até duas horas por dia, que não serão consideradas como trabalho extraordinário e que poderão elevar para 50 horas a duração máxima da semana de trabalho; o agravamento da precariedade e da instabilidade, sobretudo dos jovens empregados, com o alargamento do período experimental. Estes também são resultados do Acordo. E, se podem ser motivo de satisfação para o Governo e para o patronato, não o serão certamente para os trabalhadores.

## Melhorias ao milímetro

Desde segunda-feira o Metropolitano de Lisboa conta com mais uma composição, a vigésima sexta, pelo que disseram os jornais. Um responsável do Metro precisou ao vespertino «A Capital» que, com este novo comboio, o

intervalo entre as composições, na hora de ponta, diminui de dois minutos e quinze segundos para dois minutos e dez segundos. Para os milhares de passageiros que são forçados a utilizar o Metropolitano nas horas de maior movimento, os cinco segundos de intervalo a menos vão representar, certamente, uma melhoria das condições de transporte. Mais que não seja, sempre ficam uns milímetros menos apertados...

## Turgut Ozal, o democrata

Então não querem lá ver que o senhor presidente da Turquia, de onde quase todos os dias nos chegam notícias da democracia policial que lá se pratica, fez previsões acerca da guerra no Golfo! E o mais espantoso é que aquele senhor, mesmo depois de passados muitos carnavais, tem o descaro de prever que «o vento fresco da democracia soprará em certos países» depois do conflito! Ele espera mesmo que o Iraque tenha estruturas «mais democráticas», de forma a permitir «aprofundar as relações com a Turquia». É caso para lhe perguntar, sabendo-se o que se sabe do país que governa: «Ainda mais democráticas, senhor presidente?» É que, entre Ozal e Hussein, venha o diabo e escolha... a democracia.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## Danger!

O Banco Santander já se apronta para tomar conta de um banco português, onde quer desenvolver o leasing; além disso deseja implantar outro serviço, o factoring; e também o merchant bank lhe convém...

De palavras estranhas damos fé. Entendê-las, enfim, não é comigo. De inglês conheço apenas danger, isto é danger quer dizer perigo...

## Política agrícola comum

A PAC, que grande craquel!

Era a CAP a sua claque aplaudia a bela PAC com seus olhos de basbaque de agrários sempre ao ataque ai que boa que era a PAC!

O PACote enverga o fraque europeu — e aí vem o saque dos portugueses, a PAC.

E agora, onde está a claque?...

## O que é que o Governo tem...

Governo não tem juízo que tanto lhe é preciso. Não, isso não tem mas tem o Centro Cultural de Belém...

Governo não tem hospitais humanos, funcionais. Não, isso não tem mas tem o Centro Cultural de Belém...

Governo não tem escolas diferentes das gaiolas. Não, isso não tem. Mas tem o Centro Cultural de Belém...

Governo não tem museus pois acha que são plebeus. Não, isso não tem. Mas tem o Centro Cultural de Belém...

Governo o que quer é guizo que faça esquecer o siso. Por isso tem, por isso tem o Centro Cultural de Belém...

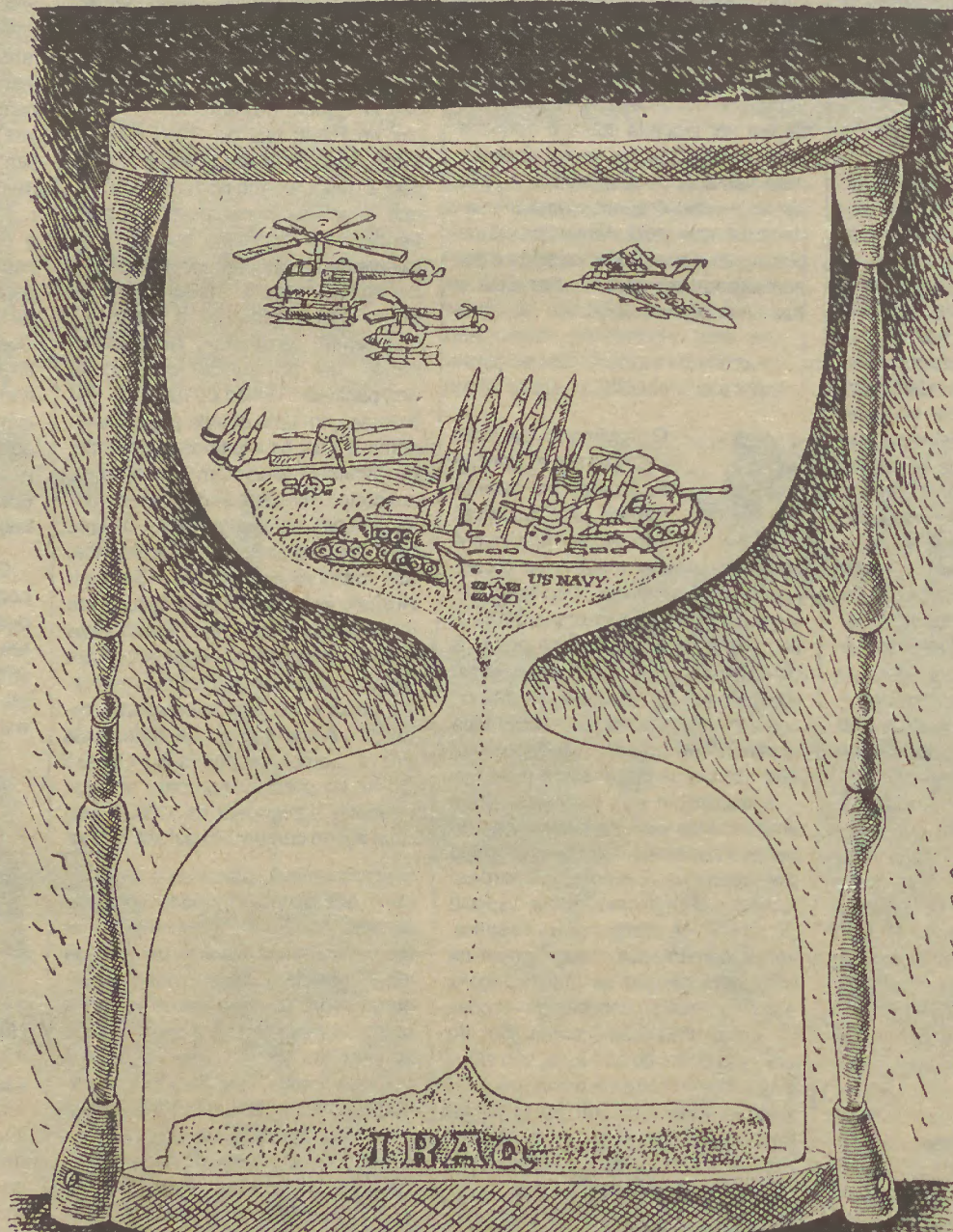
## A grande velhacaria

Quando subiu o preço do barril devido ao belicista berbicacho subiu-se o preço à gasolina. Eu acho enfim, no económico perfil...

Já o petróleo desceu — não há despacho que tire às gasolinas um cétil. Pois cheira-me isto mal, cheira-me a ardil por certo que há esturro em algum tacho...

Claro. Sei hoje que Cavaco pensa aliviar o peso da despensa em tempo de eleições. Grande velhaco!

Inda vem longe aquela ocasião mas, até lá, já os portugueses vão pagando a propaganda do Cavaco...



## Governamental satisfação

Na semana passada o executivo laranja



# Governo

verificando na CP, onde o descontentamento é geral.

O Organismo de Direcção do Sector de Transportes do PCP (Lisboa), preocupado com toda esta situação, não pode deixar de contestar publicamente uma tal política do Governo do PSD, lesiva do interesse nacional. É chegada a altura de dizer basta.

Seja por problemas sectoriais específicos, seja combatendo a eventual entrada em vigor do chamado «Pacote Laboral» que, como se sabe, contém matérias nocivas para a generalidade dos trabalhadores, e que é resultante do acordo em má hora celebrado entre a UGT, o Governo e o patronato. Verifica-se neste momento uma tão justificada quanto acentuada agitação social que envolve muitos milhares de trabalhadores.

Aquele Organismo do PCP (Lisboa), manifesta a sua incondicional solidariedade a todos os trabalhadores que se encontram em luta, bem como aqueles que se apresentam a fazê-lo por razões idênticas, apelando-lhes para que se empenhem na defesa dos seus direitos, liberdades e garantias e na construção de uma alternativa democrática ao Governo do PSD, possível de alcançar nas próximas eleições legislativas se os democratas souberem trilhar os caminhos da unidade.



Rodoviária Nacional, para os trabalhadores do Sector de Transportes da CP numa recente (11) greve. Temas actuais que se

vereiro. É conhecido o processo de luta que está em curso na Carris, com greves já marcadas para este mês, o mesmo se

# rito do Porto

mento do diálogo e da acção comum com democratas independentes e sectores democráticos da vida política do distrito, e a dinamização das estruturas da CDU.

## Grande comício em Março

Relativamente ao plano de actividades da DORP para 91, são de destacar as comemorações do 70.º aniversário do Partido, que consistirão de um vasto e diversificado conjunto de iniciativas por todo o distrito e que culminarão com a realização no Coliseu do Porto, em 23 de Março, de um grande comício com a presença de Álvaro Cunhal; as Jornadas Legislativas do PCP, no Porto, nos dias 2, 3 e 4 de Maio; um Encontro sobre a situação, os problemas e os direitos dos trabalhadores, em Junho, e uma outra iniciativa sobre o sector têxtil, o ciclo «Diálogos com o PCP»,

que se iniciará no próximo dia 20 de Fevereiro, com o debate «Guerra do Golfo, Guerra na TV — a Informação que temos»; o Encontro «Olhar do Porto na viragem do século» e um conjunto de iniciativas temáticas sobre saúde, ensino, cultura, habitação, ambiente, desenvolvimento regional e integração europeia, articuladas com correspondentes iniciativas nacionais do Partido; uma iniciativa nacional do Partido sobre os direitos das mulheres, a realizar no Porto, em 11 de Maio, e um seminário sobre a habitação, em Junho; a participação em diversas realizações nacionais do Partido, designadamente na Conferência Nacional, em 26 de Maio, sobre as Eleições Legislativas e na Festa do «Avante!», em 6, 7 e 8 de Setembro.

A DORP decidiu ainda iniciar o trabalho preparatório da 3.ª Assembleia da DORP, que se realizará em inícios de 1992.

## Encontro Nacional de Professores em Lisboa, no próximo fim-de-semana

# PCP debate política educativa e prepara Programa Eleitoral

Vai realizar-se no próximo fim-de-semana (sábado e domingo), no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, o Encontro Nacional de Professores do PCP.

Este Encontro, que funcionará em plenário, terá início às 11 horas do dia 23 e o seu encerramento está previsto para as 13 horas do dia 24.

Referem-se como grandes questões que vão estar em debate nesta iniciativa, os problemas da política educativa, da situação profissional e da acção reivindicativa dos professores e da intervenção do PCP na área da educação e do ensino.

Importa sublinhar que este Encontro Nacional de Professores do PCP, que se realiza num quadro temporal já marcado pela aproximação das próximas eleições legislativas, pelo aprofundamento do conhecimento dos problemas educativos, pelo apuramento de opiniões e a consideração alargada das prioridades, representa um primeiro e importante contributo para o debate nacional que a situação da educação e do ensino urgentemente reclamam e para a elaboração por parte do PCP e no âmbito da preparação do seu Programa Eleitoral, das linhas de orientação e das medidas a propor ao País.

### Horário das sessões

#### 23/2 — Sábado

- 11 às 13 horas
- 1.ª Sessão: Abertura e início dos debates sobre a política educativa e a intervenção do Partido.

- 15 às 17 horas
- 2.ª Sessão: Continuação da anterior.

- 17.30 às 19 horas
- 3.ª Sessão: Início dos debates sobre a acção reivindicativa dos professores e a intervenção do Partido.

#### 24/2 — Domingo

- 9.30 às 11 horas
- 4.ª Sessão: Continuação da anterior.

- 11.30 às 13 horas
- 5.ª Sessão: Discussão e aprovação do documento final e encerramento.



Aspectos da política educativa (Lei de Bases, Estatuto da Carreira Docente, situação actual dos problemas mais sentidos nas escolas), da acção reivindicativa dos professores (valorização e dignificação socioprofissional) e do reforço da intervenção do Partido no sector estarão em foco no Encontro Nacional de Professores do PCP que decorrerá no próximo fim-de-semana, em Lisboa

# Comunistas de Setúbal marcam Assembleia

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, em recente reunião, procedeu à análise de situação política e social e dos resultados das eleições presidenciais. Debruçou-se ainda sobre a situação orgânica partidária no concelho e as tarefas futuras.

Foi decidido marcar a Assembleia da Organização Concelhia para dia 25 de Maio, fixando como objectivos fundamentais: «debater a situação social, política e da organização do Partido; definir orientações específicas do Partido para a sua intervenção nos diversos sectores da vida do concelho; eleger a nova Comissão Concelhia».

Na apreciação dos resultados eleitorais para a Presidência da República, a votação em Carlos Carvalhas mereceu o regozijo da Comissão Concelhia.

Inventariando os processos de luta dos trabalhadores, verificou-se que um número significativo de sectores e empresas têm em curso acções reivindicativas, nomeadamente a Setenave, a metalurgia e metalomecânica e a CP — com recurso à greve, os enfermeiros, as assistentes sociais e que o descontentamento destes trabalhadores relativamente ao alargamento da abertura dos estabelecimentos, decidido pela maioria PS na CMS, coincide com

igual descontentamento dos pequenos e médios comerciantes.

Mereceu particular atenção a nova fase da ofensiva do Governo para alterar a legislação laboral. O pacote laboral, em consequência do acordo social assinado entre a UGT, patronato e Governo, configura um objectivo claro que, a ser aprovado, daria ao patronato cobertura para, entre outras situações, promover mais despedimentos, maior precarização do emprego, intensificação da exploração dos trabalhadores e organização de horários de trabalho desumanos — alerta aquela Concelhia do PCP.

Foram igualmente debatidos variados aspectos da situação orgânica, tendo sido tomadas decisões no âmbito da Comissão Concelhia, visando o reforço do Partido. No âmbito das comemorações do 70.º aniversário do Partido vai decorrer um jantar/convívio no dia 10 de Março aberto a militantes e simpatizantes.

Foram ainda tomadas decisões conducentes à preparação da Assembleia da Organização Concelhia, nomeadamente para a elaboração de documentos, debate e eleição dos delegados em todas as organizações.

## Encontro da Saúde

Nos dias 13 e 14 de Abril decorrerá em Lisboa o 3.º Encontro Nacional de Saúde do PCP. Funcionando em quatro mesas de debate, esta iniciativa abordará dois grandes temas: a política de saúde e a situação dos cuidados de saúde e participação das populações. No próximo Avante! dedicaremos especial atenção a este Encontro do Partido e ao seu trabalho preparatório.

## São Miguel

Reunida há dias em Ponta Delgada, a Comissão de Ilha de São Miguel do PCP aprovou a realização, entre Março e Maio, de um conjunto de reuniões de toda a organização micalense «para debate das orientações actuais e futuras do Partido em São Miguel e para consultas alargadas sobre a composição futura do seu órgão dirigente». Prevê-se que a sua eleição ocorra ainda no primeiro trimestre deste ano. Também recentemente esteve reunida em Ponta Delgada a Comissão Executiva Regional da DORAA do PCP.

## Guerra no Golfo

# A estratégia de Bush desmascarada por um colaborador de Kennedy

## — um dossier explosivo sobre a guerra do Golfo

■ Miguel Urbano Rodrigues

Um livro importante, lançado em Paris em Janeiro p.p. está a ser discutido com paixão na Europa: «Guerre du Golfe — Dossier Secret» (!).

Os seus autores são dois jornalistas de prestígio internacional: o americano Pierre Salinger e o francês Eric Laurent. O primeiro foi porta-voz da Casa Branca durante a Presidência de John Kennedy; actualmente é o director para a Europa da grande cadeia da televisão norte-americana ABC.

O que impressiona neste livro terrível são os factos trazidos a público. Eles habilitam o leitor a formar sobre as causas da guerra uma opinião diferente da que diariamente lhe pretendem impor os grandes *media* internacionais.

Este artigo não envolve um juízo sobre a obra de Salinger-Laurent. Pretende apenas chamar a atenção para o enorme significado de acontecimentos nele relatados.

Este livro não acusa. Mas deixa transparente que o Governo dos EUA quis a guerra e a preparou ao longo de um processo em que a estratégia da confrontação foi concebida e executada com uma minúcia extraordinária.

Colocado durante séculos sob dominação turca, o Kuwait não passava de uma dependência do vilaiato (provincia) de Bassorá. A Inglaterra, impressionada pelo descobrimento de lençóis de petróleo, resolveu, entretanto, transformar aquele canto do mundo num país. Inventou-o, mas somente conseguiu fazer-lhe reconhecer a independência em 1961. Resultado: o Iraque ficou sem acesso marítimo ao Golfo.

O Kuwait tornou-se o Estado mais rico do mundo: 20 mil dólares de renda *per capita*. O emir e sua família, sempre insatisfeitos, aproveitaram-se da guerra Irão-Iraque para abrirem poços na zona litigiosa da fronteira, em Rumeillah, terra de ninguém. Dali foram retirados milhões de toneladas de petróleo. Simultaneamente, o Kuwait aumentou a produção, violando as quotas estabelecidas pela OPEP e baixou os preços.

Saddam lembrou na sua conversa com a embaixadora episódios desse contencioso com o pequeno país vizinho e explicou-lhe que estava a exigir ao emir, a título de indemnização, uns 10 mil milhões de dólares, aludindo também à reivindicação sobre duas ilhotas: Warba e Bubyán.

Pierre Salinger informa no seu livro que a embaixadora respondeu: «o contencioso entre o Iraque e o Kuwait não é assunto que nos diga respeito».

Pouco depois, John Kelly fez um depoimento perante a sub-comissão do Médio Oriente da Câmara dos Representantes dos EUA. Perguntaram-lhe se havia algum compromisso que implicasse a intervenção de forças militares norte-americanas no caso de o Iraque atravessar a fronteira do Kuwait. A sua resposta foi amplamente divulgada: **Não existe qualquer compromisso.**

Saddam sentiu-se encorajado. Tirou conclusões dos seus encontros com Kelly e a embaixadora e de conversações mantidas com cinco senadores americanos que recebera em audiência.

Bem mais tarde, a imprensa americana aludiu à **teoria da armadilha** admitindo que os EUA incentivaram deliberadamente o Iraque a invadir o Kuwait porque **queriam a guerra.** Bush estava empenhado em

controlar as fontes do petróleo e em destruir o Iraque como potência regional cujo poder militar ameaçava a posição de Israel como Estado hegemónico no Médio Oriente.

### Estranho desabafo

Num encontro a que assistiram chefes de Estado árabes, Saddam exigiu os 10 mil milhões de dólares ao soberano do Kuwait. O emir Jaber Al Sabah tratou-o com sobranceira, quase com desprezo. O rei Fahd esforçou-se para evitar uma ruptura.

Em Julho, Saddam admitiu, pela primeira vez, a hipótese de uma intervenção militar. O emir não levou a sério a ameaça e alegou que tinha amigos poderosos. No dia 18, contudo, as tropas iraquianas tomaram posição na fronteira.

O rei Fahd tentou promover um encontro, em Jidá, no qual Saddam e o emir discutiriam o contencioso. À última hora, entretanto, o príncipe koweitiano cancelou a viagem sem explicações. Compareceram apenas delegações de nível médio. Apesar de tudo, o acordo chegou a parecer iminente. Fahd ofereceu um bilião para aproximar as posições. Mas subitamente o governo do Kuwait exigiu uma imediata delimitação da fronteira. O diálogo findou com troca de insultos.

No dia 2 de Agosto o exército do Iraque invadiu e ocupou o Kuwait. Um membro do Conselho de Segurança Nacional dos EUA teria comentado: «Sentimos que o levamos aonde queríamos que ele fosse!» (?)

Saddam Hussein, ao invadir um Estado membro da ONU e violar princípios da sua Carta e do Direito Internacional, suscitou com o seu acto irresponsável uma vaga de indignação. Cometeu um crime para o qual não há atenuantes, entrou numa ratoeira e abriu as portas a uma tragédia de consequências ainda imprevisíveis.

No dia 12 de Fevereiro de 1990, Saddam Hussein recebeu em Bagdad um representante do presidente Bush que fez o possível para persuadir o presidente iraquiano da limpeza e rectidão da política externa dos EUA para a região.

Esse homem, John Kelly, tinha a fama de ser um dos melhores diplomatas norte-americanos e desempenhava

o cargo de subsecretário de Estado para os Assuntos do Médio Oriente. Dirigindo-se a Saddam Hussein foi categórico: «o senhor é uma força moderadora na região e os EUA desejam aprofundar as suas relações com o Iraque».

Transcorridos três dias, a «Voz da América», estação oficial, qualificava Saddam como «um dos piores tiranos existentes no planeta».

Em Bagdad a contradição chocou. Saddam somente fala árabe e apenas uma vez visitou um país ocidental, a França.

Pouco depois, o presidente do Iraque recebeu a embaixadora dos EUA, April Glaspie, disse-lhe abertamente que pretendia manter relações privilegiadas com os EUA. Falou muito da história do seu país. Era desnecessário; a embaixadora domina bem o árabe e conhece como especialista o passado dos povos da área. Glaspie sabia que as actuais fronteiras do Iraque foram traçadas pela Grã-Bretanha quando esta decidiu criar (sob protectorado) o Estado iraquiano após a primeira guerra mundial. Sabia também que durante anos o poder concreto fora exercido no país pela Iraq Petroleum Company.

### Bush, o anti-herói

O livro de Pierre Salinger e Eric Laurent apresenta deficiências próprias de obras produzidas em cima de acontecimentos que pesam no rumo da história. Tem, entretanto, o mérito de trazer a público informações muito importantes para o entendimento do quadro em que foram tomadas as decisões que conduziram à guerra.

O jornalista e escritor que foi porta-voz de John Kennedy ilumina bastidores da crise. O seu **Dossier secreto** responde à questão fundamental. A guerra poderia ter sido evitada. Era possível uma solução negociada para a crise no quadro árabe. O Iraque estava disposto a retirar as suas tropas do Kuwait e ainda ensaiou um início de retirada. Foi Washington quem fechou todas as portas ao diálogo entre os árabes ao apresentar exigências que na prática equivaliam a uma **rendição incondicional**, obstruindo o caminho da paz.

Do livro de Salinger-Laurent emerge como personagem principal, ao lado de Saddam, o presidente George Bush.

As etapas da crise permitem identificar um George Bush muito diferente da imagem do político baço, moderado e hesitante que dele fabricaram os grandes *media*. Bush **escolheu a guerra** com muita antecedência e bateu-se para a impor com tenacidade de aço e inegável capacidade de manobra. Ao longo dos seis meses difíceis que transcorreram entre a invasão do Kuwait e o

ataque devastador contra o Iraque na madrugada de 17 de Janeiro, o presidente dos EUA desenvolveu uma actividade diplomática astuta e cautelosa para conseguir o que pretendia: isolar o mais possível o Iraque e formar contra Bagdad, no âmbito da ONU, a maior coligação constituída desde a segunda guerra mundial.

### O telefonema ao rei Fahd

O desastre começou a esboçar-se na própria manhã do dia 2, durante uma reunião extraordinária efectuada no **Cabinet Room** da Casa Branca, sob a presidência de George Bush. Entre os presentes estavam: o vice-presidente Dan Quayle; o secretário-geral da Casa Branca John Sununu; os secretários de Estado das Finanças, da Defesa e da Justiça; o director da CIA; o chefe do Estado-Maior, general Colin Powell; o general Brent Scowcroft, presidente do Conselho Nacional de Segurança; e o general Schwarzcopf, actual comandante operacional no Golfo. A sessão foi breve. Sununu criou a atmosfera de abertura à guerra quando sugeriu o envio de aviões B2 (que escapam ao radar) para um bombardeio imediato do Iraque. Colin Powell e Richard Cheney esclareceram que somente havia ainda um B2 operacional e que no momento a única força capaz de entrar em acção imediata (excluindo a Marinha) era um contingente de 2500 homens da 82.ª Divisão Aerotransportada. Não havia hipótese de resposta instantânea e demolidora no campo de batalha.

Na opinião de Salinger a decisão **definitiva** de fazer a guerra teria sido tomada nesse mesmo dia pelo presidente Bush após o encontro com Margaret Thatcher, então de visita aos EUA.

Nas horas seguintes, o presidente dos EUA, pelo telefone ou em mensagens escritas, deu início ao jogo alucinatório que iria precipitar o mundo num conflito armado que, finda a guerra fria, era tido por impossível.

Primeira iniciativa: um diálogo com Fahd. O presidente dos EUA informou o monarca de que a Arábia Saudita seria **protegida** pelos EUA. O rei ficou «embaraçado» e inquieto com a oferta de **protecção** não pedida.

No dia 3 o rei Hussein da Jordânia voou para Bagdad. O seu diálogo com Saddam — reproduzido por Salinger — é elucidativo. O presidente informou o soberano hachemita de que retiraria o exército do Kuwait se a Liga Árabe não concretizasse a sua ameaça de condenação do Iraque e se o contencioso financeiro fosse resolvido. Deu também garantias de que a Arábia Saudita (com a qual tinha um pacto se-

creto de não agressão) não seria invadida em hipótese alguma. Pontificou-se ainda a participar pessoalmente no dia 4 numa minicimeira extraordinária convocada para Jidá.

Era demasiado tarde. Nesse mesmo dia 3 de Agosto, o comando da crise já havia escapado totalmente das mãos árabes.

A intervenção pessoal do presidente Bush foi decisiva para o desfecho.

O Conselho Nacional de Segurança, em reunião de duas horas, manifestou-se favoravelmente à opção militar. Colin Powell defendeu a tese do ataque fulminante e esmagador quando estivessem reunidos os meios indispensáveis. Dirigindo-se ao presidente, sugeriu: «escolha o alvo, decida qual o objectivo e trate de o esmagar».

Bush, segundo Salinger, ficou tão impressionado que resolveu telefonar outra vez ao rei Fahd para lhe propor o envio de tropas americanas. O monarca reagiu com espanto. Perdeu a fala do outro lado do mundo. Bush insistiu: «Majestade, se as coisas piorarem aceite uma ajuda militar americana?»

Fahd, deprimido, acabou por se submeter. Mas só no caso de as coisas efectivamente piorarem...

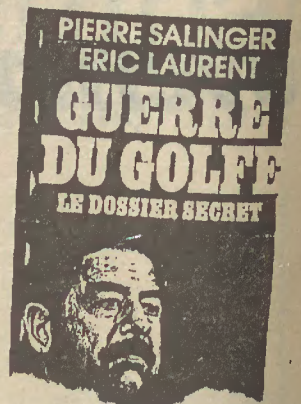
A mensagem seguinte foi para Hosni Mubarak. Transcrevo do livro de Salinger o recado de Bush: «O Ocidente cumpriu o seu dever, mas as nações árabes não fazem nada. Os EUA venderam muitas armas aos países árabes, nomeadamente ao Egipto. Se não agirem agora, se não tomarem no caso do Kuwait uma posição dura é preciso que saibam que futuramente não podem mais contar com a América».

Fácil é imaginar o estado de espírito de um político com a personalidade do presidente egípcio, que há meses pedinchava a anulação de uma dívida de 7 mil milhões de dólares aos EUA.

O Departamento de Estado desmentiu posteriormente que tivesse sido exercida qualquer pressão de Bush sobre o presidente egípcio. Mas Salinger informa que uma alta personalidade egípcia lhe garantiu ter visto a **mensagem**, confirmando a existência do documento.

### EUA-URSS

Baker e Chevardnaze partiram de Irkutsk, na Sibéria Oriental, no dia 2 de Agosto. O soviético somente tomou conhecimento da invasão do Kuwait ao desembarcar no aeroporto de Moscovo. Baker foi informado em voo, quando seguia para a Mongólia. Conversou pelo telefone com Bush. Ficou estabelecido que o secretário de Estado iria a Moscovo para tentar obter uma declaração conjunta e na qual a



URSS e os EUA condenariam a agressão iraquiana. Bush foi incisivo: «É preciso, Jim, que a declaração conjunta revele um alto grau de colaboração entre a União Soviética e nós; caso contrário é inútil que vá a Moscovo».

Na capital soviética, Tarenko e Ross, dois diplomatas, assessores dos seus ministros, prepararam o texto, antes da chegada de Baker. Tarenko redigiu duas versões que foram rejeitadas por insuficientes. Washington exigia um texto mais duro. Baker, finalmente satisfeito, declarou (segundo Salinger) a Chevardnaze: «Deve ficar claro para Saddam Hussein que caminhamos juntos».

### A Resolução misteriosa

Quase simultaneamente, a Liga Árabe acabava abruptamente no Cairo com a trégua pedida pelo rei da Jordânia e adoptava uma resolução condenando o Iraque e exigindo a retirada incondicional. Era o resultado das pressões exercidas por Mubarak após a mensagem recebida de Bush.

Em Amman, Saddam recebia Arafat e sugeriu-lhe: «vá procurar os sauditas e diz-lhes que estamos dispostos a discutir».

Os ponteiros do seu relógio estavam atrasados. Os acontecimentos produziam-se em cascata. Decisões de máxima gravidade eram tomadas quase simultaneamente em várias cidades. Em Jidá, na Arábia, Richard Cheney informou o rei Fahd do conteúdo da ajuda americana **não pedida**: as primeiras tropas não tardaram a chegar. À mesma hora, em Bagdad, o encarregado de negócios americano, Wilson, mantinha um estranho diálogo com Saddam. Existe uma gravação dessa conversa surrealista durante a qual o presidente iraquiano repetiu mais uma vez que a Arábia Saudita não seria atacada enquanto o diplomata se mostrava gentilíssimo e agradecido pela **retirada** do Kuwait dos primeiros contingentes de ocupação.

E, contudo, a minicimeira prevista para Jidá já fora cancelada. Mas realiza-se no Egipto outra, a da Liga Árabe, a que comparecem 14 chefes de Estado, a OLP e cinco delegações governamentais. Logo na abertura elevam-se protestos. Na mesa de cada delegação fora colocada, antes da abertura dos trabalhos, um projecto de Resolução final com sete pontos. O texto é de clara inspiração americana e a sua origem não foi esclarecida. Mas acabou por ser aprovado sem grande dificuldade. No final, o libio Muamar Kadhafí desabafou, afirmando que tudo aquilo fora ilegal e interpelou Mubarak, acusando-o de lhe ter negado a palavra. Mubarak respondeu-lhe no dia seguinte: «Se continuares assim, amanhã serei eu a ocupar o teu país e ninguém dirá nada!».

Guerra no Golfo

As analogias dos estrategos

Em Washington, Colin Powell recebe instruções para adaptar à área do conflito o famoso plano 90-1002 concebido pela Administração Carter para uma eventual intervenção militar contra o Irão durante a crise dos reféns provocada por Khomeiny.

O general, filho de imigrantes jamaicanos, foi um mau estudante na Academia Militar, mas ostenta muitas condecorações ganhas no Vietnam. É um falcão, o que não o impediu de declarar: «Senhor Presidente (...) é claro que Saddam Hussein não procura um confronto com os EUA. Ele é brutal, mas não irracional».

O general Brent Scowcroft, um intelectual que se honra de haver trabalhado com Henry Kissinger, comporta-se como a eminência parda de Bush. Na opinião de destacados analistas é o mais influente entre todos os homens do presidente. Joga também na solução militar. É do domínio público que redige a maioria dos discursos importantes do Presidente.

Na Casa Branca foram discutidos os mais esdrúxulos documentos militares. Um dos estudos secretos que maior atenção suscitou ajuda a compreender a intensidade dos actuais bombardeamentos contra as supostas posições ocupadas no Kuwait pela Guarda Republicana do Iraque.

Transcrevo um parágrafo: «A excelente reputação das tropas da Guarda Republicana poderia ser um importante factor de vulnerabilidade. A sua destruição ou uma severa derrota provocaria um choque considerável na moral do resto do exército e poderia precipitar a sua desintegração. Não seria inconcebível que as forças iraquianas reagissem da mesma maneira que a grande armée francesa em Waterloo, quando se apercebeu da retirada da velha Guarda de Napoleão. O grito «a Guarda recua» provocou o pânico através de todo o exército francês e levou ao seu colapso imediato».

O trecho é expressivo da irracionalidade das analogias e paralelos históricos a que se entregam estrategos do Pentágono cuja intimidade com a História é, como se sabe, escassa.

A escalada

No dia 6 de Agosto, as férias de Chevardnaze na Crimeia foram interrompidas por um telefonema urgente de James Baker. Após um preâmbulo de amabilidades, o americano transmitiu a notícia, inesperada para o soviético:

«Vamos ter de enviar tropas para o Golfo. A pedido da Arábia Saudita».

As tropas, aliás estavam a chegar ao golfo. A «Operação Escudo do Deserto» já tinha principiado.

A mesma hora, Bush, numa conferência de imprensa, afirmava, martelando as palavras, com convicção, que a tarefa das forças norte-americanas era exclusivamente defensiva. Mentia conscientemente. Na Casa Branca fora decidido que o Presidente e Baker aproveitariam a Conferência de Paris (CSCE) para persuadir a França e a URSS de que a evolução da crise tornava indispensável a aprovação pelo Conselho de Segurança da ONU de uma nova Resolução

autorizando o recurso à força contra o Iraque.

Na dramática e insensata escalada para a guerra tudo foi previsto em Washington com muita antecedência e minúcia. Excepto as consequências.

George Bush não escondia que se lhe afigurava mais fácil lidar com os membros permanentes do Conselho de Segurança do que com o Congresso. Dá a sua tática: obter o sinal verde para a guerra do CS da ONU e somente depois discutir a questão no Senado e na Câmara dos Representantes. Foi um jogo complexo, sinuoso e amoral.

O livro de Salinger-Laurent finda antes de ter explodido sobre o Iraque a primeira bomba. Os autores resolveram encaminhar o original ao editor após a Resolução de 29 de Novembro de 1990, ou seja quando o Conselho de Segurança votou a funesta Resolução 678 que abriu as portas à guerra. Nesse dia George Bush talvez tenha festejado o êxito da sua paciente e arditosa política de escalada. Estavam criadas as condições imprescindíveis a uma guerra repugnante, preparada e desejada pelo Governo dos EUA, independentemente das responsabilidades que cabem a Saddam Hussein, o dirigente autocrático do Iraque, o homem que ofereceu a Bush o pretexto e os argumentos que lhe permitiram encaminhar o mundo para uma tragédia.

A guerra e a paz

Era inelutável o que aconteceu?

Não. Salinger-Laurent publicaram um Dossier que reforça a convicção de centenas de milhões de homens de que a guerra poderia ter sido evitada. A solução negociada, entre árabes, era possível. Os autores não minimizam as enormes responsabilidades de Saddam Hussein ao invadir o Kuwait. Não há desculpa para o seu gesto. Mas fica transparente que a paz não foi preservada porque o Presidente George Bush e o grupo de homens que o assessora escolheram o caminho da guerra.

No momento em que escrevo este texto, a engrenagem monstruosa do conflito escapa cada vez mais ao controlo daqueles que a puseram em movimento. A irracionalidade avança.

Os generais americanos ensaiam, fascinados, as novas armas de destruição maciça do seu arsenal electrónico. Os aviões da USAF já lançaram as primeiras bombas de sopro que, segundo os próprios pilotos, têm um poder destruidor comparável ao das bombas que arrasaram Hiroshima e Nagasaki. Chamam-lhes armas limpas. O Iraque adverte que utilizará armas químicas para se defender, se as propostas de paz e retirada do Kuwait, apresentadas pelo Conselho do Comando da Revolução, em Bagdad, não levarem a um cessar-fogo e à negociação da paz.

A humanidade encontra-se no patamar do apocalipse. E, contudo, ainda é tempo de se pôr fim à irracionalidade, de se evitar a concretização da tragédia. É urgente, indispensável que as armas se calem. Só a paz responde às aspirações da humanidade.

(1) «Guerre du Golfe, le dossier secret» — Pierre Salinger e Eric Laurent, Ed. Olivier Orban, Paris, Janeiro de 1991, 304 págs.  
(2) In Newsweek, 20 de Agosto de 1990.

Diário da guerra

Quarta-feira, 13 de Fevereiro

● A Casa Branca apela a Saddam Hussein para salvar o seu povo respeitando as resoluções da ONU que impõem a retirada das suas forças do Kuwait e reafirma que o «bunker» atingido em Bagdad era um objectivo militar.

● O emissário soviético, Evguenni Primakov, diz, no regresso de Bagdad, ter apresentado como alguns princípios para a resolução do conflito do Golfo a não ultrapassagem do mandato conferido aos aliados pelas resoluções da ONU, a retirada do Iraque do Kuwait e o fim imediato das hostilidades bélicas.

● O vice-primeiro-ministro do Iraque afirma que o seu país não dispõe de armamento nuclear mas que se for atacado com este tipo de arma utilizará tudo o que estiver ao seu alcance, incluindo armamento não convencional.

● O Conselho de Segurança da ONU inicia uma reunião formal sobre a situação no Golfo, quatro semanas depois do início da guerra.

Quinta-feira, 14

● O ministro dos Negócios Estrangeiros iraniano Ali Akbar Velayti condena o bombardeamento do abrigo de Bagdad e manifesta a disponibilidade do Irão em acolher e ajudar os civis feridos neste conflito.

● A aviação dos países aliados efectua nas últimas 16 horas 386 raids contra objectivos civis e militares em Bagdad e nas cidades sagradas chitas de Kerbala e Nadjaf, e bombardeia pela terceira vez a refinaria e o complexo petrolquímico de Bassorah, no sudoeste do Iraque, segundo um porta-voz militar iraquiano.

● O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros afirma que a URSS não tem plano de espécie alguma no quadro do Conselho de Segurança.

● Mais de 1300 tanques iraquianos, 800 veículos blindados de transporte de tropas e 1100 peças de artilharia foram destruídos desde o início da operação «Tempestade no Deserto», revela um porta-voz militar norte-americano que admite ter sido perdido no Norte da Arábia Saudita um avião de guerra electrónico EF-111A Raven, tendo morrido os dois membros da tripulação.

● O líder da OLP, Yasser Arafat, visita os bairros de Bagdad bombardeados pela aviação americana, enquanto o porta-voz da Casa Branca afirma que vai continuar o bombardeamento de centros de comando e controlo, que «haverá ainda mais vítimas com baixas civis de ambos os lados. A guerra prossegue. Os nossos objectivos são válidos e sê-lo-ão sempre», conclui.

● As autoridades da Jordânia, do Iemen e da Mauritânia decretam três dias de luto. A Tunísia coloca as bandeiras a meia haste e o presidente Chadli da Argélia apela ao Conselho de Segurança da ONU para decretar imediatamente o cessar das hostilidades.

● O primeiro-ministro francês Michel Rocard, em visita à Arábia Saudita, acusa Saddam Hussein de praticar uma política que consiste em colocar civis iraquianos em objectivos militares ou nas suas proximidades.

● O governo espanhol considera que os aliados deveriam pôr fim aos ataques contra Bagdad e outras cidades iraquianas. Perez de Cuellar, no decurso de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU, rejeita a ideia de um cessar-fogo sem um compromisso firme do Iraque de deixar o Kuwait.

Sexta-feira, 15

● O Departamento norte-americano de Estado anuncia que os passaportes dos EUA não são válidos para viagens ao Iraque e ao Kuwait, adiantando que os cidadãos que violarem esta disposição poderão ser processados judicialmente correndo o risco de prisão.

● O jornal londrino «Independent» afirma que o abrigo bombardeado pela aviação aliada não era um centro de comando, mas foi atacado por se presumir que lá estivessem oficiais iraquianos.

● Os chefes das diplomacias dos seis países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, do Egipto e da Síria iniciam, no Cairo, conversações sobre a guerra e o futuro da região.

● O presidente soviético, Mikhail Gorbachov numa mensagem às autoridades italianas, anuncia que Saddam Hussein estará pronto para discutir a retirada do Kuwait.

● A Rádio Bagdad anuncia que o Conselho de Comando da Revolução do Iraque afirma-se pronto a cooperar para a aplicação da Resolução 660 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exige a retirada do Kuwait.

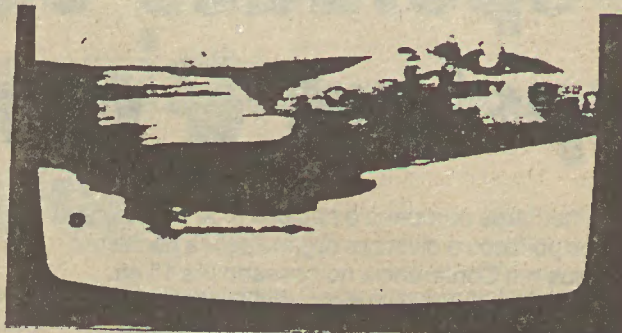
● Responsáveis do Pentágono indicam que a promessa das autoridades iraquianas não é suficiente para se conseguir o cessar-fogo e o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros refere que a proposta iraquiana deve ser acompanhada por um calendário para o cessar-fogo.

● O presidente Bush classifica a proposta iraquiana como falsa e cruel e convida os iraquianos a afastar Hussein, enquanto afirma a continuação das operações militares multinacionais. John Major, primeiro-ministro britânico, classifica igualmente a proposta iraquiana como uma fantasia e burla que nada mudará os planos militares multinacionais.

Sábado, 16

● A Rádio Teerão afirma que as condições colocadas por Bagdad para um cessar-fogo, não são um obstáculo mas visam apenas minimizar a sua derrota militar e obter uma vitória moral.

● Os ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Cooperação do Golfo apelam ao Iraque para uma retirada «incondicional e sem restrições do Kuwait».



● O comando norte-americano confirma a utilização de bombas de fragmentação para destruir campos de minas na fronteira do Kuwait.

● O líder da OLP, Yasser Arafat, apela ao presidente dos EUA para rever a sua posição relativamente à iniciativa iraquiana para evitar uma catástrofe. Entretanto, o rei Hussein da Jordânia torna pública a sua mensagem de apoio pessoal, enviada a Saddam Hussein.

● O Conselho de Segurança da ONU suspende o seu debate à porta-fechada, depois de o embaixador iraquiano não ter excluído a hipótese de recurso a armas químicas. A reunião recomeçou mais tarde, depois da apresentação de projectos de resolução cubanos pedindo o fim dos bombardeamentos de cidades e a constituição de uma comissão para estudar um cessar-fogo.

● O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros, Francisco Ordoñez, afirma em Argel que a proposta iraquiana de retirada com condições vem demasiado tarde e contradiz a Resolução 660 da ONU.

● O «Sunday Times» noticia que o Pentágono reconheceu que o raide norte-americano sobre um abrigo em Bagdad foi um engano e que as informações que o identificavam como um «bunker» militar estavam ultrapassadas.

Domingo, 17

● As forças aliadas retomam os seus bombardeamentos intensivos das cidades de Bassorá, Fao e Abou Al-Khasib e o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Roland Dumas, declara que a data da ofensiva terrestre já está fixada.

● Devido à pressão de diversos partidos políticos a Índia deixa de prestar apoio aos Estados Unidos que ali reabasteciam os seus aviões em viagens das Filipinas para o Golfo.

● O secretário de Estado norte-americano, James Baker, afirma que não haverá cessar-fogo nem pausa nas operações contra o Iraque, já que as negociações estão ultrapassadas.

● Um bombardeiro americano B-52 teve de largar as suas bombas no Mediterrâneo na sequência de uma avaria técnica, antes de aterrar em Palermo, na Sicília.

● O primeiro-ministro iraquiano chega a Moscovo para conversações sobre a situação no Golfo.

Segunda-feira, 18

● As equipas de quatro caixas francesas de televisão

em Riade decidem boicotar a cobertura das actividades do Exército francês na Arábia Saudita.

● A cidade iraquiana de Samwa, no sul do Iraque, volta a ser bombardeada durante a noite pela força multinacional, num momento em que 30 correspondentes estrangeiros visitavam lugares destruídos por anteriores raids aéreos.

● Mikhail Gorbachov apresenta um plano de solução política para a crise no Golfo a Tarek Aziz, e vai informar os dirigentes aliados do seu projecto.

● A aviação aliada prossegue durante a noite os bombardeamentos intensivos nas cidades do Sudoeste do Iraque, enquanto caças Mirage 2000 dos Emiratos Árabes Unidos participam nas operações aéreas liadas contra as forças iraquianas.

● As autoridades sauditas estabelecem novas regras ameaçando de expulsão os jornalistas que se aproximarem da fronteira da Arábia Saudita com o Iraque e o Kuwait sem autorização oficial.

● O general Ayad Khalifa, comandante supremo da Guarda Republicana iraquiana, afirma que os bombardeamentos aliados apenas causaram até agora perdas ligeiras.

● O embaixador da URSS em Roma entrega ao presidente do Conselho italiano, Giulio Andreotti, uma mensagem do presidente Gorbachov sobre as suas conversações com Tarek Aziz.

Terça-feira, 19

● O presidente soviético envia uma mensagem escrita de quatro páginas ao primeiro-ministro italiano, onde expõe o seu plano de paz para o Golfo.

● Os sistemas de defesa antiaérea Roland e os lançadores de mísseis Hawk enviados pela Alemanha para as bases turcas de Diyarbakir e de Erhak deverão estar operacionais dentro de dez dias segundo anuncia em Bona o Ministério da Defesa.

● Os chefes da diplomacia da CEE reúnem-se no Luxemburgo para analisar a situação no Golfo e o pós-guerra, bem como as relações com a União Soviética.

● O «Tehran Times» apela ao Iraque para que aja rapidamente e comece a retirar do Kuwait, a fim de evitar os planos americanos de ataque terrestre.

● A escassez de água potável em Bagdad coloca o risco crescente de aparecimento de epidemias, segundo revela o Comité Internacional da Cruz Vermelha.

## Comunidade Europeia

# Conferência de Bruxelas

## Deputados europeus apelam à paz no Golfo

Parlamentares europeus e nacionais de numerosos grupos políticos e diversas organizações pacifistas, reunidos em Conferência no passado dia 13 em Bruxelas, decidiram convocar uma Conferência europeia de eleitos locais, regionais, nacionais e europeus para 23 de Março, na capital belga, em defesa de uma solução pacífica para a crise do Golfo. Na mesma altura foi ainda decidido realizar, a 24 de Março, uma manifestação de nível europeu, também em Bruxelas, coordenada com a realização de manifestações pela paz a nível local e nacional.

Esta iniciativa de paz resultou da tomada de posição assumida no Parlamento Europeu por deputados de diferentes grupos políticos que se opõem à lógica de guerra e defendem uma solução pacífica para os problemas do Médio Oriente. Como o «Avante!» oportunamente noticiou, o documento apresentado por 55 deputados socialistas, comunistas, ecologistas, e outros, viria a recolher um terço dos votos expressos no plenário do PE em Janeiro, o que embora insuficiente para o aprovar manifesta claramente a existência no Parlamento de um amplo sector favorável à resolução pacífica dos conflitos.

Foram justamente esses deputados que promoveram a Conferência de Bruxelas, em que para além de deputados nacionais participaram também diferentes organizações e movimentos pacifistas. Portugal esteve representado pelo deputado à Assembleia da República Miguel Urbano Tavares Rodrigues, por António Pedro, do Movimento Português para a Paz e Cooperação, Martins Coelho, do Secretariado do Grupo Coligação de Esquerda e Sérgio Ribeiro, deputado do PCP ao Parlamento Europeu. A reunião foi presidida por Ken Coates, trabalhista inglês.

## CJD no Fórum da Juventude das Comunidades

A Coordenação da Juventude Democrática (CJD) viu confirmado, por larga maioria, o seu pedido de adesão ao Fórum da Juventude das Comunidades Europeias, durante a IX Assembleia Geral daquela estrutura.

A JCP — em nota de imprensa divulgada no passado dia 15 — congratula-se com a entrada da CJD no Fórum da Juventude, salientando o papel fundamental que os jovens comunistas portugueses desempenharam na criação desta estrutura bem como na sua decisão de solicitar a adesão. Recorde-se que foi com o «Seminário sobre Direitos Sociais da Juventude na CEE», realizado pela JCP, em Junho de 90, que todo o processo foi dinamizado.

A CJD, integrando oito organizações juvenis (JCP-Portugal, JCB-Bélgica «parte francófona», JK-Bélgica «parte flamenga», SDAJ-Alemanha, CPB YS-Grã-Bretanha, MJCF-França, UJCE-Espanha e

Após um amplo e vivo debate, em que os comunistas portugueses lamentaram o facto de as iniciativas de paz serem agendadas para Março, data que consideram tardia, os participantes na reunião aprovaram um **Apelo contra a guerra no Golfo**, exortando os cidadãos de todos os países europeus a dar-lhe o seu apoio. É o texto desse **Apelo** que a seguir se transcreve na íntegra.

- Condenamos a invasão e ocupação do Koweit pelas forças iraquianas, mas consideramos que esta situação podia ter sido e ainda pode ser resolvida através da utilização de sanções e negociações. É por isso que a Conferência se opõe totalmente à continuação da guerra.

- Face à intensificação das operações militares e ao número crescente de vítimas civis, face aos prejuízos causados às infra-estruturas e ao ecossistema da região, à ameaça contra Israel e a outros Estados e à delapidação de recursos no mundo, quando há tanta pobreza, estamos convictos de que esta guerra não traz nenhuma solução aos problemas da região.

- Esta guerra agrava os problemas económicos bem como os riscos de tensão racial em todo o mundo, particularmente na Europa.

- Por isso, desejamos que seja posto um fim imediato às operações militares.

- Consideramos que, na actual situação, devem ser exigidos os seguintes objectivos, a curto prazo:

A. Cessar-fogo imediato e fim da guerra.

B. Reunião imediata do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU, para facilitar o início de negociações de paz.

C. A retirada das forças iraquianas do Koweit e das forças estrangeiras do Golfo.

D. A continuação do embargo até o Iraque retirar do Koweit.

E. Abertura de negociações de paz para resolver os conflitos da região, incluindo uma conferência internacional para a resolução do problema palestino, bem como dos problemas curdo, cipriota e libanês, e garantir uma paz duradoura entre Israel e os países árabes.

F. Ajuda humanitária imediata a favor das vítimas da guerra.

- Condenamos firmemente a censura e a manipulação dos meios de informação, cujo objectivo é criar um apoio à guerra e apoiamos os esforços dos jornalistas para lhes pôr fim.

- Consideramos que, a médio prazo, devem ser propostos os seguintes objectivos:

1. Abertura de um processo de reconciliação entre os povos do Golfo e do Médio Oriente, afectados por numerosos conflitos.

2. Apoio ao processo de afirmação da democracia e

dos direitos humanos, democráticos e nacionais em todos os Estados da região, e para todos os povos, incluindo os que não têm o seu próprio Estado nacional.

3. Implementação de um programa sistemático de desarmamento na região, a começar por todas as armas de destruição massiva que, incluindo a utilização da arma ecológica, devem ser proibidas a nível internacional, assim como o fim de todas as exportações de armas para a região.

4. Uma mais justa repartição dos recursos petrolíferos e uma economia menos dependente do petróleo nos países industrializados.

5. A reabertura do diálogo e de uma cooperação mais estreita dos povos e países europeus com os povos e os Estados do Médio Oriente e do Golfo, eventualmente no quadro de uma conferência mediterrânica para a segurança e a cooperação.

6. Reforma, democratização e reforço da independência das Nações Unidas.

- A Conferência declara que os conflitos políticos, tanto no interior como no exterior da Europa, devem ser resolvidos através de negociações pacíficas e condena em particular o recurso ao terrorismo e à violência como arma política.

- Declaramo-nos solidários com todos os que se opõem à guerra, incluindo os objectores de consciência, e apelamos à organização de manifestações e iniciativas contra a guerra que são, no nosso entender, a melhor forma de alcançar estes objectivos.

## O ambiente a ciência e a democracia

**Que mundo este que, no limiar do século XXI, dispondo dos meios técnico-científicos e económicos para alimentar, alojar, vestir e educar toda a população do planeta vê, paradoxalmente, a pobreza absoluta crescendo sem interrupção!** - alerta deixado pelo deputado Rogério de Brito, na reunião do Conselho da Europa no final de Janeiro, numa intervenção sobre o «Ambiente, a ciência e a democracia» que pôs o acento na brutal disparidade entre a riqueza dos países do norte e a pauperização crescente dos países subdesenvolvidos do sul.

Para o camarada Rogério de Brito, importa reflectir sobre o mundo em que vivemos, um mundo onde o conhecimento do ecossistema e dos seus equilíbrios não evita o acumular de sucessivos e brutais atentados contra a vida. É uma realidade hoje perfeitamente reconhecida que, nos países industrializados, «os recursos hídricos, os solos, o mundo vegetal e animal se encontram num estado de avançada e perigosa degradação», enquanto nos países em vias de desenvolvimento, «a destruição das florestas, a desertificação, o esgotamento dos solos e demais recursos avançam a par da luta pela sobrevivência, cada vez mais dolorosa, de uma população cada vez mais numerosa e mais pobre».

E que fazem os países industrializados? Pressionados pelos interesses das multinacionais, criam e estimulam até ao absurdo o consumismo, aceitam o predomínio da tecnocracia e dos objectivos de produzir mais e mais, nem que seja «à custa do meio ambiente, do desperdício e esgotamento dos recursos, da saúde, da sobrevivência do próprio planeta».

Trata-se, como sublinhou Rogério de Brito, de uma «economia que para se manter e crescer gera o ciclo vicioso da necessidade, por um lado, de um consumo sempre maior, mesmo que não necessário», enquanto por outro lado exige a «disponibilidade sempre maior de recursos energéticos, de matérias-primas e de processos de fabricação cada vez mais

rentáveis, independentemente dos custos para a natureza e para as economias dos países menos desenvolvidos».

Por isso mesmo é que «às sociedades de abastança e desperdício» se contrapõem «as sociedades vítimas dos modelos de crescimento e do expansionismo daquelas, sem esquecer que nas próprias sociedades de abastança crescem as largas manchas dos indivíduos que vivem abaixo do limiar de pobreza».

Muitas têm sido as vozes que se levantam para denunciar esta situação de espoliação dos países do Terceiro Mundo. Também Rogério de Brito lembrou esta exploração da mão-de-obra barata, das matérias-primas a baixo preço, da criação e perpetuação dos mecanismos que cada vez mais acentuam o processo de «dependência, do endividamento, da pobreza» dos países «pomposamente denominados "em vias de desenvolvimento"» para fazer notar que o impacto de tal pobreza «não atinge somente os pobres» mas todo o globo.

Como alertou Rogério de Brito, trata-se de uma pobreza que, enquanto existir, «nos atinge não apenas pelo impacto ambiental como porque ela nos denuncia e nos confronta com o desrespeito pelos direitos humanos, com a injustiça que mancha, que compromete os valores da democracia», dessa «democracia que sempre as sociedades industrializadas proclamam, mas que demasiadas vezes não praticam».

## Nacional

## CML homenageia Prof. Manuel Valadares

Autor de diversas obras, no domínio da física nuclear, Manuel Valadares, para além da investigação própria contribuiu empenhadamente para a formação de novos cientistas.

Demitido em 1947 das funções docentes, por razões políticas, pelo Conselho de Ministros, foi convidado por Irene Joliot-Curie para coordenar acções de investigação no domínio nuclear em Paris.

Em 1959 foi nomeado director do Centro de Espectrometria Nuclear e de Espectrometria de massa de Paris. Foi galardoado pela Academia de Ciências de Paris, em 1966, com o prémio «Lacaze» de física pelo seu trabalho científico.

Na cerimónia de homenagem ao professor Manuel Valadares usaram da palavra, em nome da Universidade de Lisboa, o seu reitor, professor dr. **Meira Soares**, e em nome da Comissão Municipal de To-

ponímia o arquitecto **Costa Quintino**.

O professor Manuel Valadares, investigador e cientista, foi homenageado pela Câmara Municipal de Lisboa no passado dia 15, numa cerimónia de descerramento da placa toponímica que atribui o seu nome à Rua A da Urbanização da Quinta da Amoreira (junto à azinhaga da Cidade ao Lu-

miar).

A atribuição do nome de Manuel Valadares a uma rua da cidade resultou da deliberação camarária, tomada por unanimidade, em sessão do executivo do passado mês de Janeiro, tendo presente «o relevante contributo por si dado ao desenvolvimento das ciências físicas».

Nascido em 26 de Fevereiro

de 1904, o professor Manuel Valadares, leccionou no Liceu Pedro Nunes e foi assistente no Instituto Português de Oncologia e na Faculdade de Ciências de Lisboa. Doutorou-se pela Universidade de Paris. Foi um dos iniciadores juntamente com o prof. Cyrillo Soares, do Centro de Estudos de Física que funciona na Faculdade de Ciências.

## Em encontro com representante da ONU

### URAP apela à paz

Uma delegação da URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) avistou-se no passado dia 15, em Lisboa, com o representante das Nações Unidas em Portugal, integrando Alexandre Castanheira, Alcina Bastos, António Abreu e Gualter Basílio.

A entrevista destinou-se a fazer a entrega de uma mensagem endereçada ao Secretário-Geral da ONU em que, condenando a invasão

do Koweit pelo Iraque, a URAP envia a sua «inquietação e protesto» pelo «belicismo da coligação multinacional», reclamando «a paragem do conflito e o retomar de soluções negociadas que conduzam a uma paz justa e duradoura no Médio Oriente em que a retirada do Iraque se verifique e se verifiquem também a saída das tropas estrangeiras de todos os territórios ocupados na região e a consagração de um Estado palestino».

Internacional



Na Guatemala, como noutros países da América Latina, o Exército é o instrumento fundamental de repressão por parte do poder político e o maior obstáculo à democracia

GUATEMALA

# O exército como obstáculo à democracia e à paz

Um elevado nível de abstenção foi a nota mais saliente da segunda volta das eleições presidenciais, realizadas na Guatemala na primeira semana de Janeiro, em que foi eleito o conservador Jorge Serrano Elias — figura contraditória, presidente do Conselho de Estado durante a ditadura de Rios Montt, e que entretanto baseou a sua actual campanha eleitoral na defesa dos direitos humanos (mais que comprometidos neste país da América Central), e na promoção de uma solução pacífica para a guerra civil que na prática de há muito se vive no país.

Que métodos e caminhos podem levar à democracia como espaço de livre confronto de diferentes projectos sociais? Que mudanças é necessário promover para que todos os sectores sociais da Guatemala se circunscrevam ao espaço da democracia? Não é fácil encontrar respostas adequadas; mas o que parece bem claro é que o exército se converteu em obstáculo à democracia; como garante que é, através da repressão, de um projecto que exclui de facto quaisquer outros.

Para o novo governo encabeçado pelo engenheiro Serrano Elias, a primeira prova das suas possibilidades de governar sem submissão ao exército vai-se apresentar a curto prazo, pois só uma política independente permitirá que cum-

pra a sua promessa eleitoral de negociar com a guerrilha, incondicionalmente e com seriedade, já que qualquer projecto sério de superar o estado de guerra passa por uma reestruturação do exército; e principalmente pela implementação do seu carácter não deliberativo e a sua obediência às instituições republicanas. Isto implica reconhecer que a instituição armada tem ofendido e mantém submissões, não apenas em relação às classes oprimidas, mas em todos os estratos sociais e nas organizações políticas. O governo democrata-cristão, agora substituído, é disso um bom exemplo.

Para melhor compreender a realidade guatemalteca hoje, aqui publicamos parcialmente um comentário de «Notícias da

Guatemala», em que é particularmente denunciado o peso e o papel do exército na vida política do país.

## As provas de Serrano

No caso de Serrano Elias, o seu indelével fundamentalismo religioso vai deixar claro aos olhos da população e da opinião pública internacional qual o seu verdadeiro significado quando se assiste a massacres e a todo o tipo de atentados contra as liberdades públicas e a integridade das pessoas.

Se chegar a empenhar-se a favor da vida e do respeito dos direitos dos cidadãos, abrindo os espaços que a democracia exige, todo o conservadorismo do seu projecto económico terá que ser submetido à prova dos votos, e na Guatemala, o medo ao voto livre nunca surgiu entre o povo, antes é um mal endémico entre a oligarquia e o seu exército.

Outros obstáculos para a paz são os que radicam na estrutura social; mas só será possível enfrentá-los se se permitir uma real participação do povo nas decisões fundamentais, ainda que através da «consulta à vontade soberana».

# Crise do Golfo Na perspectiva dos comunistas iraquianos

Nesta monstruosa guerra que entretanto vai devastando o Golfo, a propaganda de guerra que nos é servida à guisa de informação ignora toda a componente humana. Os mortos são tão ignorados quanto possível. O Iraque e a sua população são reduzidos a um apêndice da política de Saddam Hussein. A verdade, entretanto, é que apesar dos diferentes efeitos que a guerra pode vir a ter nos ânimos populares, existe uma oposição no Iraque — duramente reprimida — oposição de que os comunistas são uma das componentes.

De lembrar aqui que o Partido Comunista do Iraque tomou posição, simultaneamente, contra a invasão do Koweit pelas tropas iraquianas, e contra a guerra desencadeada pelas tropas dos EUA e da coligação anti-iraquiana.

Pela sua importância para a compreensão do que se passa no Iraque e da posição dos comunistas sobre a guerra, aqui transcrevemos parcialmente palavras de Rahim Ajina, membro do Comité Central do PCI, em declarações prestadas ao «Humanité Dimanche», revista semanal dos comunistas franceses.

**O Iraque é frequentemente identificado no Ocidente ao seu ditador. O que se passa com a oposição? Existe alguma esperança de ver o povo, o exército, derubar o regime, como foi o vosso apelo?**

A identificação do Iraque a Saddam Hussein é completamente injustificada. Saddam e o seu regime estão isolados no plano interno, árabe e internacional. A atitude da oposição laica e religiosa (islâmica) iraquiana, é conhecida. Esta oposição inclui as organizações políticas que representam as correntes nacionalistas (árabe e curda), democrática-comunista e independente. As acções de liquidação política e física testemunham igualmente do crescente isolamento de Saddam Hussein. O povo iraquiano não pode perdoar-lhe o tê-lo arrastado primeiro para a guerra contra o Irão e agora para uma nova guerra contra o Ocidente.

É inútil, por outro lado, referir alguns factos muito significativos. Quando estalou a crise do Golfo, a Frente do Curdistão do Iraque pediu a retirada imediata das forças iraquianas do Koweit e anunciou que suspenderia as suas acções militares.

O governo iraquiano reagiu atacando as forças da Frente e as suas posições, durante a primeira semana de Dezembro de 1990, ataque que aliás foi rechaçado.

Por outro lado, as autoridades organizaram uma campanha de terror contra os estudantes que começaram a escrever nas paredes de Bagdad, e de outras cidades, palavras de ordem contra o regime, e pe-

dindo a retirada do Koweit. Em Mossoul, as manifestações contra a invasão do Koweit foram reprimidas de forma sangrenta. Em função das informações que nos chegam e do que nós conhecemos pela nossa experiência militar, há um importante descontentamento nas forças armadas. Saddam Hussein continua a executar um número significativo de oficiais de todas as patentes e muda os comandos após curtos períodos de serviço. Existem no exército importantes reservas e objecções a que as forças armadas iraquianas sejam enredadas num combate desigual.

**Que esperam da comunidade internacional?**

O povo e a oposição iraquianos precisam muito da solidariedade e do apoio internacional. A comunidade internacional tem responsabilidades não negligenciáveis na situação que se criou na região e na aventura empreendida pelo regime iraquiano. A Europa ocidental e de Leste, nomeadamente a URSS, a França e a Alemanha, armaram durante anos o regime iraquiano. Os apelos da oposição iraquiana não foram ouvidos no passado. Hoje, temos bastantes esperanças. Esperamos antes do mais um movimento internacional capaz de pôr fim à guerra no imediato e de pressionar por todos os meios pacíficos para conseguir que o Iraque saia do Koweit. Pensamos que a comunidade mundial deve assumir a responsabilidade de encontrar uma solução para o problema do Médio Oriente e antes do mais para o problema palestino. A iniciativa francesa de 14 de Janeiro vai neste sentido e merece ser retomada. No que respeita ao Iraque, esperamos um apoio à oposição na sua luta por um regime democrático, um Estado de direito e a garantia dos direitos nacionais do povo curdo. Não vemos nenhuma solução para a crise do Iraque sem a democracia. Assistimos hoje a tentativas visando excluir a verdadeira oposição iraquiana da situação que irá prevalecer no pós-guerra. Isto representa um perigo para o futuro, para a independência e a integridade territorial do nosso país.

# RPD da Coreia denuncia novas manobras «Team Spirit»

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular Democrática da Coreia divulgou, em fins de Janeiro, uma Declaração de protesto

contra a decisão dos Estados Unidos e do governo da Coreia do Sul, por uma vez mais, realizarem as manobras militares conjuntas «Team Spirit 91»

que deverão prolongar-se até Abril.

Estas manobras militares, em que são nomeadamente simulados ataques nucleares,

leva todos os anos à interrupção do diálogo Norte-Sul, impedindo assim qualquer processo tendente à paz e à reunificação da Península coreana.

Do documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPD da Coreia, aqui reproduzimos alguns extractos.

«O Governo da República Popular Democrática da Coreia e o povo coreano denunciam veementemente os temerários exercícios bélicos dos Estados Unidos e das autoridades sul-coreanas como grave acto que põe em causa o diálogo e a paz na Coreia e na Ásia e resto do Mundo.

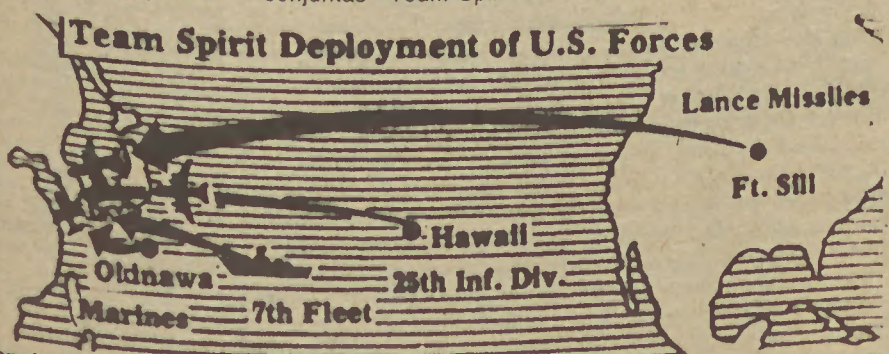
«As manobras militares «Team Spirit 91» são precisamente um ensaio de guerra nuclear cujo alvo de ataque é a parte Norte.

«Os Estados Unidos, embora falando do fim da guerra fria e a chegada da época da paz, continuam os aventureiros exercícios de guerra nuclear. (...)

«É conhecido por todo o mundo que nos primeiros dias do ano em curso apresentamos a nova e ampla proposta para manter a paz e criar a premissa da reunificação pacífica do país. Propusemos a assinatura de uma declaração de não agressão como uma me-

dida prática para conseguir o desanuviamento e fizemos todos os esforços possíveis nesse sentido. (...)

«O governo da República Popular Democrática da Coreia está convencido de que os governos e povos dos países que se opõem à guerra e amantes da paz manterão grande atenção à situação da península coreana e apoiarão a justa causa do nosso povo pela paz duradoura e a reunificação pacífica da Coreia, contra as manobras dos Estados Unidos e das autoridades sul-coreanas tendentes a desencadear uma nova guerra na Coreia.»



As manobras militares Team Spirit têm vindo a realizar-se há muitos anos e constituem um elemento de profunda desestabilização política na zona

## Guerra no Golfo

## GOLFO

# Entre a dinâmica da guerra e a dinâmica da Paz

A sucessão de acontecimentos desta semana vem colocar com particular evidência questões cruciais, como: quem na verdade quer a paz e quem quer a guerra; quais as verdadeiras razões que estão na sua origem (que não as formalmente avançadas).

No momento em que foi divulgada a declaração do Iraque, em que pela primeira vez era admitida a hipótese de retirada do Kuwait, houve manifestações de alegria de ambos «os lados da barricada». Em Bagdad, e na Arábia Saudita, entre soldados americanos e britânicos. Para uns e outros, a paz pareceu estar ao alcance da mão. E a vontade de paz ficou bem clara.

O mesmo não se pode dizer da reacção oficial de Washington. «Aqui não há nada de novo», foi o comentário do presidente Bush. Um comentário que não terá muito a ver com o conteúdo da proposta em si. Basta referir que, à proposta de paz agora apresentada por Gorbachov à direcção iraquiana, a reacção do porta-voz de

George Bush, Marlin Fitzwater, foi: «prosseguir a guerra».

## A proposta soviética

«Um programa muito pormenorizado», que «prevê eventuais soluções para um amplo espectro de problemas no Golfo» — foram as palavras utilizadas pelo porta-voz da presidência soviética, Vitali Ignatenko, para classificar o plano de paz que Gorbachov apresentou aos emissários de Saddam Hussein a Moscovo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Tarek Aziz, e o vice-primeiro-ministro, Saadun Hammadi.

O plano soviético não foi divulgado. Entretanto, o jornal alemão «Bild Zeitung», avança

com uma hipótese do que poderão ser os principais pontos do documento, e que incluiriam uma retirada sem condições das tropas iraquianas do Kuwait, com o compromisso da URSS de que as fronteiras e estruturas estatais do Iraque seriam mantidas, não haveria quaisquer acções de represália e se avançaria com negociações sobre os outros problemas do Médio Oriente, nomeadamente o problema palestino.

Esta proposta parece vir na linha de uma resolução recentemente adoptada pelo Comité Central do PCUS, em que se pede «à direcção soviética para avançar com iniciativas junto do Conselho de Segurança e da comunidade internacional de forma a evitar a efusão de sangue e para que seja proclamado um cessar-fogo».

Nas palavras de Valentin Faline, chefe do departamento internacional do Partido Comu-



«Não queremos ser os Rambos do planeta», uma exigência que se repete em manifestações de paz por todo o mundo

nista da URSS, os comunistas soviéticos recusam que «o povo iraquiano seja vítima de uma política de que não é culpado».

Bagdad e cerca de 300 mil em todo o Iraque.

Note-se que, nos primeiros dias da guerra, foram lançadas quarenta mil toneladas de bombas sobre o Iraque, duas vezes o equivalente ao potencial lançado contra Hiroxima.

Mesmo cálculos mais modestos — como os referidos pelo governo argelino ou pela imprensa turca — apontam para muitos milhares, centenas de milhar de mortos.

A verdade é que, em cada dia, dirigem-se para território iraquiano mais de duas mil missões aéreas e vários lançamentos de mísseis mar-terra. Segundo indicações de Bagdad, quase 40 cidades do país têm estado sob fogo intenso. Relatos de refugiados chegados à Jordânia mencionam grandes destruições por todo o território iraquiano, de Norte a Sul. Os factos que se sucedem indicam que a propalada distinção entre alvos militares e civis (ainda que tal fosse possível...) não passa de uma ficção, destinada a anestesiar as consciências ocidentais e a dificultar o dinâmico movimento de paz que se impõe.

## Os mortos, ignorados

O elevado número de mortos resultante do bombardeamento de um abrigo em Bagdad, e que provocou profunda emoção por todo o mundo — não passa de facto da ponta do iceberg. A verdade é que ao longo desta guerra — por razões naturalmente diferenciadas — tanto Washington como Bagdad têm deliberadamente ocultado a dimensão da tragédia humana, o número indiscriminado de mortos que esta guerra sem dúvida já provocou.

Segundo declarações do general Manfred Opol (general alemão na reserva e deputado do SPD), os americanos ter-lhe-iam dito que, apenas nos primeiros dias da guerra, 100 mil pessoas foram mortas em

## PCP comenta propostas do Iraque

Defendendo o fim da guerra e o caminho da negociação, o gabinete de imprensa do PCP divulgou uma nota (datada de dia 15) de comentário às novas propostas e posições formuladas pelo Iraque, em que simultaneamente critica a rigidez e intransigência da administração norte-americana.

1. O PCP considera que, no quadro de extraordinária complexidade em que se situa a guerra do Golfo e tendo em conta o imperativo supremo de travar a escalada da confrontação militar, as propostas e posições formuladas pelo Iraque constituem um elemento que merece consideração atenta e indicam possibilidades de desenvolvimentos positivos na procura de um cessar-fogo e de uma solução política negociada.

2. O PCP considera que a rigidez e intransigência com que a Administração norte-americana desde há muito tem vindo a rea-

gir a diversas diligências e iniciativas diplomáticas só poderá conduzir ao trágico resultado da evolução da confrontação e da guerra para um nível ainda mais dramático de destruições materiais e liquidação de vidas humanas que os recentes bombardeamentos massivos já prefiguram.

3. É do interesse dos povos e da Humanidade que sejam afinçada e persistentemente exploradas todas as hipóteses e possibilidades de, num quadro de indispensável flexibilidade negocial, se encontrar um caminho para uma solução política do conflito do Golfo, a qual, indiscutivelmente, não pode ser dissociada da consideração e solução global de outros candentes problemas da região, com destaque para a prolongada ocupação por Israel dos territórios árabes e a intolerável negação dos inalienáveis direitos nacionais do povo palestino.

## Trabalhadores da Saúde exigem cessar-fogo imediato

O movimento pela paz no Golfo tem mobilizado os mais diversos sectores da população, em diferentes países. Recentemente reunidos em França, representantes do sector da saúde do Japão, EUA, URSS, Grã-Bretanha, Polónia e França, aprovaram um documento em que se apela a um cessar-fogo imediato.

«Impõe-se um cessar-fogo imediato» — afirma-se na resolução aprovada no encontro na sede da CGT, em Montreuil, dos membros do Comité Mundial dos Trabalhadores da Saúde pelo bem-estar social, a saúde e a Paz.

O Comité consagrou os seus trabalhos às consequências da guerra do Golfo para os povos, e aprovou uma re-

solução que será enviada a todos os sindicatos e organizações dos trabalhadores da saúde dos cinquenta países de África, Ásia, Médio Oriente, Europa, América Central, do Sul e do Norte, que participaram na constituição deste Comité em 1987.

Esta resolução exige «a convocação imediata de uma conferência internacional, pelo

secretário-geral da ONU, para alcançar uma solução política negociada dos conflitos nesta região do mundo, no interesse dos povos, por uma paz duradoura. A retirada das tropas do exército iraquiano do Kuwait assim como a retirada de todas as tropas da força de coligação do Golfo, para as substituir por uma força de interposição cuja composição e comando seriam decididos pela Assembleia Geral da ONU, excluindo as forças beligerantes».

O documento aprovado apela a «todos os sectores da saúde e da assistência social para que expressem na acção

pacifista e responsável, a sua exigência de paz, de meios para a saúde, para a vida, não para a morte».

Os representantes dos Estados Unidos no encontro de Montreuil, Dr. Lilian e Milton Terris e Dr. Benjamin Wainfeld, sublinharam que «a corrida aos armamentos é responsável pela morte de 20 milhões de pessoas desde 1945. É o maior inimigo de todos os povos, independentemente do sistema económico, político e social. A nossa organização ficou como objectivo unir todos os trabalhadores da saúde do mundo, que têm por missão

salvar vidas e não contribuir para a morte. Entre nós, a mais rica superpotência, há 37 milhões de pessoas sem cobertura social. A mortalidade infantil nalgumas grandes cidades é tão elevada como nos mais pobres países. Entretanto o governo corta nos orçamentos da saúde, alimentação, educação, ignorando as verdadeiras necessidades do povo. Todo o dinheiro é canalizado para a destruição no Médio Oriente. Meio milhão de soldados americanos (em 80% de origem negra) estão na frente, à mercê das armas químicas, bacteriológicas e nucleares».

«Produtores de batata dos distritos de Vila Real, Viseu, Guarda, Portalegre, Aveiro e de localidades dos distritos de Lisboa e Santarém reclamam o escoamento de milhares e milhares de toneladas de batata que mantêm armazenados não obstante aproximar-se uma nova colheita. Só no distrito de Vila Real estão em armazém 40 milhões de quilos, e destes, metade no concelho de Chaves. Em Lamego, onde foram manifestados 500 vagões, a batata estava a ser retirada a uma média de dois vagões por semana. A batata perde as suas qualidades comerciais, começa a grelar e alguma mesmo a apodrecer. Em diversas regiões os produtores não conseguem colocar nem a 50 centavos o quilo. Sabe-se desde já que nem metade do que os produtores têm em armazém será vendido. A ruína ameaça milhares de lavradores, rendeiros e trabalhadores, a batata vendida não compensa as despesas de produção. Por isso, produtores e comerciantes reúnem-se, aprovam representações e vêm em delegações pedir directamente providências ao Governo».

Como se explica que milhões de portugueses não comam a batata de que necessitam, por ser cara, e os produtores não conseguem colocar ao preço baixíssimo de 40 e 50 centavos? A explicação encontra-se, uma vez mais, nas negociações promovidas pelos organismos corporativos. No início da campanha, a Junta recolheu uns milhares de vagões de batata, a seguir fez subir os seus preços e terminou a operação proibindo a circulação de batata em todo o país, de tal maneira que a deslocação de um saco de batatas de uma região para outra é considerada contrabando. Os benefícios desta operação foram colhidos, como é óbvio, pelo alto funcionalismo corporativo e sobretudo pelos grandes armazénistas que protegem».

«Ameaçados de ruína milhares de produtores de batata» - «Avante!», VI Série, N.º 248, 1.ª Quinzena de Fevereiro de 1958)

«Ao ser agora publicada uma nova «Lei de Melhoramentos Agrícolas», o secretário de Estado da Agricultura fez um balanço do que foi realizado ao abrigo da lei anterior, afirmando que os resultados obtidos foram «francamente animadores», e referindo-se «à vasta obra de fomento há 14 anos iniciada», chegou ao ponto de dizer «não haver em qualquer parte da Europa forma mais social e compreensível de ajudar e incitar quantos se consagram às fainas agrícolas».

A realidade desmente por completo tais palavras. [Segundo o ministro], o montante dos empréstimos concedidos durante 14 anos de vigência da anterior lei foi 468.503 contos; tendo em conta que no nosso país há, segundo as estatísticas oficiais, 853.568 explorações agrícolas, conclui-se que a média destes empréstimos por ano e por exploração agrícola foi de 40\$00! (...)

Contudo, convém ainda saber: a quem foram estes empréstimos concedidos? Aos pequenos agricultores ou aos agrários? Diz o secretário de Estado que foram aos pequenos agricultores, mas os números mais uma vez dizem precisamente o contrário. [Diz ele que] os empréstimos concedidos para a construção de oficinas tecnológicas, para obras de rega e para «a construção de barragens interessando sobretudo a grande e média propriedade» foram no total de 433 mil contos, o que significa que 92% dos empréstimos foram concedidos, de facto, quase exclusivamente aos grandes agrários.

E, neste aspecto, a nova «Lei de melhoramentos» é particularmente elucidativa. Estabelece a concessão de empréstimos «para a aquisição de terrenos engravados e de parcelas ou prédios cuja área não exceda 5 mil metros quadrados». Ora, com menos de meio hectare há no nosso país cerca de 240 mil explorações.

E com estas pequenas explorações familiares que o Governo quer acabar».

«Uma lei demagógica» - «Avante!», VI Série, N.º 297, 1.ª Quinzena de Fevereiro de 1961)